



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 67

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 11 de maio de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Joana Tavares e Elisa Sousa, substituídas no decorrer da Sessão pelos Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Debate de urgência sobre "Transportes"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, tendo intervindo os/as Srs./as Deputados/as António Lima (*BE*), José Pacheco (*CH*), Andreia Cardoso (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Vasco Cordeiro (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Independente*) e João Bruto da Costa (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*) e a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Seguiu-se o **Projeto de Resolução n.º 83/XII – “Revisão do regime da prestação do trabalho médico extraordinário nos serviços de urgência e de**

atendimento permanente das Unidades de Saúde de Ilha com serviço de urgência”, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a apresentação do diploma por parte do Sr. Deputado Pedro Neves (PAN), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Tiago Lopes (PS), Carlos Furtado (Independente), Salomé Matos (PSD), Vasco Cordeiro (PS), Paulo Estêvão (PPM) e Alexandra Manes (BE), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Por fim, iniciou-se o debate do Projeto de Resolução n.º 108/XII – “Recomendação ao Governo Regional a criação de um regime transitório para os pescadores do porto da Caloura”, apresentado pela Representação Parlamentar do CH.

Feita a apresentação do diploma por parte do Sr. Deputado José Pacheco (CH), usaram da palavra para intervir no debate os/as Srs./as Deputados/as Pedro Neves (PAN), Carlos Freitas (PSD), Carlos Furtado (Independente), António Lima (BE), Nuno Barata (IL), Joana Pombo Tavares (PS), Paulo Estêvão (PPM), Vasco Cordeiro (PS) e Pedro Pinto (CDS-PP), bem como o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João).

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente da Assembleia: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra a Sra. Secretária. Faz favor.

Secretária da Assembleia: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**
Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Délia Maria **Melo**
Elisa Lima de **Sousa**
Flávio da Silva **Soares**
Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa
José Joaquim Ferreira **Machado**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Carlos Cota **Soares**
Marco José Freitas da **Costa**
Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**
Paulo Duarte **Gomes**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Maria **Salomé** Dias de **Matos**
Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**
Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público. Sras. e Srs. Deputados, conforme deliberado na conferência de líderes, vamos entrar no ponto 2 da nossa agenda, debate da urgência sobre transportes, apresentado pelo grupo parlamentar do Bloco de Esquerda. Regem estas matérias os artigos 185 e 186 do nosso Regimento. Os tempos definidos pela conferência de líderes, como habitualmente, são os seguintes: o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o Governo dispõem, cada, de 28 minutos, o PSD dispõe de 24 minutos, o CDS-PP, de 14 minutos, o PPM dispõe de 12 minutos, as

representações parlamentares do Chega, da Iniciativa Liberal e do PAN, dispõem de 10 minutos cada e o Sr. Deputado independente dispõe de 5 minutos. Para dar início ao debate por parte do Bloco de Esquerda, tem a palavra do Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Provocamos este debate sobre transportes no momento atual, em parte, devido à indefinição sobre o futuro da SATA, mas também, e acima de tudo, devido à importância que os transportes têm para os Açores. Não necessito de recordar a situação difícil em que se encontra a SATA. Ela deriva não só de muitos erros do passado a que se juntou uma tempestade perfeita criada pela pandemia, da indefinição sobre a sua reestruturação e devido à ameaça de encerramento da SATA internacional, que partidos que suportam o Governo agitam dia sim, dia não. Penso que é fundamental começar por recordar algumas das afirmações, promessas e compromissos feitos pelo Governo desde que a empresa está sobre investigação da Comissão Europeia e desde que o seu plano de reestruturação está também em análise. Aquando da primeira reunião entre o conselho de administração, presidente do Governo, e líderes parlamentares sobre o plano de reestruturação, em fevereiro de 2021, o conselho de administração da SATA previa prejuízos para a empresa, em 2021, de 28 milhões de euros. Nos primeiros 9 meses deste ano, do ano passado, os prejuízos atingiram mais de 90 milhões de euros, o que compromete claramente o objetivo traçado e leva, muito provavelmente, ao aumento das necessidades de capital da empresa. Eu julho de 2021, o presidente do conselho de administração da SATA afirmava publicamente que se esperava que o plano de reestruturação fosse aprovado até final desse ano. Estamos em maio de 2022 e o plano não foi aprovado. Em novembro de 2021, durante o debate do orçamento, o Governo revelou que o plano de reestruturação estaria na sua terceira versão. Nem essa versão nem nenhuma outra foi entregue ao Parlamento,

apesar de isso ter sido prometido e ter sido reiteradamente solicitado. Não será descabido perguntar se a recusa em entregar ao Parlamento este plano não se deverá à sua inexistência formal. Afinal, quem é vivo, sempre aparece, e este plano teima em não dar um ar da sua graça. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é hora de este Governo dizer o que pretende, afinal, para a SATA. É hora de esclarecer o que tem defendido junto da Comissão Europeia e o que está a impedir a conclusão da negociação em curso. Basta de secretismo e de negociações nas costas dos açorianos e açorianas. A conta vai ser paga por todos nós. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no debate do plano e orçamento, foi reduzida a verba disponível para a SATA por exigência da Iniciativa Liberal. Recentemente, outro parceiro do Governo, o Chega, defendeu o encerramento da SATA internacional. Não deixa de ser irónico que quem diz tanto ouvir os açorianos, ache que esses devem ficar entregues à TAP, que à primeira oportunidade abandonou, em 2015, os Açores, que ache que os nossos emigrantes na diáspora não devem ter ligações regulares com os Açores. É porque é isso que sucederá com o encerramento da SATA internacional, para não falar dos custos que acarretam uma liquidação da empresa. E diga-nos, Sra. Secretária, qual é o custo total da liquidação da SATA internacional, como é defendido pelo parceiro do Governo, pelo Chega? Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta falta de clareza da maioria que suporta o Governo, a falta de transparência sobre o plano de reestruturação, a incerteza e as posições contraditórias sobre uma matéria da maior importância e urgência são insustentáveis. Da parte do Bloco de Esquerda, não podemos ser mais claros: salvar a SATA é também salvar a SATA internacional. É preciso, para isso, um plano de negócios aprovado e a empresa recapitalizada. É preciso que a SATA concentre a sua atividade no que é essencial, nas ligações para o continente e para a diáspora, mas exigimos transparência e prestação de contas a este Parlamento, contas bem clarinhas sobre tudo o que o Governo anda a negociar e está a planear para a SATA. Nós não damos nem

daremos cheques em branco. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o atual modelo de transporte aéreo tem vários pilares, muitos construídos em 2015, era o Governo da República o PSD e o CDS e, na região, governava o Partido Socialista. Recordamo-nos todos dos acesos debates neste Parlamento nos meses e anos seguintes sobre este mesmo assunto. O PSD reclamava recorrentemente a paternidade do modelo de transporte aéreo. Afinal, era do PSD o primeiro-ministro e o secretário de estado dos transportes. Mas o CDS, também Governo, não deixava esquecer que foi com o ministro do CDS, Pires de Lima, que o modelo então se concretizou. O Partido Socialista não deixava créditos por mãos alheias porque o Governo Regional era, afinal, do PS. Não me atrevo a atribuir a paternidade do modelo, mas tomo como boa a assunção de responsabilidades que foi feita à data. Chegados aqui, a 2022, importa também avaliar como resistiu ao tempo esse mesmo modelo de transporte aéreo. O pilar das obrigações de serviço público para o continente a partir das gate ways não liberalizadas, foi, como se sabe, um desastre. A ausência de compensação financeira à SATA causou sérios prejuízos à empresa. O pilar da chamada liberalização que levou à entrada das low cost não passou de uma liberalização com subsídios encapotados, disfarçados de promoção do destino, como é o modelo de negócio das low cost. O pilar dos encaminhamentos gratuitos não pode ser aplicados a não residentes porque não foram comunicados à Comissão Europeia pelo Governo da República do PSD e do CDS. O pilar do subsídio social da mobilidade apresenta um funcionamento anacrónico, burocrático, injusto. Finalmente, as obrigações do serviço público de carga aérea entre a região e o continente, outro pilar deste modelo, nunca sequer foram implementadas. Como demonstramos, pouco sobra do modelo de 2015 que não precise de reformas profundas. Quem é que assume agora a responsabilidade de tudo o que correu mal? O Bloco não teve responsabilidade na criação deste modelo, mas queremos encontrar soluções para estes problemas. Para começar, o subsídio de mobilidade tem de ser revisto. Perante a inação do Governo Regional

sobre este assunto, o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda irá entregar na próxima semana uma anteproposta de lei com vista a alterar o modelo de atribuição do subsídio social de mobilidade. Queremos com essa iniciativa abrir caminho a um consenso o mais alargado possível neste Parlamento que garanta 3 princípios: que o passageiro residente na região não pagará mais de 134 euros, que não existirão adiantamentos nem reembolsos, que sejam estabelecidos tetos máximos para as taxas de emissão de bilhete. Garantidos esses princípios, cá estaremos para chegar a uma proposta que reduza o custo que, por vezes, chega aos milhares de euros em adiantamento, que os açorianos têm de suportar quando viajam e que se acabe com o pesadelo das faturas, talões, bilhetes e muitas outras complicações. Noutra área, é preciso compensar a região e a SATA pelos erros do Governo da República. O Bloco de Esquerda irá propor...

Deputada Catarina Cabeceiras: Agora?!

O Orador: ... em sede de debate do orçamento de estado, na especialidade, uma proposta que determina que o Governo da República se disponibiliza para encontrar bases de entendimento que garantam o ressarcimento à SATA pelo cumprimento das obrigações de serviço público das rotas não liberalizadas desde 2015. O Bloco está empenhado, como sempre, na defesa do interesse dos açorianos e açorianas e em todas as frentes. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos transportes marítimos de passageiros o Governo Regional deitou fora o menino pela água do banho. Optou pelo caminho mais fácil, simplesmente acabar com a operação sazonal para prejuízo da coesão regional, em vez de ir pelo caminho exigente de tentar fazer melhor do que existia. Os transportes terrestres, este Governo foi, até hoje, uma nulidade na senda da política para esta área de todos os Governos anteriores. Os Açores pararam no tempo, quando sabemos que a solução para a descarbonização da economia só pode passar também por uma maior utilização do transporte coletivo. E é dramático que este Governo não tenha política alguma nesta área. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um debate

necessário devido às respostas que tardam, à transparência que falta e, acima de tudo, pelo caráter estratégico e decisivo que muitas decisões que estão prestes a ser tomadas têm para o futuro dos Açores. Disse.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Não apoiado!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Aproveito para informar a Câmara que acompanha os nossos trabalhos nas nossas galerias, uma comitiva da Escola Básica e Secundária Padre Maurício de Freitas, da Ilha das Flores, que, devido às condições atmosféricas adversas não conseguiram participar na secção regional do Parlamento dos jovens e, com uma parceria entre a assembleia regional e a direção regional da juventude, criamos as condições para que pudessem hoje acompanhar os nossos trabalhos e, portanto, queria dar as boas vindas à senhora... às alunas que eram deputadas por um dia, Elisabete Mateus, Bianca Azevedo, Paula Medina, acompanhada pelo Sr. Prof. Cristiano Ferreira, dar-lhes as boas vindas e saudá-los em nome desta assembleia. Bom, darei a palavra de seguida, para darmos continuidade a este debate de urgência, ao Sr. Secretário Regional das Finanças, de Planeamento e Administração Pública. Faz favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. A SATA é um assunto recorrente pelas razões que são evidentes neste Parlamento e na opinião pública dos Açores. E é um assunto recorrente e evidente na opinião pública dos Açores porque a SATA é algo que toca no coração de todos os açorianos. É a nossa companhia aérea, é a companhia que nos ligou, é a companhia que faz todos os dias dos Açores uma região. E aquilo que o 13º Governo encontrou foi uma SATA falida. Foi uma SATA em bancarrota, ...

Deputado João Bruto da Costa: É verdade!

O Orador: ... foi uma SATA mal tratada, foi uma SATA irresponsavelmente conduzida e tutelada pelos Governos anteriores, nomeadamente pelo 12º e pelo 11º Governo, que fizeram com que a SATA passasse de uma situação relativamente saudável em 2012, para uma situação dramática em 2020!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E se nos pedem responsabilidades, e bem, por este tempo que estamos na governação, é preciso não iludir a história, não iludir a factualidade! Herdamos uma SATA falida por responsabilidade da governação socialista!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É responsabilidade histórica do 13º Governo salvar esta SATA falida que o Partido Socialista nos entregou e vamos fazê-lo!

Deputado João Bruto da Costa: É verdade!

Deputado José Contente: Já estava falida em 92!

O Orador: Repito, vamos fazê-lo! E estamos a fazê-lo! Posso dar nota, desde já, Sr. Deputado António Lima, agradecendo a sua intervenção em trazer de novo este tema aqui a esta casa, que as que temos em relação a 2021 dos resultados líquidos são bem menos desfavoráveis do que aquelas que o senhor apresentou. Também devo dizer que, em relação ao plano de reestruturação, é bom que as pessoas saibam que o plano de reestruturação é um processo negocial. Repito, o plano de reestruturação da SATA é um processo negocial que, no fim, dará lugar a uma decisão como esta que aqui está, que foi tomada para a TAP. Não é um dossier deste tamanho, não... é um processo negocial que, no fim, dará aso a uma

decisão como foi tomada para a TAP. E, portanto, neste momento, estamos em vésperas de ter essa decisão final. Aliás, a nossa expectativa é que ela até já pudesse ter surgido. E aproveito nesta casa para explicar as razões de ainda não termos a decisão formal, tal como já esperávamos. Porque, face a outros processos similares que decorreram nas instâncias comunitárias, relativamente a outras companhias aéreas, que levaram a processos judiciais e a reclamações, a DG concorrência fez questão de consultar as outras DG, dando-lhes um tempo para elas se pronunciarem e, com isso, amarrar mais solidamente a decisão em relação à SATA. E é por isso que ainda não temos a decisão, que poderia ter surgido até ao final de abril. Esperemos que possa surgir nos próximos dias ou semanas. Mas também lhe posso assegurar, Sr. Deputado António Lima, e a esta casa, que a intenção do Governo Regional dos Açores, deste Governo, de salvar a SATA, teve bom acolhimento nas instâncias comunitárias.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Teve bom acolhimento nas instâncias comunitárias. E há um processo em curso, que ainda não está finalizado, razão pela qual nós tivemos bom acolhimento no âmbito das instâncias comunitárias, razão pela qual não podemos adiantar os contornos finais porque, antes de eles serem finais, ainda estão em discussão, mas também porque não podemos, com um parceiro que tem agido connosco de boa-fé, que são as instâncias comunitárias, não podemos agora, para uma corrida final, um sprint final de apresentar a solução, pôr em causa aquilo que já conquistamos. E aquilo que já conquistamos foi a compreensão da Comissão Europeia para a importância que a SATA Air Açores tem. Eu não percebo qual é o incómodo que o grupo parlamentar do Partido Socialista está a revelar. Nós estamos a salvar a desgraça que os senhores fizeram! E os senhores ainda têm boca para abrir? Os senhores ainda têm boca de abrir! Nós estamos a salvar o desastre que os senhores provocaram na SATA e os senhores ainda estão incomodados com isso! Um bocadinho de respeito, que não por mim, que não por

este Governo, mas por quem está a tentar salvar o que os senhores destruíram. Um bocadinho de respeito! Não é por mim nem por este Governo! É porque aqueles que na região, na SATA, os senhores funcionários, aqueles que têm andado a negociar com Bruxelas, estão num caminho de salvar o que os senhores destruíram!

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: E isso merece o mínimo de respeito e esse incómodo que sentem é bem... transparece bem aquilo que os senhores pretendiam. Pretendiam que nós não tivéssemos sucesso! Mas nós vamos ter sucesso a resolver a trapalhada, o desastre que nos deixaram nesta herança da SATA!

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Dizia eu, obtemos, desde já, a compreensão das instâncias comunitárias para a relevância inigualável de termos uma SATA Air Açores que nos liga todos os dias. E essa compreensão será certamente traduzida na decisão final. Tivemos a compreensão também da Comissão Europeia e das instâncias comunitárias para as necessárias entradas de capital, quer seja por suprimento, quer seja por assunção de dívida, para que possamos salvar a SATA.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: E aquilo que eu posso hoje aqui assegurar é que mais breve do que mais tarde, nós esperamos ter a solução final e a decisão final, que vai de encontro a todas as preocupações que esta casa e que os açorianos têm em relação à SATA.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Deixem-me só terminar este ponto a referir algo que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda também adiantou em a uma proposta de lei que vai apresentar aqui para simplificação da tarifa entre o continente e os Açores. Bem vindo, Sr. Deputado. É pena que vem é tarde!

Deputado António Lima: Tarde?!

O Orador: Sabe porquê? Porque nos Açores...

Deputado António Lima: O senhor nunca apresentou!

O Orador: Já lhe explico! Porque nos Açores, no âmbito da tarifa Açores, nós já adotamos essa simplicidade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O senhor vem tarde! O senhor vem duplamente tarde e eu explico-lhe porquê: vem tarde porque nos Açores já adotamos e vem tarde porque, se era verdadeiramente para ter uma boa solução, quando o senhor apoiou o Governo de António Costa, tinha resolvido esse problema na altura! E, portanto, Sr. Deputado António Lima...

Deputado António Lima: Nunca foi apresentado!

O Orador: Sr. Deputado António Lima, não o tendo conseguido quando apoiava a geringonça, eu acho que essa sua intenção agora, sendo uma boa intenção, revela uma má preparação. Era na altura que tinha resolvido...

Deputado João Bruto da Costa: Má consciência, má consciência!

O Orador: E uma má consciência. Era na altura que tinha resolvido e feita a similitude a que o Governo Regional dos Açores, o 13º Governo, fez em relação à tarifa Açores. Promovemos a mobilidade dos açorianos, vamos salvar a SATA e vamos construir uma região muito mais sólida!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Deputado Paulo Gomes: A gente pode dizer que agora os aviões andam sempre a horas. Porque será?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco:** Obrigado, Sr. Presidente, um bom dia. Um bom dia a todos, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima por nos trazer aqui e relembrar o que são as bandeiras do Chega quanto a isto, mesmo que não as compreenda. Eu até começaria pelo fim. Começaria pelo subsídio da mobilidade e, como diz o Sr. Secretário, eu nem quero plagiar, mas a verdade é esta, o senhor, quando acha estranho o comportamento do Chega e as exigências do Chega, é precisamente isto que os senhores deviam ter feito na República! É precisamente isto que deviam ter feito quando andavam lá a apoiar o Governo Nacional. A verdade, em abono da verdade, em abono daquilo que é a seriedade, eu lembro-me de o Bloco de Esquerda defender isso! Eu lembro-me! A senhora ri-se! Eu lembro-me! Mas esqueceram-se, quando foram para lá apoiar o Governo Socialista, esqueceram-se completamente! Esqueceram-se dos açorianos completamente! E nós andamos com os talõezinhos, com os recibos... é uma alegria, não é? Isto falar num momento em que nós não mandamos nada, é muito fácil! É atirar! O Chega assume a sua responsabilidade, o Chega exige do Governo as vezes que for preciso, as coisas que forem precisas! E vamos entrar na SATA e vamos relembrar o que é que o Chega tem dito! O Chega tem dito: “nem mais um cêntimo para a SATA! É um disparate a despesa que esta... esta dívida que a SATA tem! Um disparate!” e eu ouvi aqui um ruído de fundo do Partido Socialista e eu só me lembrava disto: mea culpa, mea culpa, mea culpa! Os senhores afundaram a SATA, quem vai tentar salvar a SATA é que é culpado! Ó senhores, isto é o mundo ao contrário, isto é o mundo marciano! Isto aterrou uma nave de Marte ou quê? Os senhores enterraram a SATA! Os senhores enterraram a SATA! Os senhores enterraram a SATA! Perceberam?

Deputado José Ávila: E o senhor quer é fechá-la!

O Orador: Querem que eu diga mais uma vez? Os senhores enterraram a SATA! Qualquer açoriano que está em casa percebe quem foi o coveiro da SATA, o cangalheiro da SATA! E isso é muito importante, nem mais um cêntimo para a SATA; exige o Chega! Nós temos que acabar com as rotas deficitárias! Não há rotas porque há um menino qualquer que acha que tem que haver rotas! As rotas têm que dar lucro! Lucro! Lucro! Têm que pagar! Isto aqui, isto não é a Santa Casa da Misericórdia! Os senhores é que acham que isto aqui tem que ser tudo a cozinha económica! Não! Uma companhia aérea que voa para fora dos Açores por capricho tem que dar lucro! Não dá lucro, não há, ponto final! Mais, separar a SATA internacional da nossa inter-ilhas, nós temos que salvar a nossa inter-ilhas! É fundamental! É a ligação que nós temos entre todos os açorianos! E falo para aquelas jovens, não vão ser eles a ficar com esse prejuízo! Nós temos obrigação moral de resolver isso! Se tivermos que fechar a SATA internacional, fechamos a SATA internacional! E não me venham com os emigrantes! Sabem porquê? Porque os senhores andaram a aprovar milhares... ainda ontem o Sr. António Lima, o Sr. Deputado António Lima: “nós devolvemos a Portugal a TAP”, devolveram como? 3.200 milhões de euros! E aqui? Isto aqui? Aqui é Portugal! Aqui é Portugal! A TAP, custe o que custar e doa a quem doer, tem de cumprir com as suas obrigações e tem que ligar os Açores no maior número de ilhas possível, a TAP tem de fazer esse serviço! Falem com os emigrantes e eles vão-vos dizer qual é a opinião que têm sobre a gestão da SATA e o serviço da SATA. Isto é que é importante! Isto, falar daqui, é muito bonito! Falem com eles! Eles estão super insatisfeitos!

Deputado Carlos Silva: Diga isso ao seu parceiro de governo!

O Orador: A SATA é um problema para se resolver em nome daqueles que ali estão, em nome dos nossos filhos, em nome dos jovens! E não há aqui margem para rolar... é para se resolver! Sr. Presidente do Governo, temos que resolver,

ponto final, custe a quem custar! Essas vozes do além, eles que vão cantando em coro, façam um coral, que vai ser muito bonito! Eu não vou porque eles cantam mal! Mas eles que fiquem entretidos! Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes: Sr. Presidente, feche a SATA!

Deputado Francisco Coelho: O Sr. Presidente do Governo não se esqueça de tomar nota!

Deputado Berto Messias: Sr. Presidente tomou nota das recomendações do Sr. Deputado José Pacheco? É fechar isso tudo!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Andreia Cardoso: Sr. Presidente...

Presidente da Assembleia: Senhoras e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Andreia Cardoso faça a sua intervenção? Muito obrigado. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Andreia Cardoso:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Eu, destas intervenções que me antecederam, eu gostava de começar por dizer que não é pelos decibéis que se ganha propriamente razão.

Deputado José Pacheco: Nem é pelo trabalho!

A Oradora: E, por isso, se calhar, era importante atermo-nos realmente aos factos e àquilo que interessa verdadeiramente aos Açores e aos açorianos, que é clarificar aqui algumas das questões que, em boa hora, o Sr. Deputado António Lima trouxe para debate. Desde logo, uma questão que deve, de facto, e merece esclarecimento, e que tem a ver com o que é conhecido das contas da SATA, do 3º trimestre de 2021, porque não conhecemos contas finais ainda de 2021, mas relativamente a esse 3º trimestre de 2021 o que é possível retirar da evolução das contas é o agravamento das contas da companhia aérea açoriana em termos consolidados. Esse agravamento pode ser retirado quer dos resultados antes de

subsídios, quer por via do aumento muito substancial dos custos financeiros, mas ainda, também, pelo substancial agravamento das dívidas a fornecedores. Tudo isto nos leva a concluir que neste ano que nos é possível comparar, o 3º trimestre de 2020 com o 3º trimestre de 2021, há uma acentuada degradação da situação financeira da SATA, sendo que há um aspeto que é sobremaneira preocupante, é que 60% dessa degradação dos resultados provém da SATA Air Açores. E isto merece deste Governo uma clarificação para este sentido de agravamento dos resultados, largamente explicado pela SATA Air Açores. Depois é importante também, apelando à memória, que já percebemos que é muito seletiva, do Sr. Secretário Regional das Finanças, que se esquece de questões recentes que o incomodam, mas que já percebi que, em relação ao passado, tem a sua factualidade, como diz, está mais atualizada. O que nós queremos saber é se se recorda, Sr. Secretário Regional, se houve ou não houve aumento da subsidiação ao Grupo SATA? Houve ou não houve? Porque o seu parceiro de coligação diz que nem mais 1 euro para a SATA.

Deputado João Bruto da Costa: É a senhora que diz isto! É o Partido Socialista que diz isto!

A Oradora: E o que as contas nos transmitem é que houve um aumento da subsidiação à SATA! O que nos diz o seu parceiro e que viabiliza o seu orçamento e o seu funcionamento é que nem mais 1 euro para rotas deficitárias! Então o que é que isto quer dizer? Que o plano de reestruturação da SATA mantém rotas para a Terceira e São Miguel? É isto que isto nos quer dizer? O que nos quer dizer é que vão fechar a SATA internacional?

Deputado Flávio Soares: A vossa interpretação também é muito seletiva!

A Oradora: E, Sr. Secretário Regional, eu já percebi que este Governo é muito rápido em dizer uma coisa e o seu contrário! Ainda há um mês atrás este mesmo Governo dizia que ia adquirir um barco de transporte de passageiros e mercadorias e ontem ouvimos aqui dizer que não. É o mesmo Governo! Nós queremos saber

qual é que é o prazo de validade das promessas Governo! Porque já percebemos que não é superior a um mês!

Deputado João Bruto da Costa: A senhora quer?!

A Oradora: E, portanto, é fundamental clarificar porque nós não conhecemos o plano de reestruturação da SATA! O Sr. Secretário Regional diz que é coisinha pouca, que não é muito o que vem da resposta. Nós queremos saber em que é que ele consiste! E tivemos... e, para mais, tivemos o compromisso do Sr. Presidente do Governo dos Açores de que esse plano ia ser disponibilizado aos líderes dos partidos políticos com assento nesta assembleia! E este compromisso, Sr. Presidente do Governo, tem mais de um ano! Nós não conhecemos o que é que o Governo Regional pretende da SATA. E isto é fundamental que hoje aqui... que este assunto trazido pelo Bloco de Esquerda seja devidamente clarificado! Isto é fundamental para os Açores e açorianos. Não é só dizer que a SATA é que assegura a nossa coesão! Nós queremos factos! E os factos que constam deste plano... deste alegado plano de reestruturação devem ser conhecidos de todos. Até porque a informação que o Sr. Secretário das Finanças transmite é dissonante daquela que transmite o Sr. Deputado José Pacheco que, pelos vistos, dá orientações muito claras a este Governo! Demite secretários, fecha empresas... portanto, nós queremos saber até onde chega o poder do Sr. Deputado José Pacheco!

Deputado João Bruto da Costa: Não me diga que tem ciúmes, Sra. Deputada! Não me diga que tem ciúmes!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: E, portanto, está, de facto, em causa a SATA internacional!

Deputado José Pacheco: Nós o que queremos é defender os açorianos!

A Oradora: Apesar da alegada... apesar da propalada transparência, o que nós

vemos é muita opacidade! Muita opacidade em matéria de SATA, em matéria de SATA internacional e de SATA Air Açores! É fundamental que hoje se clarifiquem aspetos que são estruturais para o desenvolvimento dos Açores e para a estabilidade que é desejável para este grupo, de facto, de empresas, fundamental para o desenvolvimento dos Açores. Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) Deputado António Vasco Viveiros: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo. A intervenção da Sra. Deputada Andreia Cardoso teve... implicou que tivesse que mudar aqui o planeamento da minha intervenção porque foi tão descabida relativamente àquilo que é o passado e à responsabilidade do Governo do Partido Socialista na SATA, que eu acho que é surreal. E eu tenho que recordar alguns dados à Sra. Deputada. Primeiro lugar: quando...

Deputada Andreia Cardoso: A minha memória é melhor que a do Sr. Secretário das Finanças!

O Orador: Quando o Sr. Deputado Vasco Cordeiro assumiu as funções de presidente do Governo, a SATA tinha... o Grupo SATA tinha capitais positivos de 30 milhões de euros. Quando o Sr. Deputado Vasco Cordeiro deixou de ser presidente do Governo, a SATA tem capitais próprios negativos de quase 300 milhões de euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Esta é a fatura do Partido Socialista. No final de 2020, o passivo consolidado da SATA, das SATAs todas, são 635 milhões de euros. Os resultados acumulados negativos são 302 milhões de euros. E os capitais próprios são negativos em 370 milhões de euros. Esta é a herança com a qual este Governo tem que resolver o problema da SATA. E mais! E a SATA está desde agosto de 2020 num processo de averiguações por ilegalidade...

Deputada Andreia Cardoso: A memória do Sr. Deputado também é seletiva!

O Orador: A SATA está num processo de averiguações desde agosto de 2020 por ilegalidades no aumento de capital social. Ou seja, não foram cumpridas as regras europeias. Neste contexto...

Deputado João Vasco Costa: Mas isso já não estava decidido?!

O Orador: Neste contexto, o que sobra a este Governo é naquilo que são as poucas margens de liberdade, os poucos graus de liberdade de acordo com as regras europeias em encontrar uma solução para a SATA e é isso que tem sido feito e é um processo que não está concluído. E, portanto, neste momento, quem tem essas responsabilidades acusa o Governo, acusa... usa as contas do 3º trimestre, que não são contas anuais, e que tira conclusões sobre o aumento de fornecedores ou resultados negativos, é perfeitamente extemporâneo neste momento e não é uma forma intelectualmente correta de olhar para as contas da SATA. Porque nós estamos nas vésperas de ter o relatório e ter as contas encerradas de 2021.

Deputada Andreia Cardoso: Pois estamos!

O Orador: E, portanto, faz todo o sentido que a análise das contas espere mais uns dias até ao final das contas. Aliás, também é bom recordar que a obrigação de distribuição dos resultados trimestrais foi sempre negada pelo Governo e foi preciso o Dr. Duarte Freitas, então presidente do PSD, numa conferência de imprensa e numa carta aberta ao presidente do Governo, e só a partir de 4 ou 5

anos da legislação aprovada é que o Governo começou a distribuir as contas trimestrais das empresas públicas!

Deputado Jaime Vieira: É verdade! Bem lembrado! Bem lembrado!

Deputado Carlos Silva: Isso não é verdade!

O Orador: E, portanto, a nossa preocupação... aliás, começo por saudar o Sr. Deputado António Lima por ter trazido o debate da SATA e dos transportes a este plenário porque o PSD não... vira costas ao seu passado e tem um sentido crítico e de escrutínio político relativamente aos transportes da região, quer esteja na oposição, quer esteja na posição e apoiando um Governo. E, portanto, a nossa preocupação é comum em que os assuntos dos transportes sejam discutidos. Mas que sejam discutidos de uma forma séria e com a informação necessária. Relativamente a outras questões que foram levantadas... A informação disponível em termos de contas das empresas públicas que são os relatórios anuais e esses, sim, podemos tirar conclusões definitivas.

Deputado Carlos Silva: E trimestrais!

Deputada Andreia Cardoso: E trimestrais!

O Orador: E trimestrais, que são importantes, mas não são para as conclusões que a Sra. Deputada tirou aqui de uma forma imprudente. Relativamente a outras questões que levantou o Sr. Deputado António Lima, e tem a ver com a linha... com a operação sazonal da Atlânticoline, é evidente que aquilo que o Governo decidir em suspender a linha amarela, não incluindo um concurso de concessão de serviço público, tem razões económicas substanciais e tem também a ver com aquilo que são as conclusões do Tribunal de Contas que, em boa hora, informou esta assembleia daquilo que foi um erro em termos de custos económicos relativamente a uma operação que custava 12 milhões de euros por ano, só em 2000 e...

Deputado Carlos Silva: Como é que diz que foi um erro?

O Orador: Só em 2019, o aluguer do navio custou 7.5 milhões de euros e os

combustíveis só para os navios alugados custaram 1.600 mil euros. Portanto, falamos de 9 milhões de euros numa operação que tinha uma taxa de ocupação de 18%. Isso diz tudo relativamente à oportunidade da alteração das obrigações do serviço público, que têm que ser realizadas também no contexto daquilo que é a tarifa Açores. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) Deputado Rui Martins: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. Eu tenho que começar esta intervenção dizendo à deputada Andreia Cardoso que eu vou ter que lhe oferecer também um retrovisor.

Deputada Andreia Costa: Já tenho dois, obrigada!

O Orador: Porque a realidade é... a Sra. Deputada esquece-se que... a Sra. Deputada esquece-se que foi porque o CDS propôs uma comissão de inquérito, que depois foi acompanhada pelo PSD e pelo PPM, que se começou a saber alguma coisa dos desmandos da SATA! Dos desmandos que o senhor... e da ingerência que os senhores, o Partido Socialista, propunha e fez na SATA! Esse é o primeiro facto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E aproveito para dizer, o Sr. Deputado José Contente, a si, tenho que lhe oferecer é uma máquina do tempo para o trazer à atualidade! O senhor teve que ir ao

milénio passado... o senhor foi ao milénio passado falar há 30 anos, como se o cachalote tivesse sido comprado há 30 anos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Por isso, sejamos sérios! Mas relativamente... e relativamente a este assunto e as questões deste assunto que o Bloco de Esquerda e o Sr. Deputado António Lima nos traz, que é, efetivamente, importante fazer sempre estes pontos da situação, mas há aqui aspetos que são... que não podemos deixar também de referir, que é relativamente às responsabilidades que o Bloco de Esquerda teve nos Governos da República, nomeadamente naquilo que concerne, aquilo que diz que vai apresentar, uma anteposta sobre o subsídio de mobilidade. E a questão do subsídio de mobilidade... e falou nisso a propósito da paternidade. A realidade é que a paternidade... há vários pais, efetivamente. Pires de Lima era o ministro e foi ele que se calhar verteu no papel aquilo que acabou por ser a lei, mas o Governo Socialista na região também trabalhou ativamente para que isso existisse...

Deputado António Lima: Agora já quer distribuir as responsabilidades!

O Orador: Trabalhou ativamente para que isso existisse... não, não! Não é distribuir as responsabilidades! A realidade é que o modelo existiu e serviu os Açores e os açorianos! Esse é um facto! Era um modelo perfeito? Não é perfeito! Isso veio-se a ver que não era! Mas o Bloco de Esquerda tinha a responsabilidade de, em 2019, fazer as alterações que agora está a dizer que vai propor! Essa é que é a realidade! Porquê? Porque 2019 foi o momento em que era preciso rever essa lei! E nessa altura não ouvi o Bloco de Esquerda! Não ouvi o Bloco de Esquerda a fazer valer a sua posição de ter em pé uma geringonça, que havia um acordo, havia uma geringonça!

Deputado Joaquim Machado: Assinado!

O Orador: Havia um acordo escrito! Os senhores tinham responsabilidades e não fizeram valer os Açores ou o peso que tinham nessa solução governativa, não fizeram valer aquilo que eram os interesses dos Açores e dos açorianos! Esse é o facto e, por isso, o Sr. Secretário das Finanças teve muito bem ao dizer que o senhor, efetivamente, vem tarde. E até porque a solução que já foi apresentada, e vou repetir, mas é porque é um facto, a solução que foi apresentada por este Governo relativamente à tarifa Açores é a prova de que este Governo trabalhou e fez uma solução que é exatamente aquilo que se propõe também a fazer relativamente ao subsídio de mobilidade e aos voos territoriais. Essa é a prova de que este Governo está a trabalhar e tem uma visão sobre o que é que quer para o subsídio da mobilidade e para as ligações aéreas com o continente. E depois o Sr. Deputado António Lima também diz que a SATA é essencial para as ligações com o continente e com a diáspora e esquece a função primordial, que é, efetivamente, a mobilidade interna.

Deputado António Lima: SATA Internacional!

O Orador: Não, não! O senhor disse a SATA! A SATA! A SATA, é a SATA internacional, mas esquece esse... a não ser que admita então que, efetivamente, do ponto de vista interno, a tarifa Açores é, efetivamente, um sucesso, que eu ainda não o ouvi... não ouvi o Bloco de Esquerda a congratular-se também pela existência da tarifa Açores e, então, a não ser que isso seja uma assunção velada por... pronto, sem dizer abertamente que, efetivamente, essa é a melhor solução. Mas depois também tenho que lhe dizer, relativamente ao plano de reestruturação. O Sr. Deputado António Lima ouviu tão bem quanto eu que o ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, disse que na Europa, e isto aqui é só negociações de Portugal junto da Comissão Europeia, que na Europa só iam resolver o... só iam analisar e profundar o plano de reestruturação da SATA quando tivesse resolvido a situação da TAP. Ora, a da TAP foi resolvida agora! E

este Governo já mostrou, e o Sr. Secretário já disse, mas que este Governo não baixou os braços e não ficou parado! E continuam a trabalhar! E a prova, e a prova que continuam a trabalhar, e o Sr. Deputado conhece tão bem quanto eu, aliás, os... eu não estava na condição de líder parlamentar, mas a substituir a minha líder parlamentar, e estive nalgumas reuniões que a minha líder parlamentar esteve e o senhor também esteve, com o conselho de administração da SATA, em que lhe foi dado, em traços gerais, o que é que era o rumo que a empresa pretendia. E a prova que, efetivamente, estão a trabalhar no sentido de promover uma sustentabilidade da empresa, é a questão do avião cargueiro.

Deputado João Bruto da Costa: Boa memória!

Deputado António Lima: Já lá vamos!

O Orador: A questão do avião cargueiro, que ontem a Sra. Secretária disse que ia ser uma realidade a partir do verão, tinha sido anunciado... para já, é uma proposta muito antiga e uma reivindicação do CDS, é uma reivindicação que o CDS fez junto do Governo Socialista, na altura propôs que se fizessem, pelo menos, estudos, e a realidade é que nunca se fez luz...

Deputado António Lima: Onde é que está o estudo?

O Orador: Eu não conheço estudos, não sei se foram feitos, se não foram feitos, a realidade...

Deputado António Lima: Foram feitos. Pergunte ao seu Governo!

O Orador: Mas isso tem que perguntar ao Partido Socialista e aos Governos anteriores, não é a este Governo! E depois... e a questão... e nessas reuniões que o senhor também esteve, foi mostrado o que é que era a visão para a SATA. E relativamente ao avião cargueiro, que já era apresentado nessa proposta do conselho de administração, se bem se lembra, eu por acaso, em intervenção final, disse que aquilo era uma reivindicação do CDS e que perguntava porque é que a SATA tinha decidido fazer... ou seja, ir para esse plano de negócio. Ao que a SATA disse que, em plena pandemia, tentou ver oportunidades de negócio e

tentou avaliar as questões da carga aérea, ligação continente com a região. E que nesse processo se aperceberam que o verdadeiro mercado que existia era o mercado interno e que, por isso, propunham a existência desse avião cargueiro. E como bem sabe, o presidente da SATA não estava na região quando o CDS defendia o avião cargueiro. E isso, na altura eu disse-o e o CDS disse que o atual conselho de administração da SATA veio dar razão ao CDS quando nós sugerimos que havia uma oportunidade no mercado interno e que deveria haver um avião cargueiro. E essa é a prova que este Governo continuou a trabalhar, independentemente do plano de negócios estar... de reestruturação estar ou não estar fechado, que, obviamente, não está, uma vez que é um processo contínuo. E aí também tenho que voltar à Sra. Deputada Andreia Cardoso que, como sabe muito bem, no plano de reestruturação a questão das rotas deficitárias, é óbvio que a SATA não pode ter rotas deficitárias.

Deputado João Bruto da Costa: Não sei se o PS sabe disso!

O Orador: Aquilo que forem rotas essenciais e rotas que todos nós sabemos que têm que ser prestadas por questões de continuidade territorial, por questões de coesão, essas vão ter que ser mantidas e vai ter que existir uma compensação! Do ponto de vista da empresa e do ponto de vista de reestruturação, é óbvio que não pode haver rotas deficitárias! Se a rota, do ponto de vista matemático, for deficitária, tem que haver uma compensação! Agora, isso não quer dizer que se vão fechar rotas e, por isso, saúdo, obviamente, trazer este assunto... o Bloco de Esquerda trazer este assunto, também julgo que está a ser mostrado que não têm razão nas alegações que fez daquela tribuna e que este Governo continua a trabalhar afincadamente para que a SATA, efetivamente, seja uma empresa para servir os Açores, os açorianos, estejam eles na diáspora, estejam eles na região, estejam eles no continente português. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Deputado José Contente: O Sr. Deputado está com o retrovisor embaciado!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Andreia Cardoso:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Eu queria apenas reforçar aquilo que disse na minha primeira intervenção. Os subsídios à exploração aumentaram 30 milhões de euros em 9 meses, a dívida a fornecedores aumentou 8 milhões de euros, ou seja, mais 17% em 9 meses e os resultados degradaram-se na globalidade da SATA, ou seja, nos resultados globais da SATA consolidada, antes de subsídios à exploração. Portanto, são factos, Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Não se tratam de especulações do grupo parlamentar do Partido Socialista, são factos, incluindo a questão do capital próprio que o senhor aludiu. Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e senhores membros do Governo. O Sr. Deputado António Lima, vossa excelência insiste nas responsabilidades dos pareceres do Governo no corte ao financiamento da SATA. Vossa excelência não estava nessa sala quando a Iniciativa Liberal fez a sua declaração de voto sobre o plano e orçamento para 2022. O que nós fizemos foi exigir, se bem que essa seja uma palavra forte, mas foi exigir ao Governo Regional dos Açores, com sentido da responsabilidade para o futuro das gerações de todos os açorianos que se reduzisse o nível de endividamento desta região. Nós não dissemos ao Governo Regional onde é que devia cortar. Se havia de cortar no plano, se havia de cortar no financiamento à SATA, se havia de cortar no

financiamento para pagar a fornecedores da saúde. Foi uma opção do Governo regional dos Açores cortar nos 74 milhões de euros da SATA e cortar na dívida a fornecedores da saúde! Não foi uma opção da Iniciativa Liberal, não foi uma opção do parceiro do Governo Regional dos Açores nesta matéria. Mas também já percebemos aqui que há vontade de olhar para os retrovisores e isso é coisa que a Iniciativa Liberal não vai fazer. Vai olhar sempre para diante, sempre com soluções de futuro e nunca para encontrar responsabilidades no passado!

Deputado Joaquim Machado: Ah mas também é preciso!

O Orador: E soluções de futuro não são soluções de continuar a endividar, não são soluções de continuar a ingerir na companhia, não são soluções de continuar a manter operações deficitárias, aumentando dívida em cima de dívida, pondo em causa aquela que é a nossa única solução de mobilidade inter-ilhas que é a SATA Air Açores. A SATA internacional ou Azores Airlines, como agora se chama, põe em causa a sobrevivência do nosso único instrumento de mobilidade interna, ...

Deputado José Pacheco: É verdade!

O Orador: ... que é a SATA Air Açores. Mas já percebemos deste debate, nem vale a pena levá-lo muito mais alongadamente, já percebemos que o Partido Social Democrata, o CDS e o PPM têm dois parceiros para o próximo orçamento, têm o Bloco de Esquerda e têm o Partido Socialista disponíveis para aprovar um orçamento que enterre na SATA internacional milhões e milhões de euros! Com a Iniciativa Liberal não conta, mas sabem já que têm aqui dois parceiros para garantir esta continuidade de endividamento de uma companhia que está em pré-falência, se é que já não faliu! Mas há ainda mais um pormenor aqui nesse processo! Há mais um pormenor aqui nesse processo! E é importante que ele seja referido nesta casa, para que não passe despercebido! O Sr. Secretário disse ali, e bem, que este é um processo negocial e que não existe um plano, um calhamaço de papéis que se possa chamar de plano. Aliás, o plano...

Deputado António Lima: É uma folha de couve!

O Orador: Mas é isso mesmo, Sr. Deputado António Lima! O plano que a Comissão Europeia entregou sobre a TAP não é uma folha de couve, mas são 6 folhas de couve! E aquele que vai vir da SATA vai ser mais ou menos a mesma coisa! Mas há um pormenor, e penso que não cometerei aqui qualquer inconfidência se o referir. No início da legislatura tivemos uma reunião de líderes parlamentares do Sr. Presidente do Governo com a administração da SATA e foi a administração da SATA que nos enganou a todos e, inclusivamente, ao Sr. Presidente do Governo!

Deputado José Pacheco: É verdade!

O Orador: Porque nos disse a todos que tinha um plano! Um plano, uns PowerPoints, foi uma coisa fantástica! Aquele conselho de administração mentiu aos líderes parlamentares e ao presidente do Governo! E isto não pode deixar de ser dito nesta casa! Mas também é um facto que o Governo insiste em manter aquele conselho de administração, coisa que, para mim, é, no mínimo, incompreensível! Aquele mesmo conselho de administração, um ano depois, voltou a reunir com os líderes parlamentares e com o Sr. Presidente do Governo e voltou a mentir aos líderes parlamentares e ao presidente do Governo, que é lato senso, mentir a todos os açorianos! Não é compreensível que se mantenha um conselho de administração nessas circunstâncias! O mesmo conselho de administração que, depois de dizer que ia cortar em rotas deficitárias, anunciou, sabe-se lá por obra de quem, novas rotas que, entretanto, já foram canceladas e bem, que não tinham viabilidade qualquer. Foram anunciadas rotas como se fossem rentáveis, mas que depois, afinal, já só existiam porque havia constrangimentos em Ponta Delgada! Mas, afinal, elas iam ser feitas, iam ser rentáveis para um destino que, afinal, ninguém conhecia! E, perante isto, o que é que faz o Governo Regional? Mantém incólume, mantém o conselho de administração em funções. Aquele mesmo conselho de administração que já mentiu duas vezes aos açorianos e que continua a mentir e continua a fingir que

governa a maior companhia, a companhia aérea mais importante para a mobilidade dos açorianos. Mas fico tranquilo, fico muito tranquilo porque sei que do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda virá o voto que garantirá a manutenção do descalabro que tem sido a SATA internacional. Muito obrigado.

Deputado José Pacheco: Então a gente pode votar contra!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado para se inscrever no debate... tem a palavra agora, para participar no debate, o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhoras e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Começando pelas críticas à questão do subsídio de mobilidade, muito rapidamente, eu reavivava a memória da Câmara que em 2017 o Bloco de Esquerda e outros partidos apresentaram uma proposta de alteração ao subsídio de mobilidade dos Açores e ao subsídio de mobilidade da Madeira. Aliás, mais tarde, o Bloco de Esquerda, contra a vontade e contra o voto do Partido Socialista na Assembleia da República, até aprovou uma proposta da Assembleia Legislativa da Madeira para alterar o subsídio social de mobilidade da Madeira. Por isso, não venham dizer que o Bloco de Esquerda não fez nada, pelo contrário! Este Governo, que é suportado por partidos que fizeram uma campanha eleitoral recentemente a dizer que querem alterar o subsídio social de mobilidade, este Governo, que se saiba, nada fez para intervir junto do Governo da República e promover, que se saiba, e promover uma alteração a este mecanismo. Aliás, que é uma responsabilidade do Governo da República, porque é um decreto de lei que o Governo da República pode alterar. Por isso, nem sequer é necessário uma iniciativa deste Parlamento nem da Assembleia da República! Mas não ficamos parados, vamos apresentar...

Deputado Joaquim Machado: Isso é uma *farpazinha* para o vizinho do lado!

O Orador: ... e preferem discutir o passado, neste caso, o passado muito recente,

a encontrar soluções para uma melhoria do subsídio de mobilidade, fica à vossa responsabilidade. Senhor secretário, eu, sobre a sua intervenção e as explicações e informações que nos transmitir, eu começo por agradecer, como é natural, mas não posso deixar de dizer que é, no mínimo... já nem digo estranho, mas é completamente inesperado chegar aqui a dizer que, afinal, não há, efetivamente, um plano, há um processo negocial. O processo negocial, nós sabemos que há! Mas ele faz-se com base em quê? Com base em conversas de café? Não será, certamente! E não foi o Governo, nem o presidente do Governo e o conselho de administração da SATA é que disseram que havia um plano, aliás, o Sr. Secretário das Finanças, imagine-se, disse-nos que já ia na sua 3ª versão! 3ª versão! O anterior secretário das Finanças, não foi o Sr. Secretário Duarte Freitas! O anterior secretário das Finanças dizia que ia na 3ª versão! Então, afinal, nem à 1ª? Mas andamos aqui a brincar com isto?

Deputado Bruto da Costa: O senhor é que anda a brincar!

O Orador: Eu julgo que o assunto é demasiado sério para se andar a dizer e a enganar o Parlamento, porque é isso que aconteceu, dizer que há 3 versões de um plano quando, afinal, há um processo, se calhar, como diria... como estava-se aqui a dizer há pouco, um processo que está escrito em folhas de couve, em que se leva para uma reunião e depois não há registos. Mas o que é isto? Mas eu registei, Sr. Secretário, que referiu que a Comissão Europeia tinha dito que reconhecia a importância da SATA Air Açores. Eu não sei se foi um... se foi propositado ou se foi apenas um lapso. É da SATA Air Açores ou é da SATA no seu todo? Das suas diversas empresas, incluindo SATA Aeródromos e SATA Internacional? Ou tem a Comissão Europeia ou terá o Governo o mesmo entendimento que têm os parceiros, de que uma parte importante da SATA deve ser encerrada, deve ser fechada, deve deixar os Açores nas mãos da TAP e das low cost, deve deixar a diáspora sem ligações para os Açores? E veja-se o que aconteceu com os emigrantes de Montreal, que ficaram indignados com a

mudança que existiu e que deixou muita gente sem ligações diretas que tinham há muitos anos. É esse o caminho que querem seguir para a SATA? Eu julgo que isso tem que ser esclarecido, porque quem diz, como já aqui ouvimos, que não quer mais 1 euro para a SATA, ao mesmo tempo este euro... não vai ser preciso mais 1 euro, vão ser precisos muitos, muitos euros, porque os resultados têm-se vindo a degradar. Aliás, a SATA Air Açores, como já foi referido, sem subsídios, em 2020 teria tido um resultado de 32 milhões de euros e em 2000... menos 32, e em 2021 de menos 37, daquilo que é conhecido. Ou seja, os resultados estão-se a degradar. Não vai ser preciso mais 1 euro, por este caminho, serão precisos muitos, muitos euros. Senhor secretário, há duas dúvidas que gostaria que nos esclarecesse. Em janeiro deste ano há uma notícia da Agência Lusa em que, fonte da Comissão Europeia, diz, e passo a citar, que existem dúvidas de que o auxílio à reestruturação previsto para a empresa esteja em conformidade com as regras da União Europeia. Gostaria de perceber o que é que isto quer dizer porque é uma situação da União Europeia, passou algo despercebida, da Comissão Europeia, o Governo não se pronunciou, mas gostaria de perceber o que é que isto quer dizer. Quais são essas dúvidas relativamente à conformidade do auxílio à reestruturação que a Comissão Europeia faz referência. E qual é, se há, a sua relação com a recente resolução do conselho do Governo, que faz com que a região substitua aos credores, aos obrigacionistas da SATA relativamente aos empréstimos obrigacionistas que foram realizados durante este período, operações de financiamento aprovadas por dois conselhos do Governo, no valor de 155 milhões de euros. Qual é a relação, se é que existe, e qual é, efetivamente, a consequência desta decisão que foi tomada recentemente pelo Governo em conselho de Governo. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente, senhores membros do Governo. Retomando aqui as críticas da Sra. Deputada Andreia Cardoso, apenas dois pontos. Primeiro, é bom recordar que quem nomeou o atual conselho de administração foi o Governo de que a senhora faz parte.

Deputada Andreia Cardoso: Se não concorda, porque é que o mantém?

O Orador: E esse aspeto é relevante. Segundo ponto, relativamente às contas trimestrais, insisto no seguinte: só pode ter uma leitura completa tendo o ano. E relativamente aos subsídios de exploração, é evidente que não são atribuídos às empresas de uma forma aritmética ao longo de cada um dos 12 meses do ano. E, portanto, só quando chegar ao final do ano é que pode comparar aquilo que foram os subsídios atribuídos com aquilo que foi atribuído em anos anteriores. Tal e qual como os fornecedores! E quando compara os fornecedores com o ano anterior...

Deputada Andreia Cardoso: Com o final do ano! Eu comparei com...

O Orador: Quando compara com o ano anterior, está a comparar com um ano que a empresa não teve praticamente atividade e, portanto, é natural que também aí possa haver. Mas temos... quando chegar ao final do ano, vemos. Relativamente ao plano de reestruturação, há uma questão essencial: depois de aprovado e de acordo com as regras europeias, a SATA, neste caso, a SATA Internacional, não pode voltar a receber apoios do Estado. E, portanto, essa questão dá a garantia para os açorianos, para quem paga impostos nos Açores, de que o seu dinheiro não pode ser afeto a uma empresa se o plano não tiver sucesso após a sua aprovação e, portanto, isso dá-nos a todos uma garantia, dá também àquilo que são as preocupações do Sr. Deputado Nuno Barata relativamente ao esforço dos contribuintes, ...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: ... como já foi feito no passado relativamente à SATA. Mas também é bom que se diga o seguinte: aquilo que é o passivo da SATA é uma fatura que será paga por todos os açorianos, com ou sem plano de reestruturação porque a

maior parte da dívida ou está avalisada ou tem cartas de conforto. Ou até, mesmo que não tenha cartas de conforto nem seja avalisada, se a SATA entrar em incumprimento, entra em incumprimento toda a dívida pública da região. E, portanto, não vale a pena ter ilusões! A fatura daquilo que é a herança do passado será paga pelos açorianos com ou sem a nossa vontade, com ou sem a nossa aprovação, porque ela, neste momento, é responsabilidade de todos açorianos. E disso, o Partido Socialista não se livra de responsabilidades!

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. Eu peço a palavra para participar no debate porque há 3 ou 4 aspetos que eu gostaria de realçar e que o debate já permite, de forma concreta, salientar perante a Câmara e perante aqueles que nos ouvem. O primeiro desses aspetos é que, à semelhança do que acontece em termos gerais com os destinos da região, este Governo e esta maioria geram estes assuntos para um acerto de contas com o passado, e não em função do futuro da região.

Deputado Berto Messias: Muito bem!

O Orador: E isso é um mau princípio! Esquece, nesse seu acerto de contas com o passado, aquilo que os açorianos que estão em casa, e estão a assistir a este debate, não esquecem: “Mas então aqueles senhores que dizem que a culpa é do Partido Socialista e só do Partido Socialista, não foram aqueles que exigiam mais voos, que exigiam mais lugares, que existiam mais aviões, que exigiam mais

isso?” Mas isso, naturalmente, e já se percebeu...

Deputado Gustavo Alves: Oh, pelo amor de Deus!

Deputado Tiago Branco: É verdade!

Deputado Berto Messias: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas isso, naturalmente...

Deputado Joaquim Machado: O seu passado dá-lhe insónias!

O Orador: Eu espero que me seja descontado o tempo, Sr. Presidente!

Presidente da Assembleia: Senhoras e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro faça a sua intervenção. Os apartes não podem impedir o orador de fazer a sua intervenção. Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Em segundo lugar, há um exercício que me parece muito útil ser feito neste assunto, que é o de aplicar à análise desta situação os critérios, reparem! – aplicar à análise dessa situação os critérios, não do Partido Socialista, mas os critérios do PSD e do Governo. Vamos analisar a situação da SATA e dos transportes, não segundo os critérios do PS, mas segundo os vossos próprios critérios! Os vossos próprios critérios! E o que é que resulta da aplicação dos critérios que os senhores usaram com o Governo do Partido Socialista? Resulta que este Governo não está a fazer igual, está a fazer muito pior! Está a fazer muito pior!

Deputado Marco Costa: Isso é a sua avaliação!

O Orador: Os subsídios à exploração, que em setembro de 2020 eram de 20 milhões de euros, em setembro de 2021 eram de 51 milhões de euros! 51 milhões de euros!

Deputado Gustavo Alves: Pelo amor de Deus, quer comparar o incomparável!

O Orador: E a sua justificação, Sr. Deputado António Vasco, servia se, porventura, fossem inferiores! É que, mesmo que a partir de setembro de 2021 o Governo não tivesse posto mais um cêntimo de subsídios na SATA, mesmo assim, já teria quase mais do dobro daquilo que foram os subsídios e o dinheiro que o Governo Regional do Partido Socialista meteu na SATA!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Os senhores invocam que estão a salvar a SATA! Não! Os senhores estão a fazer pior do que os Governos do Partido Socialista!

Deputado Gustavo Alves: Pior do que V. Exa.?!

Deputado Paulo Gomes: É impossível fazer pior!

O Orador: Porque o resultado da SATA sem subsídios, que em setembro de 2020 era de 80 milhões de euros, em setembro de 2021 agravou-se para mais de 90 milhões de euros! Os senhores, segundo os vossos critérios, estão a fazer pior do que fizeram os Governos do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A dívida a fornecedores, que em setembro de 2020 era de 47 milhões de euros, em setembro de 2021 ultrapassou os 55 milhões de euros. Expliquem-se, Sras. e Srs., isso não é um critério do PS! Isso são os vossos critérios aplicados à vossa atuação! E, portanto, Sras. e Srs. membros do Governo, este Governo não está a fazer igual, está a fazer pior na SATA do que aquilo que fizeram os Governos do Partido Socialista! E isso é assim não apenas em termos de substância, mas em termos de procedimento! Este Governo é menos transparente, mais opaco...

Deputado Gustavo Alves: Isso é a ressaca do poder!

O Orador: ... do que aquilo que alguma vez poderiam ter sido os Governos do Partido Socialista. Os senhores, que arvoram a transparência, que arvoram a centralidade do Parlamento, têm desde finais de março em falta para com este mesmo Parlamento a obrigação legal de enviar os planos e orçamentos da SATA, da Ilhas de Valor e dos 3 hospitais de empresas.

Deputado Paulo Gomes: É melhor não falar nas ilhas de valor!

O Orador: Onde está, segundo os vossos critérios, a melhoria do trabalho? Não, os senhores não estão a fazer igual! Os senhores estão a fazer pior! E sabem porque é que estão a fazer pior? Porque os senhores estão a gerir a SATA e a região para acertar contas com o PS. Não estão a gerir a região para o futuro dos Açores e para o futuro dos açorianos! Mas há algo...

Presidente da Assembleia: Senhoras e Srs. Deputados... Senhoras e Srs. Deputados, assim é impossível!

O Orador: Estou a ver que a minha intervenção está a perturbar os vossos apartes! Sr. Presidente, eu espero que me seja descontado o tempo!

Presidente da Assembleia: Está a ser descontado, Sr. Deputado. Bom, Sras. e Srs. Deputados, posso dar a palavra ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro? Muito obrigado pela vossa autorização. Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos agora, num assunto em particular, aplicar um critério de análise do Partido Socialista. Neste debate, eu acho que nós estamos a perder de vista o essencial. Nós estamos a preocupar-nos com a árvore e a esquecer a floresta.

Deputado Gustavo Alves: A Região não é só vossa.

O Orador: E o que é que eu quero dizer com isso? Nós estamos a perder de vista aquela que deve ser a configuração global dos transportes na nossa região. E reparem, aquilo a que nós assistimos ontem, não é a região a ficar para trás, não é os Açores a ficarem para trás! É os Açores a fazerem o trajeto exatamente inverso

àquele que toda a Europa está a fazer! A Europa está a apostar cada vez menos no transporte aéreo. O que é que faz o Governo Regional dos Açores? Aposto no transporte aéreo. Senhores, nós podemos discutir se a modalidade de intervenção na questão do transporte marítimo era a correta, uns terão uma opinião, outros terão outra opinião, isso é inteiramente legítimo!

Deputado Joaquim Machado: Não se trata duma opinião!

O Orador: Mas nós estamos... a região está a cometer um erro crasso! A região está a cometer um erro crasso do ponto de vista político! Nós estamos a apostar no transporte aéreo, quando aquilo que deveríamos apostar era no transporte marítimo! Marítimo! Sobre... Ó Sr. Presidente, eu peço desculpa, mas assim eu não consigo continuar!

Presidente da Assembleia: Senhoras e Srs. Deputados, assim é impossível! É impossível conduzir trabalhos, é impossível aos oradores desenvolverem as suas intervenções. Ainda há pouco era este lado a queixar-se do lado oposto porque não permitiam ao Sr. Secretário das Finanças fazer a sua intervenção. Agora estão a fazer exatamente a mesma coisa! É impossível! Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado. É isso que, do ponto de vista político, acho que deve merecer a reflexão neste debate ou fora dele. E acho que esse assunto também merece ser discutido porque tem a ver com o futuro e com a sustentabilidade da nossa região. Por último, eu não resisto, face a este quadro que acabei de aqui referir, dirigir uma palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata! O Sr. Deputado diz que está descansado com aquilo que julga ser um apoio do Partido Socialista a um futuro orçamento deste Governo! Sr. Deputado, a mim o que me preocupa, não é descansar, preocupa-me bastante é que a Iniciativa Liberal pactue e seja cúmplice desse estado de coisas. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo e senhores membros do Governo...

Deputado Joaquim Machado: E o relatório do Tribunal de Contas?!

Deputado Vasco Cordeiro: 50%. São 900 milhões!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, agora dê-me a palavra, por favor, como pediu a todos. E aquilo que eu reparei neste plenário é que todos tentam dar a culpa aos outros, seja uma culpa rosa, seja uma culpa laranja, mas o buraco continua negro! Isto é um buraco negro onde nós metemos e injetamos dinheiro, injetamos dinheiro, e estamos a falar da SATA como um todo, os açorianos têm que saber que o Grupo SATA são 3 empresas, pelo menos as 3 empresas maioritárias que nós falamos. Uma tem um grande prejuízo e as outras ainda conseguem ter um saldo positivo!

Deputada Andreia Cardoso: Não, não é assim! Já foi!

O Orador: E as outras conseguem ter um saldo positivo. E a SATA Azores Airlines, nós temos como prejuízo por mês, pelo menos, para todos os açorianos, porque pode rondar, por dia, 240.000 euros! E é aquilo que nós pagamos sobre o buraco negro que nós temos! O défice açoriano cada vez aumenta e muito, maioritariamente, por causa da SATA. A SATA é um bolo bastante grande dentro do défice que nós pagamos anualmente. Que nós pagamos ou, pelo menos, devemos pagar pela dívida. E dou razão ao Sr. Deputado Nuno Barata! É um buraco negro que nós não podemos estar a continuar a meter e injetar dinheiro. E ao contrário do que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro diz, que nós temos que aguentar, e ao contrário de todos os países europeus, temos que ver o nosso tamanho e temos que ver também a nossa capacidade económica para conseguir suportar uma empresa destas que, pelos vistos, não ata nem desata, Sr. Deputado

Vasco Cordeiro. E aqui é que temos a diferença e é uma grande diferença entre os outros países! Se é para fechar a SATA? Não! O PAN não diz para fechar a SATA! Mas também não mete de lado a privatização pelo menos da SATA Azores Airlines, sem dúvidas! Agora, inter-ilhas, nós precisamos, é uma obrigação para todos os açorianos, sem dúvida, termos o nosso autocarro. Agora, para o PAN, Azores Airlines, não podemos continuar a meter dinheiro daquilo que é e sempre será um buraco negro! Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila: Eu prescindo.

Presidente da Assembleia: Prescinde? Tem a palavra o senhor secretário regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhoras e senhores membros do Governo. Umhas pequenas notas para responder a algumas das questões que foram aqui colocadas. Eu já tive a oportunidade de explicar que o plano de reestruturação é um processo negocial que dará aso, no final, à decisão que... como aconteceu para a TAP, já houve algumas pronúncias da Comissão Europeia intercalares, que também são públicas, e uma das coisas que já aqui referi e que volto a sublinhar: o bom acolhimento que temos tido da Comissão Europeia, nomeadamente, repito, em relação à SATA Air Açores e à preocupação à Azores Airlines, ou SATA Internacional, não contagiar a menina dos olhos, que é a SATA Açores, esse bom acolhimento obriga-nos a ter também algum cuidado naquilo que está neste momento a ser finalizado em termos de negociação. E eu penso que todos os açorianos compreenderão que não podemos, tendo esta postura de abertura da parte da Comissão Europeia, não vamos agora acelerar com proclamações, declarações e revelações...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: ... que possam prejudicar a solução final que, se tudo correr como estamos à espera, será muito positiva para os interesses dos açorianos. E, portanto, fica aqui também esta declaração e o pedido de compreensão de todos por mais uns dias que vamos ter de esperar até à decisão final. Em relação à questão que o Sr. Deputado António Lima colocou da comunicação da Comissão Europeia no início deste ano, não tem a ver com a resolução do conselho do Governo, e eu passarei a explicar, tem a ver com aquilo que é normal a fazer os avisos para a contenção no financiamento público das companhias de aviação e que, naturalmente, será enquadrado também na lógica final da decisão da Comissão Europeia. Os 355 milhões que foram objeto de uma resolução do conselho do Governo passada semana, tem a ver com um processo do empréstimo obrigacionista que foi liderado pelo Deutsche Bank, em que, havendo uma assembleia geral de obrigacionista na sexta-feira passada e como o plano de reestruturação ainda não estava aprovado por Bruxelas, tinha que haver uma assunção por parte da região perante os obrigacionistas da responsabilidade desse empréstimo para que não houvesse o risco de default, porque depois não era só o default em relação àquele empréstimo, mas... àquelas obrigações, mas que podia criar um efeito de catadupa em todos os empréstimos obrigacionistas da região, o que, naturalmente, seria desastroso para a região. E, portanto, foi tão simplesmente isso, que é um processo que está, naturalmente, articulado e falado com a Comissão Europeia e que estará enquadrado na decisão final. E, portanto, fica assim também esclarecida esta matéria. Em relação às contas, eu já tive oportunidade de dizer, eu não me vou adiantar aqui, mas creiam-me que as contas de 2021 vão ser substancialmente melhores do que aquelas que os senhores aqui estão a tentar colocar na discussão política.

Deputada Andreia Costa: A tentar não. São os dados que os senhores deram.

Deputado Vasco Cordeiro: Os dados são vossos!

O Orador: Os dados finais de 2021 em relação ao desempenho da SATA Air

Açores, estamos convictos que vão ser resultados que podemos ver com otimismo e resultados que vão-se enquadrar, aliás, com aquilo que tem sido o diálogo com a Comissão Europeia, inclusivamente, possivelmente, a ultrapassar positivamente aquilo que seriam as perceções da Comissão Europeia. Em relação à tarifa Açores, é evidente que este Governo está muito convicto em relação á tarifa Açores! E é evidente que esta tarifa Açores custa dinheiro ao orçamento público! É evidente! É evidente! Custa dinheiro ao orçamento público que, ainda assim, é bastante menos do que aquilo que custavam as antiguidades gregas! Porque, como foi aqui referido pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros, os números são aqueles que ele referiu, a expressão antiguidades gregas é do saudoso deputado António Pedroso, aqui desta casa e, portanto, eu penso que é evidente...

Deputado Vasco Cordeiro: Saudoso não! Está vivo e de boa saúde!

O Orador: Ah, sim! Saudoso para a casa, Sr. Deputado! É uma expressão do António Pedroso, das antiguidades gregas, e a verdade é que a tarifa Açores teve um enorme sucesso. Ainda ontem aqui falamos de turismo, falamos nesse conceito. Mas permita-me, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que diga que fez-se luz em relação a algumas dúvidas que eu tinha em relação à maneira como conduziu a SATA. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro acha que no plano europeu o transporte aéreo está cada vez mais... tem menos incidência e aqui nos Açores faz-se exatamente o contrário. Pois, talvez o Sr. Deputado Vasco Cordeiro desgraçou a SATA porque pensava que com comboios nós podíamos fazer a ligação entre as ilhas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E não é isso, evidentemente, que se pode passar, a SATA é que nos liga. São os meios aéreos, são os mais eficazes, os mais rápidos, os mais modernos e é esses

que nós temos que preservar. Aquilo que verdadeiramente o senhor fez, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, deixou-nos foi um comboio de desgraça e de dívidas na SATA! E é isso que este Governo está a corrigir! E o acerto de contas com o passado não é acerto de contas com o passado, é acerto de contas efetivo! Efetivo! As contas com a SATA, as contas com a Comissão Europeia, as contas com os açorianos, e é isso que estamos e vamos continuar a fazer. Com toda a transparência, com toda a firmeza, mas também com toda a convicção. Vamos salvar a SATA que os senhores destruíram e estamos a iniciar um novo paradigma de desenvolvimento dos Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro repetiu, praticamente, em termos da análise das contas, aquilo que tinha dito a Sra. Deputada Andreia Cardoso...

Deputada Andreia Cardoso: Não, foi além, até!

O Orador: ... cometendo um erro técnico, que é: não estamos a comparar valores de anos anteriores em contas consolidadas, não podemos somar as contas das duas empresas num trimestre e tirar conclusões disso, mas chegaremos ao final do ano e o Sr. Deputado, com as contas finais, terá oportunidade de ver essas contas. Aliás, o Partido Socialista...

Deputado João Bruto da Costa: É a terceira vez que lhe é explicado!

O Orador: O Partido Socialista cometeu este erro: não é em contas de empresas públicas, mas relativamente à execução do plano de 2021, que em setembro

levantou aqui um conjunto de suspeitas relativamente às taxas que são conhecidas...

Deputada Andreia Cardoso: E mantemos! E mantemos!

O Orador: ... e no final do ano a taxa foi superior aos últimos...

Deputada Andreia Cardoso: Não foram esclarecidas!

O Orador: ... 10 anos! E, portanto...

Deputada Andreia Cardoso: Não foram esclarecidas!

O Orador: ... nesta matéria, faz sentido com prudência esperar pelas contas!

Deputada Andreia Cardoso: Não foram esclarecidas!

O Orador: E admito que há alguns valores que estão nas contas trimestrais que são de leitura direta! Por exemplo, a faturação, a venda de serviços, tudo bem! Agora, naquilo que são os critérios que o Sr. Deputado usou, não lhe dou a razão e é bom haver alguma prudência. Quanto a outro aspeto que, para nós, é importante, que é o seguinte: falou aqui o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que no passado se pediam mais rotas, que se pediam mais rotas entre as ilhas. E esses pedidos de rotas, é bom que se diga a verdade, não foram essas que levaram a SATA à situação que está neste momento. Não foram essas! Aquilo que foram as rotas a mais para a Graciosa ou para o Corvo, não foi isso que desgraçou a SATA!

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Sabe o que é que... e essas, os açorianos pediam! Mas o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não ouvia açoriano nenhum a pedir, por exemplo, uma rota Lisboa-Salvador, em 2013, que deu um prejuízo de 900.000 euros! Não ouvi açoriano nenhum! Não ouvi nem o PSD, nem o CDS, nem o PPM, nem qualquer açoriano a pedir uma rota Funchal-Estocolmo, que dê 300.000 euros de prejuízo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso: E as de agora?

O Orador: Não ouvi ninguém a pedir Funchal-Paris, que deu um prejuízo de 800.000 euros e que não traziam essas rotas nada aos Açores! Eram rotas entre a Madeira, o continente e outros destinos. E, portanto, essas rotas, sim. E são da sua responsabilidade, essas é que desgraçaram a SATA, por incompetência e má visão estratégica da empresa!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, está inscrito? Vamos fazer um intervalo, regressamos às 5 para o meio-dia.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Presidente da Assembleia: ... aos nossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 03 minutos.

Onde é que está o grupo parlamentar do PSD? Muito obrigado. Vamos, então, dar continuidade aos nossos trabalhos. Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estevão que é da... Prescinde? Está inscrito o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça o favor Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Secretários regionais, eu gostaria de colocar três questões, ou melhor, duas questões e fazer uma precisão. Em relação às duas questões, percebo aquilo que o Sr. Secretário regional das finanças referiu a propósito da operação, segundo eu percebi, de assunção de uma garantia face aos cerca de 300 milhões de euros. A minha dúvida é se esta operação foi notificada à Comissão Europeia. A segunda questão é se a Tarifa Açores foi notificada à Comissão Europeia. E a terceira precisão tem a ver com a... e a intervenção do Sr. Deputado do PAN leva-me a isso... Diga, Sr. Deputado Joaquim Machado?

Deputado Joaquim Machado: O senhor só faz perguntas quando devia era dar explicações sobre a dívida da SATA!

O Orador: A minha explicação tem a ver com a intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves. Eu não defendo a substituição do transporte aéreo de passageiros por transporte marítimo. O que eu acho é que, no caso do transporte de carga, – de carga! –, essa é uma operação que me parece necessário ser ponderada, e é aí que nós vamos em sentido inverso àquela que é a orientação da União Europeia nesses domínios. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado Paulo Estevão faça o favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo, antes da... na preparação que fiz deste debate, uma das interrogações que eu tinha era... que me colocava, era como é que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro abordaria este debate. Como é que ele... o que é que ele faria? Porque a situação do Sr. Deputado... a situação política do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, neste debate, é muito difícil. É muito difícil.

Deputado Gustavo Alves: Par quem não sabe fazer contas!

O Orador: Não lhe invejo, não lhe invejo a situação do qual parte. Porquê? Porque é nele, é durante a gestão do deputado Vasco Cordeiro que a SATA sofre o maior desequilíbrio e em que a dívida se começa a acumular e em que os

desequilíbrios começam a crescer E, portanto, como é que é possível entrar num debate, e com que propósito, tendo este passado em relação a esta empresa? Pensei que adotaria outra postura por causa desse passado. Mas também por outra coisa. Porque o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nalgumas matérias, demonstra sentido de Estado. Era o que se lhe exigia nesta matéria e que V. Exa. não teve. E o sentido de Estado significa que sendo V. Exa. o responsável pelos desequilíbrios que há na SATA e pelo processo que a União Europeia, que a União Europeia está, neste momento, a desenvolver, que colocava em causa a própria existência da SATA, porque o que este Governo herdou foi uma questão muito simples e muito cristalina que é a obrigação de salvar esta empresa, de salvar esta empresa que V. Exa. deixou numa situação agónica.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Isto é que era essencial. E o que eu quero dizer, e as outras tratam os outros, a SATA tratamos nós. Mas o que eu quero dizer é que V. Exa. é o responsável por esta matéria. E o que é que se lhe exigia Sr. Deputado Vasco Cordeiro? Sentido de Estado. Não é vir aqui dizer que isto do estudo está mal, que, que a empresa não tem condições... Não tem que dizer isto Sr. Deputado. Até pelas funções que vai ocupar também no âmbito da Europa. E, portanto, o Sr. Deputado, o discurso que fez é um discurso contraproducente e é um discurso que afeta os interesses da região, Sr. Deputado. Eu não esperava que o Sr. Deputado viesse fazer esse tipo de discurso a não ser que este... que estivesse limitado, como está, pelas suas próprias responsabilidades. E, portanto, essa responsabilidade, essa tentativa de sacudir do capote as responsabilidades falou mais alto que a responsabilidade institucional que tinha que ter nesta matéria. Falou mais alto que o sentido, que o sentido de responsabilidade. Porque esta empresa, eu garanto-lhe, esta empresa vai ser salva. Vai ser salva. E vai ser salva porque nós tomamos as atitudes que tínhamos que tomar. Olhe, desde logo, mantendo em funções o conselho de administração que vossas excelências, vossas

excelências estavam a mudar de conselho de administração de dois em dois meses, de três em três meses estavam a mudar de conselho de administração criando uma instabilidade tremenda na empresa, com presidentes do conselho de administração que diziam: “ - Eu não percebo nada deste assunto, mas daqui a 100 milhões de euros de prejuízo já percebo mais um bocadinho”. E nós terminamos com isso. Terminamos com essa instabilidade crónica que foi criado pelos Governos e pelas decisões de V. Exa. Foi a primeira coisa que nós fizemos. E isso é importantíssimo. Dar estabilidade. Terminar com as intrusões na empresa constantes do seu Governo de que o senhor foi responsável. E isso foi fundamental no âmbito deste processo. O que é que o senhor agora aqui vem dizer a poucos dias, a poucas semanas de se conhecer... a poucos dias de se conhecer uma decisão da União Europeia sobre esta matéria? Veio aqui atacar a empresa.

Deputado Carlos Silva: Quem disse isso foi o Secretário Duarte Freitas.

O Orador: Veio aqui colocar em causa o seu futuro, Sr. Deputado. E isso... e isso, Sr. Deputado, é inaceitável. Eu tinha que lhe deixar esta crítica. Quando tem que fazer um discurso, Sr. Deputado, quando tem que tomar uma posição, mesmo que tenha responsabilidades pessoais neste processo, à frente de tudo V. Exa. deveria ter colocado os interesses da Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: E o nosso interesse, o interesse da Região Autónoma dos Açores é salvar essa empresa e é o que vai acontecer. Este Governo vai salvar a SATA.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia. Muito obrigado, Sr. Deputado. Neste momento, a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado António Lima, faça o favor.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Bem, nesta primeira... nesta parte, antes do intervalo, de manhã nós tivemos um... mais um episódio da novela do Governo Regional do PSD, do CDS, do PPM apoiado pela Iniciativa Liberal e pelo Chega. Nós, nesta novela, tivemos vários episódios...

Deputado Gustavo Alves: Quando é que começou essa novela?

O Orador: ... que, de facto, mereciam não só um tratamento ao nível da, da obra literária que se escreverá sobre estes tempos. Tivemos, aqui há uns meses, um secretário dos transportes demitido pelo PPM, partido do Governo, em plena comissão parlamentar. Já tivemos também recentemente a retirada de confiança política ao Sr. Secretário das pescas, do mar e pescas por parte do Chega que não cá está, não está cá, mas que já lhe retirou a confiança política e disse que se devia ir embora.

Deputado Gustavo Alves: Bem bom! Viva a liberdade!

Deputado João Bruto da Costa: Não sabia que a administração da Sata é de confiança política.

O Orador: E chegamos ao ponto também de, neste debate, a Iniciativa Liberal retirar a confiança política claramente à administração da SATA. De facto, trabalhar neste Governo ou para este Governo é uma profissão de risco porque os franco-atiradores da coligação e dos partidos que apoiam o Governo têm, de facto, uma pontaria para atirar aos seus amigos que é, de facto, de registar e não poderia deixar de referir esse aspeto. É, de facto, uma profissão de risco e eu louvo a coragem de quem se mete nessa alhada. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria também de dizer que é... seria triste, seria cómico se não fosse triste que a Região esteja, em maio, com um orçamento para 2023 sob a ameaça de chumbo. E o que é, de facto, preocupante porque preocupante não porque esse orçamento, tenhamos esperança que esse orçamento seja bom. É preocupante porque esta Região está a ser governada desta forma quando um orçamento que nem se

conhece já está sob ameaça de chumbo, ...

Deputado Paulo Estêvão: E a SATA?

O Orador: ... não dos partidos da oposição que nem sequer se pronunciaram sobre o assunto, mas dos partidos que apoiam o Governo. E isso é, de facto, um sintoma de quão mal é que vai a governação neste, nesta Região, nesta Região Autónoma e os açorianos têm mesmo de estar preocupados com o que está aqui a acontecer. Mas indo ao debate sobre os transportes, eu gostaria de colocar algumas questões.

Deputado Gustavo Alves: Sim, sim. Antes estava tudo bem!

O Orador: Há pouco o Sr. Deputado António Vasco Viveiros falou das aventuras no Brasil, mas, de facto, não é preciso muitas vezes sair dos Açores para nos metermos em aventuras. Algumas até podem ser piores do que aquelas que se fazem do outro lado, do outro lado do Atlântico. Ontem a Sra. Secretária regional da mobilidade anunciou que um dos aviões da frota da SATA Air Açores podia ser transformado em avião cargueiro. Nós não temos uma posição definida sobre esta matéria. Nós não queremos é que seja uma aventura.

Deputado Paulo Estêvão: O problema é não terem uma opinião sobre nada! Esse é que é o problema!

O Orador: Não queremos uma aventura pior do que outras que já... que já existiram. Nós queremos perceber os contornos dessa operação. Em primeiro lugar, qual é o modelo de exploração dessa operação? Será em regime, em condições de mercado? Terá obrigações de serviço público? Operará inter-ilhas ou para o Continente? Ou ambas? Gostaria, para já, de começar por colocar estas questões que julgo que, mais do que anunciar que um avião será transformado em avião de carga, porque isso pouco ou nada diz, é preciso perceber o que vai fazer, quem vai pagar e para onde é que vai voar. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça o favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Realmente muito já se falou aqui da SATA hoje de manhã. Mas, na realidade, há uma situação que é preciso perceber. Estarão os açorianos do lado de quem entende que a SATA deve passar para os serviços mínimos que é só a SATA Air Açores? Ou estão os açorianos interessados em pagar algo mais, mas para ter uma SATA que nos tire também dessa Região para o Continente e para outras paragens, no caso dos Estados Unidos da América por exemplo? É que, apesar de muita gente dizer que anda da rua e que ouve as pessoas, o que eu tenho ouvido das pessoas é que não lhes incomoda a ideia de haver uma SATA que dê um prejuízo de exercício diário que corresponda a um euro por dia para cada açoriano. Ora bem, eu acho que se perguntarmos a cada açoriano se está disposto a fazer um seguro de transporte porque, no fundo, aqui se constituiu um seguro de transporte que representa um euro por dia para podermos assegurar que a qualquer altura temos uma companhia regional que nos leva daqui para outras paragens, eu acho que a maioria dos açorianos não tem dúvidas em dizer que sim. Como também não tenho dúvidas em dizer que sim se lhe disserem assim “dos teus impostos há 7 cêntimos por dia que serve para pagar a Tarifa Açores”. Também ninguém põe isso em causa. São 7 cêntimos por dia. Pouco. Por 7 cêntimos por dia toda a gente quer ter a possibilidade de pagar apenas 60 euros para se deslocar dentro das ilhas dos Açores. Não tenho dúvidas disso. Como também não tenho dúvidas de que os açorianos, mesmo respeitando as estratégicas, estratégias políticas de cada partido, mesmo respeitando os discursos que têm que ter para alimentar o seu eleitorado, estão fartos, estão fartos de ouvirem pessoas a dizer que “para o próximo orçamento eu não aprovo”, “olha que isso é só dessa vez”, “o secretário X tem que ir embora”, “o secretário Y já está a mais”, “o Sr. Presidente do Governo está a dormir”. As pessoas estão fartas disso. O que as pessoas dizem-me na rua é que querem um Governo para 4 anos. Cada um...

assumam as pessoas as suas responsabilidades e quando chegar a altura de ir a campanha eleitoral digam o que tiverem de dizer as pessoas, mas as pessoas não saíram de casa, em outubro de 2020, para votar para 6 meses ou de 6 em 6 meses ou de 3 em 3 meses ou de todas as semanas. As pessoas saíram de casa para fazer uma votação de um voto para 4 anos. Essa é a realidade. E quem tem medo do eleitorado é que tem... quem tem medo da sabedoria do eleitorado é que anda com estes discursos. Porque o povo, o povo não é estúpido como alguns julgam que é. O povo percebe quando se faz cenas de circo aqui dentro, embora a sala seja redonda, mas não é de circo, é um local de trabalho e, como local de trabalho, nós temos que apresentar soluções e assumirmos os nossos compromissos. Doa a quem doer. Porque é assim que fazemos nas nossas entidades profissionais, fora desse espaço. É assim que fazemos com a nossa família. É assim que fazemos com os nossos vizinhos e com todos os nossos parceiros. Os compromissos não são bonitos todos os dias. Os compromissos têm dias bons e dias maus. Mas há pessoas que acham que, dia sim dia sim senhor, têm que fazer umas habilidades circenses só para mostrarem que estão vivos. Da minha parte, meus senhores, é assim, eu assumo o compromisso que assumi com aquele Governo. Daqui por 2 anos, vão para eleições, eu não tenho problema nenhum em ir para casa. Eu quero é, quando no dia em que eu for para casa, alguém me diga assim “aquele assumiu os seus compromissos”. E acabou. Como o Sr. Presidente do Governo Regional vai assumir os seus, vai assumir o risco de ter negociado situações que não lhe são confortáveis, situações que lhe são incómodas, mas que não vai, não vai, não está a dizer aos outros parceiros de governação que “olhe, essa semana se o Pacheco não se cala, eu já não quero ser presidente do Governo”, ...

Deputado José Pacheco: O meu nome não se invoca aqui dentro! Tem vergonha na cara!

O Orador: ... “olha, essa semana se o fulano mudar de ideias, eu também já não quero ser presidente do Governo”. Não. O Sr. Presidente do Governo tem

assumido calado, de forma adulta, e que bem lhe tem custado assumir a falta de lealdade de parceiros, parceiros de, de... parlamentares. E isso, isso é a imagem que os açorianos não querem. E, e vão dizer isso no tempo certo. E, no tempo certo, vão dizer se querem um Governo mais de direita ou mais de esquerda. Uma coisa eu tenho a certeza. Uma coisa eu tenho a certeza. Os açorianos não querem a pouca-vergonha que se tem passado nos últimos meses com as hesitações de determinados parceiros de parlamentares. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado, o Sr. Secretário regional das finanças. Faça o favor Sr. Secretário regional.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. Duas questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro e que me merecem uma resposta clara e direta. Os 155 milhões de euros, sim senhor, foi acertado com a Comissão Europeia, a fórmula. Em relação à Tarifa Açores foi reportada à Comissão Europeia a Tarifa Açores, embora não houvesse necessidade de notificação porque é um apoio ao passageiro e não à companhia. E, portanto, mas ainda assim foi reportado à Comissão Europeia. Mas, dito isto e dadas estas respostas simples e cristalinas, gostaria também de dar-lhe uma nota, Sr. Deputado. Parece-me que noto sempre em relação à Tarifa Açores alguma amargura da sua parte.

Deputado João Bruto da Costa: É verdade, é verdade.

O Orador: Há sempre... o senhor não consegue evitar, há sempre qualquer coisa que se pudesse correr mal com a Tarifa Açores talvez fosse bom para o Partido Socialista. Mas, o que não é bom para o Partido Socialista, neste caso, é muito bom para os açorianos. É muito bom para os açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

E faço lembrar alguns erros crassos do Partido Socialista. Era contra a liberalização do espaço aéreo e não acreditava que houvesse uma diminuição das tarifas territoriais para os açorianos. Errou. Era contra a Tarifa Açores e errou de novo. É contra a diminuição dos impostos. Errou. Tudo isto boas notícias para os açorianos, más notícias para o Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa: É verdade.

O Orador: E há, de novo, que... e voltando ao início deste nosso debate, uma outra notícia que, possivelmente, não agradará ao Partido Socialista, mas que agrada aos açorianos, que é uma negociação que esperamos bem concluída que vai salvar a SATA do desastre a que V. Exa., o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e o Partido Socialista levaram.

Deputado José Contente: E responder às questões?

Deputado Berto Messias: O Sr. Secretário já não é líder parlamentar, é membro do Governo!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário regional. Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. E...

Deputado José Contente: O senhor já não é líder partidário!

O Orador: Vou deixar aqui... O Sr. Deputado José Contente não ouviu as respostas às questões da notificação, mas foram, foi respondido Sr. Deputado. Foi, foi. Não, não. Estou a dizer que foi respondido. O seu aparte é que me estava, o seu aparte estava a interromper a minha intervenção e eu decidi, decidi entrar nos apartes. Peço desculpa Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo, eu inscrevi-me para intervir, intervir no debate porque, na altura, vi o Sr. Deputado Vasco Cordeiro dizer, sem se rir, e eu aí

percebi que devia haver truque, que o caminho era carga mari... era o transporte marítimo e não o transporte aéreo, mas, depois fez, então, a precisão que se referia à questão do transporte de carga. Mas, então, relativamente ao transporte de carga eu tenho, tenho que perguntar, eu sei que, eventualmente, não, neste momento, também já não poderá fazer muito a esse propósito, mas é por uma questão de perceber o que é que, o que é que, qual é que é a posição do Partido Socialista ou então de V. Exa.. Relativamente à carga aérea é que eu não... o Sr. Deputado é contra a intensificação de carga aérea nos Açores ou, neste caso, de haver um avião cargueiro? Nos Açores. Foi por isso que não fizeram o estudo ou fizeram o estudo e o estudo dava razão ao CDS e, então, não quis, não quis divulgá-lo? Ou não considera, não considera que a carga aérea, por exemplo, para bens perecíveis, nomeadamente o pescado, que pode ser efetivamente uma mais-valia para, para haver aqui uma materialização daquele que é o enorme potencial na valorização deste recurso? Isso é a pergunta que lhe deixo porque eu acabo por não perceber como é que na, como é que, pronto, pode ser contra a existência do transporte de carga inter-ilhas quando, sobretudo, do ponto de vista do pescado há uma valorização enorme. Também do ponto de vista da Tarifa Açores eu julgo que ontem, na sessão de perguntas ao Governo, acerca da, da, da ilha Graciosa, ficou claro e aí o Partido Socialista admitiu que a Tarifa Açores era boa, agora parece que nos transportes a Tarifa Açores já não é boa. Mas, depois, também regresso à intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro quando disse que estes eram os partidos que, que os açorianos estavam a ver que estes eram os partidos que andaram sempre a exigir mais voos e mais lugares. Mas estes são os partidos que continuam a exigir mais voos e mais lugares.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

O Orador: São exatamente os mesmos partidos. Ou seja, o que eu posso depreender, o que eu posso depreender daqui é que o Partido Socialista, o Partido Socialista não vai exigir nem voos nem lugares para nenhuma das ilhas. É o que eu posso depreender daí. E depois, relativamente... porque quando disse isto, quando disse isto também fez a referência ao facto de haver mais transferências para a SATA, ou seja, de se ter transferido mais dinheiro para a SATA do que no passado. E a realidade é essa. É que o Partido Socialista Governou à conta da dívida e do endividamento da SATA.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Ora bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Esse é que é o facto. Esse é que é o facto. Agora, claro que se transfere, agora transfere-se dinheiro para a SATA. Transfere-se dinheiro para a SATA por conta, por conta do apoio ao passageiro na Tarifa Açores, que é uma compensação para a empresa porque o Governo decidiu, e bem, e bem, haver a bem da mobilidade dos açorianos, haver uma Tarifa Açores e isso, obviamente, tem que haver compensações. A empresa não pode é ser prejudicada como era no passado, nos tempos das governações socialistas, em que sucessivamente apresentavam prejuízo para o Partido Socialista poder andar a governar à conta efetivamente do endividamento desta empresa pública. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado: *The show must go on!*

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem inscrições neste momento. Sr. Deputado António Lima faça o favor.

(*) **Deputado António Lima:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, apenas para relembrar o Governo que eu coloquei um conjunto de questões sobre a operação do anunciado cargueiro aéreo e gostaria de ter alguma resposta. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Deputado... Sr. Secretário, Sr. Secretário regional das finanças, eu agradeço as respostas que deu às minhas questões, mas eu tenho uma dúvida em relação à questão relativa à prorrogação dos empréstimos. Eu percebi da intervenção de V. Exa. que o Governo teria assumido uma garantia no âmbito dessa operação. A minha pergunta é simples. Qual o valor da garantia que o Governo assumiu? Em segundo lugar, qual o valor dos empréstimos que foram prorrogados? Qual o valor dos empréstimos que foram prorrogados e qual o valor da garantia que o Governo assumiu. Se, por acaso, percebi mal, peço a V. Exa. o favor de me corrigir. Em relação ao Sr. Deputado Paulo Estevão, a noção que o Sr. Deputado Paulo Estevão tem de sentido de Estado é a oposição estar calada. Essa é a noção de sentido de Estado do Sr. Deputado. Ou seja, quando nós temos uma situação em que, entre setembro de 2020 e setembro de 2021, o passivo total da SATA aumenta, só nesses nove meses, 300... mais de 350 milhões de euros, quando se aproxima de mil milhões de euros, mais concretamente 984 milhões, a... o entendimento do Sr. Deputado Paulo Estevão é que o Partido Socialista deve estar calado. O entendimento do Sr. Deputado Paulo Estevão é que, quando a dívida a

fornecedores passa de 47 milhões para 55 milhões, o Partido Socialista deve estar calado. Quando os subsídios à exploração da SATA mais que duplicam, passam de 20 milhões para ma... cerca de 51 milhões, a noção de sentido de Estado do Sr. Deputado Paulo Estevão é que o Partido Socialista deve estar calado. Mas a noção de sentido de Estado do Sr. Deputado Paulo Estevão já lhe permite, em plena comissão parlamentar desta Assembleia, retirar a confiança política a um membro do Governo. Isso sim é que é sentido de Estado.

Deputado Berto Messias: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, mas estes valores e estes números colocam também aqui, em flagrante contradição, a posição política de outros partidos que suportam o Governo, nomeadamente o Chega. Porque é preciso dizer que há uma contradição flagrante entre a conversa que se diz de que não há mais dinheiro, que não pode haver mais dinheiro e aquilo que estes números demonstram. E, portanto, se os subsídios à SATA passam de 20 milhões para mais do dobro, para 50 milhões, qual é a posição do Chega? Se a dívida da SATA aumenta de 600 milhões para quase mil milhões de euros, qual é a posição do Chega? Se a dívida a fornecedores passa de 47 milhões para 55 milhões, qual é a posição do Chega?

Deputado Gustavo Alves: Isso é fácil de dizer. E as suas responsabilidades?

O Orador: É esta contradição que, num plenário anterior, eu tive oportunidade de dirigir ao Sr. Deputado José Pacheco. O Sr. Deputado, o Sr. Deputado clama e arvora-se no deputado fora do sistema. Não, Sr. Deputado. O que esses números demonstram é que o senhor está amarrado e atado de pés e mãos a este sistema que o senhor sustenta. Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Secretária regional do turismo, mobilidade e infraestruturas. Faça o favor Sra. Secretária regional.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, o Sr. Deputado António Lima colocou aqui umas questões relacionadas com o cargueiro, mas eu gostava de fazer aqui um enquadramento de todo este sistema de transportes aéreos. Eu começava por dizer, Sr. Deputado, que este processo começa, este processo de abertura dos Açores, este processo de reforma estrutural do sistema, do funcionamento dos transportes aéreos começa com a liberalização de, das rotas territoriais de São Miguel e Terceira. A partir daí, nós temos um passo fundamental estrutural para o aumento do tráfego, para a redução do preço dos residentes e para o incremento do turismo nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa: É verdade!

A Oradora: Primeiro passo. Segundo passo, Tarifa Açores, por muito que custe. Não se podia ter uma tarifa de 134 euros para chegar a Ponta Delgada ou à Terceira ou ao Faial ou à Graciosa ou às Flores ou ao Corvo e ter...

Deputado João Vasco Costa: Santa Maria também, já agora!

A Oradora: E Santa Maria também. Às nove ilhas dos Açores. E ter de pagar tarifas caríssimas inter-ilhas. E a Tarifa Açores resolveu este problema. A... a Tarifa Açores, ao resolver este problema, há um incremento substancial de passageiros. E se já havia um problema de deficit da carga, esse problema aumenta à medida que há uma maior oferta de lugares disponíveis para passageiros. Este é o terceiro passo. Este é o terceiro passo. É a criação de um, de um cargueiro, de uma solução já há muito tempo falada, não é nova, mas a verdade é que ninguém a pôs em prática. Isso é que é preciso saber. É porque falar... falar não custa. O que custa é trabalhar todos os dias para que as coisas aconteçam.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Alexandra Manes: Nós estamos aqui de férias, só a senhora é que trabalha

A Oradora: E isso nós temos feito. E nós temos feito. E nós temos feito. Cada um sabe o que trabalha. Eu sei o que trabalho. Portanto, esta é a questão que se coloca neste momento. É uma questão... é um processo evolutivo porque a oferta de transporte não é estática. A oferta de transporte tem que estar sempre a ir ao encontro das necessidades do mercado. Portanto, estamos sempre disponíveis para incrementar, para melhorar, para corresponder às necessidades. E, portanto, eu queria fazer este enquadramento para, para se perceber como é que se chega aqui. Agora, o cargueiro é um avião, um avião da SATA. Vai fazer parte das obrigações de serviço público. Vai fazer parte das obrigações de serviço público porque se não se oferece carga disponível nos aviões de passageiros oferece-se um cargueiro para carga. E com essa carga, e com esse cargueiro nós construímos o mercado interno, nós valorizamos os nossos produtos transportados e produzidos por cada uma das ilhas e podemos levá-lo para cada uma das outras ilhas satisfazendo, ou melhor, aumentando a nossa capacidade de autoconsumo e de autossuficiência. Também muito importante, sobretudo numa altura de pandemia. E aqui já se falou tanto da SATA e ninguém falou de pandemia? Então a pandemia só afetou as outras companhias aéreas? Só afetou as outras?

Deputado Carlos Silva: A pandemia só afetou 2021!

A Oradora: Todas tiveram processos de reestruturação, todas tiveram, todas elas tiveram problemas, todas tiveram acréscimo de custos, todas tiveram deficits superiores e aqui ainda não se falou de pandemia. Não existiu. Já passou. Agora

já temos outra coisa que nos preocupa mais, sem dúvida nenhuma, que é o conflito armado na Ucrânia. Mas a pandemia, efetivamente, trouxe consequências muito devastadoras para a economia de todos os países e os Açores não ficaram de fora. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Secretária regional. Tem agora a palavra o Sr. Secretário regional das finanças, planeamento e administração pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, senhores e senhoras deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, porque estas matérias são relevantes e não devem ficar sob qualquer tipo de dúvida, faço nota que posso não ter-me explicado suficientemente bem, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas não há nenhuma garantia nova. A verba dos 155 milhões já está no âmbito das garantias de 255 milhões que a Comissão Europeia permitiu à SATA ao longo, através... de 18 de agosto uma, uma comunicação, uma decisão a 30 de abril de 2021, outra a, a... e, foi ao abrigo dessa possibilidade de avalizar até 255 milhões que os 155 foram feitos. O que se passou foi uma transferência da, da titularidade do emitente das obrigações da SATA para a Região, para responder àquilo que era a assembleia obrigacionista do sábado, de sexta-feira passada em que era preciso ou devolver a verba ou assegurar através da Região, como emitente. Foi meramente isso que sucedeu.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Deputado José Contente: Já vejo 3 candidatos à liderança do PSD.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa: Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Em certa medida, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Sr. Deputado Paulo Estevão já tinha dado nota de algumas das

preocupações que ficaram no grupo parlamentar do PSD sobre a sua intervenção neste domínio. E ficam essas preocupações porque nos parece, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que é altamente irresponsável da sua parte numa semana e numa altura em que termina, ou que está a terminar, um processo que, V. Exa. sabe, é, além do mais, extremamente sigiloso em termos de...

Deputada Andreia Cardoso: Como é que sabe que está a terminar esta semana?

O Orador: ... eu não digo que... está provavelmente a terminar o processo. Foi o que eu disse. Ou que estamos, estamos, estamos a... naturalmente, todos sabemos que o processo de reestruturação da SATA está numa fase em que terá de ser decidido. E o senhor sabe-o porque sabemos todos nós, açorianos e os representantes dos açorianos, por maioria de razão, têm que o saber. Porque é isso que faz parte do enquadramento em que a Comissão Europeia está a trabalhar e tem trabalhado todos os processos de reestruturação, nomeadamente aquele que aconteceu com a TAP. E o Sr. Deputado António Lima, neste debate, queria fazer com a SATA provavelmente aquilo que também não o deixaram fazer com a TAP, e muito bem. Que era ser o senhor a liderar as negociações com a Comissão Europeia...

Deputado António Lima: Eu disse isso?

O Orador: ... e as conversações com a comissão europeia para, eventualmente, haver uma solução para uma companhia aérea que, que V. Exa. também não queria que, que fosse, enfim, que tivesse minimamente a atenção dos privados. Se calhar, foi a sua atitude no Continente e do Bloco de Esquerda que também que levaram a TAP à situação ou que ajudaram a TAP a chegar à situação a que chegou, se formos fazer o histórico desse processo. Mas o deputado António Lima também queria liderar estas negociações e queria até fazê-lo com o PS que também está ciumento de não ter liderado, ...

Deputado António Lima: Mas quem é que disse isso?

O Orador: ... de não estar a fazer estas negociações com a Comissão Europeia

para esconder, provavelmente, os erros que cometeram no passado. É que... e volto à questão da irresponsabilidade, da irresponsabilidade manifestada pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Eu lembro aqui que, no início da... no início da discussão do plano e orçamento para este ano, eu tive oportunidade, em representação do grupo parlamentar do PSD, de dizer ao Dr. Vasco Cordeiro, na altura ainda candidato a líder do Partido Socialista – Açores, e, naturalmente, líder parlamentar do Partido Socialista, que naquele debate do plano e orçamento V. Exa. jogava o seu futuro político e que era um erro da sua parte colocar todas as fichas do seu futuro político no chumbo do plano e orçamento da Região, numa espécie de confirmação daquilo que V. Exa. vem daí dizendo desde o primeiro dia da legislatura que é “este Governo não se aguenta”, “eles não se entendem”, “este Governo vai cair”, “este Governo não se aguenta, ninguém se entende neste parlamento”. E isso foi um erro crasso, esse sim, o erro crasso da sua parte que é avolumado por esta circunstância de você, ...

Deputado José Ávila: Olhe para os seus erros e deixe os erros dos outros!

O Orador: ...de V. Exa. não ter conseguido, não ter conseguido os seus intentos de fazer, criar problemas aos seus açorianos com a instabilidade de chumbar um plano e orçamento, apostando o seu futuro político nisso e agora, não tendo salvação política como atesta a irresponsabilidade de pôr, enfim, em debate...

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

O Orador: ... questões sensíveis sobre o futuro da SATA numa altura em que a SATA deve ter toda a atenção por parte deste Governo em fazer um bom trabalho de negociação com Bruxelas para salvarmos a SATA. Eu acredito que, bem no fundo, V. Exa., Sr. Deputado Vasco Cordeiro, vive uma grande, uma grande angústia. É que V. Exa. é o culpado de, da quase destruição da SATA, tal como a conhecemos. Foi V. Exa., como secretário da economia e depois como presidente do Governo, que, nos últimos 12 anos, eu diria...

Deputado Flávio Soares: Bem lembrado!

O Orador: ... sim, nos últimos 12 anos do seu Governo, e já temos quase 2 anos desta legislatura, teve a responsabilidade, como membro do Governo e presidente do Governo, de levar a SATA a estes resultados e que,

Deputada Andreia Costa: A estes, já foram os senhores.

O Orador: ... agora, achava de entre a sua soberba, em termos de avaliação desta situação, demonstra a sua soberba ao dizer que a responsabilidade da SATA, eventualmente não correr bem este processo, será de outrem que não V. Exa. E essa a sua angústia, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. V. Exa. vive nessa angústia de quem, de facto, está amarrado de pés e mãos e não outros. V. Exa. é que está amarrado de pés e mãos, o seu futuro político a cada momento em que acha que cria dificuldades ao Governo quando, na verdade, está a criar dificuldades aos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão: Nós vamos salvá-lo!

Deputada Ana Luis: Não atire foguetes antes do tempo!

O Orador: E é essa a sua irresponsabilidade e a nossa surpresa por achar que a sua salvação política é mais importante do que a salvação da SATA. E isso, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é imperdoável da nossa perspetiva. Mas para terminar esta minha intervenção gostava de também de lembrar o seguinte que é notório na intervenção e na posição do Partido Socialista e do seu líder neste debate. E que é o seguinte. O Partido Socialista é contra a Tarifa Açores. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro sem querer dizê-lo acabou por dizê-lo claramente. O Partido Socialista tem uma contradição. É verdade. A contradição insanável também, e flagrante que tem nesse seu raciocínio.

Deputado Paulo Estêvão: Se fosse só uma. Mas são muitas!

O Orador: O Partido Socialista acha que apostar no mercado de transportes aéreos aparentemente é errado e todos, toda a Europa está a seguir um caminho inverso. É uma análise que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, enquanto analista político, certamente terá muita oportunidade para a discutir nos fóruns europeus

onde, com, com muita, com muita honra certamente, e todos nós com orgulho teremos como presidente da, da ESRUP, certamente nos fóruns europeus poderá, poderá discutir essa, essa vertente da análise política, mas, ao mesmo tempo, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não quer que andemos para trás ficando na dependência da TAP. Portanto, temos que ter uma SATA forte. Uma SATA forte faz-se com viagens aéreas. Mas o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não, diz que tem que ser com viagens marítimas. E, portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, só há uma solução. É a SATA ser anfíbia. E a SATA não pode ser anfíbia para resolver essa sua contradição que é, essa sim, uma contradição flagrante. Na verdade, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não se prenda tanto, não se prenda tanto e de uma forma tão obstinada à sua salvação do seu futuro político...

Deputado José Ávila: Olha que o senhor falou, falou e não disse nada. E transportes?

O Orador: ... e prenda-se mais àquilo que é importante e que é verdadeiramente central, como disse a Sra. Secretária do, dos transportes neste debate já, que é central. É a criação do mercado interno. É termos um avião cargueiro que supra as necessidades de todas as nossas ilhas em termos da sua produção. É a própria procura da carga que gera, é a própria oferta de carga que gera a possibilidade de termos, nos Açores,

Deputado José Ávila: Olhe para o ponto 2, está aqui! O senhor queria navios todo o ano e agora está a fazer esse papel?! Tenha vergonha! Foi para enganar os graciosenses!

O Orador: ... mais produtores interessados em investir porque sabem que conseguem escoar os seus produtos, nem que seja para vender nos Açores e conheça os deficits de autossuficiência alimentar que nós temos. Sr. Deputado, o senhor sabe a importância disso tudo, mas o Sr. Deputado opta, independentemente de eu tentar e neste, neste caso não advertido pelo Sr. Presidente da Assembleia para me deixarem acabar a minha intervenção ali da sua

bancada, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro opta sempre, esta legislatura, essência de uma desilusão política da nossa parte em relação a si, opta sempre por valorizar mais a sua salvação da sua carreira política do que salvar os Açores dos erros cometidos por V. Exa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça o favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado José Pacheco: Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados... está a olhar para mim? É para si que eu vou falar. Tenha calma. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ainda me merece a consideração de lhe responder, já outros não. Mas a si respondo-lhe. O senhor preocupa-se demasiado com o Chega.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem.

O Orador: O senhor devia estar preocupado é com o rasto que deixou neste tema que estamos a falar que é a SATA. Quanto à posição do Chega... O senhor tenha calma que já lhe respondo também. Isso é um de cada vez, faça o favor. É um de cada vez. Quanto à posição do Chega, é ir ler a nota que já emitimos. Está lá, está escrita, já... Vai sair em vídeo, há uma versão em vídeo para os senhores se consolarem a ver. Dúvidas não há, a posição do Chega é esta e será esta e será sempre esta. Na nossa casa mandamos nós. Fazemos a pressão que temos que fazer. No dia que tivermos que fazer. Com quem tivermos que fazer. Graças a Deus ainda sabemos resolver os nossos problemas. Muito obrigado.

Deputado Berto Messias: O Sr. Deputado Carlos Furtado não acha isso!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça o favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo, o debate vai longo e eu já não era para intervir neste debate, achava que estava vindimado, mas veio à baila, de novo, a questão do avião cargueiro. E entre o avião cargueiro e a Tarifa Açores suscitou-me uma preocupação que agradecia se a Sra. Secretária me pudesse esclarecer. As tarifas que vão ser aplicadas à carga aérea a ser transportada inter-ilhas serão tarifas para fazerem face ao custo da operação ou será uma Tarifa Açores? Uma tarifa de carga Açores que vai aumentar ainda mais, que vai aumentar ainda mais o nível de subsídios à exploração da companhia? Isto em relação ao cargueiro. Outra questão que o Sr. Deputado António Lima, no final da sua intervenção, deixou no ar e que é importante também o Governo esclarecer a câmara, e os açorianos em geral, é em relação aos transportes terrestres urbanos de passageiros. Os concursos estão atrasados ainda desde o tempo do Governo anterior, as empresas não libertam verbas para renovar a frota. A frota, a última vez que foi renovada, foi com base em apoios comunitários para o turismo. E nós encaramos uma crise ao nível do preço do petróleo que acarreta custos elevadíssimos para essa operação. E era importante também o Governo dos Açores deixar, à câmara e aos açorianos, um sinal de quais as políticas que pretende para o transporte urbano de passageiros na Região Autónoma dos Açores. Eram só esses esclarecimentos. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, muito rapidamente, Sra. Secretária agradeço as respostas que nos transmitiu embora elas não tenham sido suficientemente esclarecedoras e, aliás, completas como tinha sido, tinham sido colocadas as questões. Em primeiro lugar, fez um enquadramento interessante e eu não posso deixar de ir também a esse enquadramento. É que falou da liberalização das rotas, mas também esqueceu-se de falar dos apoios que existem,

existiram à Ryanair que é aquele que é por demais conhecido para promoção do destino, em várias rotas, ao longo dos anos. Esqueceu-se de falar dos problemas, já aqui referidos, do subsídio social de mobilidade que não só é um apoio completamente burocratizado e com custo enorme...

Deputado José Ávila: Isso não é ajudas de estado. Isso é coesão.

O Orador: ... por via das suas falhas no sistema, nomeadamente, por exemplo, entre as taxas de emissão. Esqueceu-se de falar das obrigações de serviço público para as rotas não liberalizadas que foram, como é assumido pelo Governo e pela SATA, os números são, são vossos, que foram um rombo nas suas contas. Esqueceu-se de falar das obrigações de serviço público de carga aérea para o Continente nunca implementadas. Ou seja, esse grande modelo de, de transporte aéreo, que referiu no seu enquadramento, tem todos estes problemas, todos estes problemas. E alguns deles o Bloco de Esquerda procurará atenuar ou corrigir consoante a proposta. Mas sobre o cargueiro, Sra. Secretária, fica a dúvida. Por exemplo, referiu que irá operar no âmbito das obrigações de serviço público. Foi aquilo que transmitiu. Mas pergunto, ele vai voar apenas inter-ilhas ou para o Continente? Essa pergunta tinha colocado. É que também não posso deixar de lembrar que os aviões da SATA que continuarão a operar, continuarão, julgo eu, a transportar carga. E é preciso não esquecer, pelo menos foi isso que foi anunciado, que a SATA terá, a partir de 2023, mais um avião, um Q400. E isso aumentará, como é óbvio, a capacidade de transportar passageiros e aumentará a capacidade de transportar carga. Senhora secretária, e aquilo que eu pergunto é se foi feito algum estudo de viabilidade económica dessa operação? Existe mercado? Existe, existirá oferta, mesmo que ela cresça, a oferta, aliás, procura... mesmo que ela cresça com a oferta, existirá procura suficiente para sete aviões de passageiros mais um Q400 de carga? Como é que essa proposta, como é que essa medida do cargueiro se articula com o plano que o Governo tem de encomendar, aliás já encomendou o estudo de, de, para o transporte do tráfego local, do

transporte de carga inter-ilhas, como é... marítimo, como é que essa proposta, como é que esse cargueiro se articula e se integra neste sistema?

Deputado João Bruto da Costa: E as camionetas, como é?

O Orador: Haverá procura suficiente para um cargueiro, um Q400, não é um Q200... é um Q400 e...

Deputado João Bruto da Costa: Deus queira!

O Orador: Deus queira que sim, Sr. Deputado, Deus queira! Aquilo que eu quero saber, e que o Bloco de Esquerda quer saber...

Deputado João Bruto da Costa: É se vai haver!

O Orador: ... é se foi feito o estudo de viabilidade económica desse, dessa operação. É tão simples quanto isso. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça o favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu fico profundamente sensibilizado e enternecido com a preocupação de vossas excelências em relação ao meu futuro político. É algo que me sensibiliza profundamente essa preocupação, mas eu sou obrigado a declinar essa preocupação porque, aliás, é algo que também resulta deste debate. É algo que também resulta deste debate. Os senhores estão, neste assunto e noutros assuntos da governação dos Açores, demasiado preocupados com o Vasco Cordeiro. Preocupem-se com os Açores.

Deputado José Pacheco: A sério?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Preocupem-se com os açorianos. Façam como nós fazemos. Preocupem-se com aquilo que interessa que é dar respostas aos Açores e aos açorianos. E deixem o meu futuro político nas mãos, em primeiro lugar, dos meus

camaradas ...

Deputado João Bruto da Costa: São cada vez menos, estão todos em debandada!

O Orador: ... e, em segundo lugar, nas mãos dos açorianos. Com o juízo de uns e de outros... com o juízo de uns e de outros eu estou muito confortável. E se quer maior prova, porque eu até estou muito confortável, veja lá, veja lá Sr. Deputado João Bruto da Costa, Sras. e Srs. Deputados do PSD, o Partido Socialista até ganhou as eleições de 2020...

Deputado José Ávila: É verdade, bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... e eu estou aqui sentado na bancada da oposição. Em segundo lugar, dizer-lhe, Sr. Deputado João Bruto da Costa, que a questão... Exatamente. Foi isso que eu disse. Foi. Em segundo lugar, Sr. Deputado João Bruto da Costa... O que eu disse foi que “ganhei a...”, “o Partido Socialista ganhou as eleições de 2020 e eu estou aqui sentado na bancada da oposição”, com muita honra e com muito orgulho. Com muita honra e com muito orgulho. Já o tinha dito antes.

Deputado Paulo Estêvão: Já vamos falar sobre isso.

O Orador: Em segundo lugar, Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu sou obrigado também a declinar e a repudiar a sua acusação de que o Partido Socialista é a fonte da instabilidade deste Governo. Sr. Deputado João Bruto da Costa, a principal fonte de instabilidade deste Governo é o Governo propriamente dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O senhor tem, o senhor tem ameaças de partidos da coligação que já não vão votar, que já não votavam os orçamentos e que não vão votar. O senhor tem a retirada da confiança política de parceiros da coligação a membros do Governo. O senhor

tem diretores regionais que demitem secretárias regionais após elas terem tentado demitir diretores regionais.

Deputado Paulo Estêvão: Isso é falso!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estevão, Sr. Deputado veja lá. Sr. Deputado João Bruto da Costa, Sr. Deputado João Bruto da Costa...

Deputado Paulo Estêvão: Isso é falso!

O Orador: ... a principal fonte de instabilidade desta solução governativa é ela mesma. Não olhe para o Partido Socialista e, já agora, não olhe também para os outros partidos da oposição.

Deputado Paulo Estêvão: Está desesperado Sr. Deputado!

O Orador: Não olhe. Essa é da vossa inteira e exclusiva responsabilidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem.

O Orador: Em terceiro lugar, eu gostava só de lhe dizer que eu não serei presidente da ESRUP. Eu serei presidente, se a coisa correr bem obviamente, do Comité das Regiões. Presidente da ESRUP já fui, já foi o Sr. Presidente do XIII Governo Regional e, portanto, com muita honra e com muito orgulho, que vejo os Açores assumirem esse lugar.

Deputado Paulo Estêvão: E ficamos todos muito contentes.

O Orador: Em quarto lugar... Talvez uns mais do que outros. Em quarto lugar, dizer o seguinte. Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu acho que este debate também poderia ter servido para aquilo que o Sr. Deputado António Lima suscitou, o Sr. Deputado Rui Martins suscitou que tem a ver com esta questão da relação entre transporte aéreo e transporte marítimo e o contexto global em que os Açores se inserem. Eu não defendi, nem defendo, que o transporte ma... aéreo de passageiros deve ser substituído por transporte marítimo de passageiros.

Deputado Bruno Belo: O senhor disse isso há pouco!

O Orador: Não defendi...

Deputado Paulo Estevão: Parecia!

O Orador: ... nem defendo. O que eu defendi, e defendo, é que me parece que seria útil, é que me parece que seria útil nesta Assembleia discutir, debater se, no caso de transporte de carga, faz sentido ou não alinharmos por aquela que é a tendência a nível mundial e europeu.

Deputado Paulo Estevão: Em 8 anos o senhor não conseguiu comprar os navios!

O Orador: Substituir, passar de uma situação do transporte aéreo de carga para uma situação de transporte marítimo de carga.

Deputado Paulo Estêvão: Teve 8 anos para isso, não fez nada!

O Orador: E devo dizer que até não estou sozinho, não estou sozinho nesta, nesta abordagem nem nos méritos que, possivelmente, isso pode ter.

Olhe, os Governos do Partido Socialista, desde mil novecentos... finais dos anos 90, que implementaram um sistema de transporte marítimo de passageiros e viaturas.

Deputado Gustavo Alves: Oh, isso é uma inovação!

O Orador: Exatamente Sr. Deputado Gustavo Alves. Aliás, a Sra. Secretária regional da mobilidade também reconheceu os méritos daquilo que seria o transporte marítimo de carga. Hoje percebo que pensa de maneira diferente. De carga. Mas o senhor não conseguiu, não conseguiu... Dizia a Sra. Deputada, a Sra. Secretária regional dos transportes e da mobilidade, em 2012, “nós propomos um novo modelo de transporte marítimo de passageiros e carga, em ferry, durante todo o ano, a ligar as ilhas dos Açores numa base diária de 24 a 48 horas, nas 6 ilhas de São Miguel...

Deputado João Bruto da Costa: Qual é a dúvida?

O Orador: ... e o grupo central porque formam o núcleo duro deste mercado regional e desta região económica e porque são as que estão mais próximas e, complementarmente, é mais fácil fazer circular dentro destas 6 ilhas a mercadoria que é produzida em cada uma delas”. Citei, citei a Sra. Secretária regional da mobilidade, então como candidata a presidente do Governo... dando, aliás,

sequência daquela que tinha sido a medida iniciada pelo Partido Socialista desde finais da década de 90, numa entrevista à RTP-Açores a 28 de setembro de 2012. Nisso eu não sou inédito. O senhor já me percebeu, não é, sou chato. E, portanto, a Sra. Secretária pensa de maneira diferente hoje. É legítimo. É legítimo. Mas eu acho que está errada. Eu acho que está errada e pior, eu acho que arrasta o Governo no seu erro. Arrasta o Governo no seu erro. Porque não pode simplesmente passar de uma posição como esta para uma posição de entender que o avião cargueiro, que pode ter os seus méritos, mas que não responde à questão essencial... Mas que não responde à questão essencial naquilo que deveria ser uma discussão que este parlamento poderia e deveria realizar. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, eu julgo que deste debate há, em suma, três ou quatro conclusões que se podem retirar e gostaria de fazê-lo...

Deputado Paulo Estêvão: Ainda não acabou. Ainda vou falar.

O Orador: Claro que vai. Claro que vai. Claro que vai. E gostaria de fazê-lo em nome do Partido Socialista... e gostaria de fazê-lo em nome do Partido Socialista. Primeiro, em relação ao transporte aéreo e transporte marítimo de passageiros, o Governo Regional, como num conjunto de outras matérias, diz uma coisa e o seu contrário com a maior das facilidades.

Deputado Paulo Estêvão: Não é verdade.

O Orador: Em segundo lugar, os senhores gerem esta questão dos transportes, da SATA, a Região em função do passado e não em função do futuro.

Deputado Paulo Estêvão: Também não é verdade.

O Orador: Terceiro lugar, os senhores já têm passado. Na SATA os senhores já têm passado. E sabem qual é o vosso passado? O vosso passado é muito simples. É passar os subsídios dos açorianos à SATA de 20 milhões de euros para 50, quase 51 milhões de euros. É passar os resultados, sem subsídios, de 81 para 90 milhões de euros.

Deputado Paulo Estêvão: É falso!

O Orador: É passar a dívida a fornecedores de 47 para 55 milhões de euros. É passar o passivo total de 630 mi... e 38 milhões de euros para 989 milhões de euros. Quinta conclusão... quinta conclusão... O quê? A quarta é hoje. Quinta conclusão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados... Sr. Presidente e Sras. e Srs. Deputados, deixo-vos essa recomendação que, acreditem, é sincera, que é sincera e que a faço com toda... do fundo do coração. Governem a Região não preocupados comigo ou com o PS. Governem a Região preocupados com as Açores e com os açorianos. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado, o grupo parlamentar do Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate. Vamos dar continuidade do mesmo à tarde. A Sra. Secretária vai atualizar os tempos e, enquanto ela faz essa atualização, eu informo a conferência de líderes que nós precisamos de fazer uma breve reunião após a atualização dos, dos tempos. Faça o favor Sra. Secretária.

Secretária da Assembleia: O Governo Regional dispõe de 5:54, PS já não tem tempo disponível, PSD 5:40, CDS 2:31, BE 4:15, PPM 7:22, Chega 4:47, Iniciativa Liberal 2:52, PAN 8:04 e deputado independente tem 21 segundos.

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Secretária. Então, pedia aos líderes que se abeirassem aqui da Mesa, se fizessem favor.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente da Assembleia: Reocupem os vossos lugares. Sras. e Srs. Deputados.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Vamos, então, dar continuidade ao debate de urgência solicitado pelo Bloco de Esquerda, sobre transportes. Estava inscrito o Sr. Deputado João Bruto da Costa a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado João Bruto da Costa: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Neste momento, prescindo, atendendo a que pretendia responder à interpelação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Vou esperar mais um pouco, se ele chegar à sala. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) Deputado Paulo Estevão: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo – vou tirar aqui o som ao telemóvel. Eu, também, pretendo responder ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro já fez as suas conclusões e não está aqui para ouvir as conclusões dos outros. Mas, mesmo assim, uma vez que esta sessão está a ser gravada... eu não vou pedir nenhuma transcrição, eu não vou pedir nenhuma transcrição para enviar ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu vou responder-lhe. Então, eu, também, tenho algumas conclusões. Em primeiro lugar, quero aqui fazer uma observação ao Bloco de Esquerda. Em relação ao Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda é muito parecido com os anarquistas do século XIX – anarquistas, do ponto de vista político. Os anarquistas do século XIX ficaram conhecidos por matar alguns Reis e Presidentes da República e Primeiros-Ministros, isso aconteceu, mas, também, ficaram conhecidos pela falta de habilidade em manusear explosivos, ...

Deputado Joaquim Machado: É verdade!

O Orador: ... porque, muitos deles, morreram na tentativa dos atentados, de executar os atentados. E, faz-me aqui lembrar V. Exa., aquela tentativa que V.

Exa. fez, ao nível do Governo da República, com o Sr. Primeiro-Ministro António Costa, em que tentaram, também, dinamitar um acordo que V. Exas. fizeram, com uns anos de antecedência, um acordo, e, depois, tentaram dinamitar e o que aconteceu foi que lhes aconteceu a mesma coisa que os anarquistas do século XIX, a bomba rebentou-lhes nas mãos e têm muita sorte de ainda terem alguns Deputados na Assembleia da República. Em segundo lugar, pode ser que lhe sirva algo de lição. Em segundo lugar, constato que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, agora ausente, ainda não sabe o que é que lhe aconteceu no verão passado. Diz o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, dizia, “-Vejam bem, eu ganhei as eleições e estou aqui sentado na oposição-”.

Deputado João Bruto da Costa: Basta ir à Assembleia Municipal da Graciosa!

Deputado Francisco Coelho: O que é o PSD dizia em 2015 sobre a democracia parlamentar?

O Orador: Ou seja, ainda não tem a perceção, ainda não tem a perceção de como é que funcionam os Parlamentos Democráticos, em que contam todos os Deputados e em que contam todos os votos. E, isso, evidentemente, que provoca uma visão, um pouco, distorcida da realidade. Eu, também, tinha, em segundo lugar – eu vou ver se consigo fazer bem esta contabilidade. O Sr. Deputado, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro tinha 5 conclusões e passou da terceira para à quarta. Eu vou tentar sintetizar a ver se acabo da terceira para à quinta. Diz o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que, ele tem uma solução, tem um projeto e o projeto é construir navios de passageiros, e, também, de mercadorias, que possam responder e que possam tornar a Região menos dependente do transporte aéreo. Eu queria mostrar-lhe, apenas... aqui está ele, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, chega à tempo, Sr. Deputado. Tem aqui uma notícia de 20 de fevereiro de 2014, que diz o seguinte: “ - Açores aprova um concurso para a construção de dois barcos com capacidade para 650 passageiros - ”. 2014. O que é que aconteceu? Nem o primeiro, nem o segundo. Depois, diz V. Exa. que tem essa estratégia para os Açores, que,

portanto, o que é preciso fazer é isto, é mandar construir navios de passageiros e de carga. Em 2018, o que é que acontece? Tornou-se menos ambicioso. Já não são dois, é, apenas, um. O que é que aconteceu com esse barco? Tenho aqui a notícia de 2018, também, não se fez. Ou seja, depois de todos estes anos, aquela que é a sua estratégia, não se concretizou, e, por isso, depois, de 8 anos de governação, em que, a estratégia alternativa ao transporte aéreo não se concretizou, eu penso que V. Exa. não tem a credibilidade de olhar para o futuro, quando o seu passado, nesta matéria de credibilidade política, quando o seu passado, nesta matéria, é o que é. Bom, tendo nós ficado a ver navios, tendo nós, os açorianos, ficado a ver navios, V. Exa. quase que nos deixa, V. Exa. quase que nos deixa, também, sem aviões, sem aviões, porque, V. Exa. esteve à beira de provocar a bancarrota da SATA. Deixou-nos sem navios e quase que nos deixa sem aviões. E o que é que aconteceu? Este Governo, este Governo assumiu a responsabilidade de salvar a SATA, de salvar a SATA da bancarrota. Depois de terem sido escolhidos, durante muito tempo, administradores, absolutamente, incompetentes, depois de – como ficou provado em Comissão de Inquérito – o Governo Regional ter tomado decisões que afetaram a credibilidade e afetaram a saúde financeira da empresa. E o que nós aqui dissemos é que estamos no bom caminho, estamos à espera de boas notícias. Eu tenho a certeza que essas boas notícias vão acontecer, ...

Deputado Carlos Silva: Tem a certeza? O que é que o senhor sabe que o Parlamento não sabe?

O Orador: ... porque nós fizemos o trabalho de casa, nós fizemos bem o nosso trabalho, e, por isso, e nós fizemos bem o nosso trabalho, e, por isso, o que se anuncia aqui aos açorianos é o compromisso de salvar esta empresa, porque, tendo nós ficado a ver navios, é importante que se preserve o transporte aéreo na Região. Depois, sem argumentos, em relação à situação financeira da SATA, sem argumentos em relação ao seu próprio passado de ineficácia em termos de

construção de uma alternativa complementar em termos de transportes de passageiros e de mercadorias, o que é que o Partido Socialista fez? É o que faz sempre, nos últimos tempos, agarra-se ao Chega. Quando não há conclusões, os Srs. o que é que fazem? E o Chega? E o Chega? E o Chega? Os Srs. vão buscar o fantasma, o fantasma é o Chega. O fantasma é o Chega.

Deputada Andreia Cardoso: O fantasminha trapalhão!

O Orador: Não há, não há outro argumento. Quando não há argumentos e é... e qual é truque? É montar uma intrigazinha, o que é que o Chega acha disto...

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Já termino. O que é que o Chega acha disto, o que é que o Chega acha daquilo, não sei o quê, montar uma intrigazinha, porque essa é a sua esperança política. Sr. Presidente, eu não percebi se já terminei o tempo?

Presidente da Assembleia: Já, sim Sr.

O Orador: Já? Então, eu vou já concluir, vou já concluir, penso que, com a quarta conclusão, penso que, com a quarta conclusão, para dizer o seguinte, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, torno a reiterar. Este é um assunto da maior importância. É um assunto em que eu lhe pedi sentido de Estado. Nós, nesta matéria, temos que estar todos juntos. Aqui o objetivo é salvar a SATA. É o que nós estamos a fazer. V. Exa. deixou-nos um assunto, deixou-nos um assunto muito difícil, muito complexo, com muitas dificuldades, mas nós vamos ganhar. Mas, agora, não tendo V. Exa. deixado um trabalho de casa bem feito, o que lhe peço é que, agora, também, não estrague o que o Governo Regional está a fazer neste momento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado. O PPM esgotou o seu tempo para este debate de urgência. Dou a palavra, no imediato, à Sra. Secretária Regional do

Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faz favor, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Só para responder aqui a algumas questões que me foram colocadas e que não queria deixar de sublinhar as matérias que aqui estão. A primeira delas teve a ver com uma questão colocada pelo Sr. Deputado Nuno Barata, sobre o serviço público de transporte de passageiros. Eu queria, de facto, comunicar que o serviço público de transporte de passageiros está concessionado, em São Miguel, para serviço diurno até 31.12.2022. Está concessionado em serviço noturno e fins de semana, também, até 31.12.2022. Santa Maria, está concessionado com vigência até 31.01.2031. Terceira, está concessionado até 31.12.2022 e tem um contrato de prestação de serviços diurno ao fim de semana, com vigência a 31.12.2022. Em São Jorge, tem concessão de serviço público diurno, cuja validade termina em 31.12.2022. O Pico, tem concessão de serviço público, cuja validade termina a 31.12.2022 e um contrato de prestação de serviço em horário diurno ao fim de semana, até 31.12.2022. O Faial, tem concessão de serviço público diurno, cuja validade termina a 31.12.2022 e contrato de prestação de serviços em horário diurno ao fim de semana, com vigência até 31.12.2022. E as Flores, tem contrato de prestação de serviços, com vigência até 31.05.2030. Tudo isto, ao abrigo do Regulamento da Comissão Europeia 1370/2007 de... não o Regulamento é do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro é o número é o 1370/2007, que define o modo como as autoridades competentes podem intervir neste domínio, nomeadamente, através da imposição de obrigações de serviço público e da celebração de contratos públicos, relativos às obrigações de serviço público, com compensação, ou não, muitos destes, sobretudo, fins de semana e noturnos, são, naturalmente, com compensação, e, também, na maior parte das ilhas, com exceção de São Miguel e Terceira, também, com compensação diurna. Para além disso, foram aprovadas várias

resoluções, e atribuídos vários apoios no valor de, uma resolução de 500 mil euros, outra de 500 mil euros, em fevereiro de 2021, agosto de 2021, março de 2022 de 800 mil euros, e, ainda, em abril de 2022, esta última para combustível e as outras três para apoios às perdas associadas à pandemia do Covid 19. E, portanto, é óbvio que, é um setor que precisa de alguma modernização, que precisa, sobretudo, de alguma tecnologia associada, de maneira a que este serviço seja melhor prestado, mas que tem, de facto, a nossa atenção e que tem merecido, como se vê, um conjunto de apoios e um conjunto de contratos de serviço público, porque, obviamente, não pode deixar de ser assim, temos que prestar esse serviço às populações. Agora, as questões colocadas pelo Sr. Deputado António Lima. Sr. Deputado, a questão do subsídio de mobilidade, acho que o Sr. faz muito bem em propor formas de agilizar...

Deputado João Bruto da Costa: É verdade!

A Oradora: ... e modernizar e simplificar o subsídio de mobilidade, porque isso já está proposto pelos Deputados da Assembleia da República desde 2017, e, até hoje, nada fizeram. E a Madeira aprovou, a Madeira conseguiu aprovar uma Proposta de Lei que veio da Assembleia da República que, depois, nunca foi posta em prática. Portanto, eu acho muito bem que nós continuemos todos nessa função de conseguirmos atingir o nosso objetivo de agilizar uma situação que é complexa, todos nós passamos por isso e sabemos que é assim, e, portanto, tem o nosso apoio. Aliás, desde 2017, que nós trabalhamos nisso, foi criado um grupo de trabalho, devo-lhe dizer que, até agora, esse grupo de trabalho não produziu rigorosamente nada. Ainda hoje, houve declarações do Secretário de Estado dos Transportes a nível nacional, falando, outra vez, que vai mudar e vai mudar. Enquanto fala em mudar eu até fico assustada, porque a gente nunca sabe se vai mudar o subsídio, se vai mudar o sistema. E a gente só quer mudar o sistema, não quer mudar o valor do subsídio. Portanto, muita atenção a tudo isso, porque, às vezes, por detrás de uma coisa, vem outra e o nós temos que estar atentos. 134€ é

uma linha vermelha, é uma linha vermelha, e, portanto, o que nós queremos é simplificar e não alterar qualquer tipo de subsídio. E, quando eles falam em alterar, eu fico logo preocupada em saber o que é que vai nas cabecinhas desses senhores.

Deputada Alexandra Manes: Sentimos o mesmo em relação a si!

A Oradora: Pronto. Em relação ao cargueiro, em relação ao cargueiro, obviamente, que o cargueiro é para produtos perecíveis, para peixe, fundamentalmente, porque nós estamos sempre a fazer um bocado de bombeiros para ir buscar o peixe, como sabe. Aliás, é sempre público quando há problemas. Portanto, é para este tipo de produtos. Agora, não lhe posso dizer qual é que vão ser as rotas, nem os horários, e, também, não se pode chegar a esse pormenor, como é óbvio. Agora, o que lhe posso dizer é que será tarifas idênticas àquelas que são as praticadas pela SATA porque é a SATA que vai continuar a fazer esse transporte. E, portanto, eu julgo que respondi às questões que me colocou. Muito obrigada.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, V. Exa. questionou esta bancada e interpelou esta bancada no sentido da nossa preocupação com o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. E, eu devo-lhe dizer que, sim, é verdade. Nós estamos, mesmo, muito preocupados e preocupamo-nos sempre com a atuação política e o exercício da função política do Sr. Deputado Vasco

Cordeiro. Disso, não restem quaisquer dúvidas. E temos, mesmo, muitas razões para nos preocupar com aquilo que é a atuação política e o exercício de funções políticas pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Com, naturalmente, sempre a consideração institucional que é devida, ao ponto de, esta coligação, nomeadamente, através do Sr. Presidente do Governo, ter mantido a nomeação de V. Exa. para Presidente do Comité das Regiões que, como sabe, foi uma opção deste Governo.

Deputado Flávio Soares Muito bem!

O Orador: Portanto, em termos institucionais e em termos da consideração devida a um Ex-Presidente do Governo, que não restem dúvidas que o Dr. Vasco Cordeiro merece, naturalmente, a nossa consideração. Mas, a nossa preocupação, é, efetivamente, com as suas funções que exerceu e o seu desempenho político, que nos trouxe a este debate, a levar a ter que avaliar aquilo que é o passado da SATA e aquilo que é as necessidades para o futuro e aquilo que todos desejamos que seja um futuro que seja adequado a servir os interesses dos Açores por aquela que é – que nunca esqueçamos disso – a empresa pública mais importante dos Açores para os açorianos. E quero aqui fazer um reparo ao Sr. Deputado Paulo Estevão. V. Exa. disse que não ficamos sem aviões, mas não é verdade. Durante a governação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nós ficamos sem aviões. Em 2017, o Governo presidido pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro entregou os aviões da SATA ao Novo Banco para a SATA se puder financiar com créditos para poder enfrentar o futuro e continuar a voar, e, portanto, nós ficamos, também sem aviões, tal como ficamos sem navios por parte do Governo de V. Exa., conforme, também, já foi lembrado. E, eu lembro-me até, na altura, fizeram o rebranding da SATA. Só se faz um rebranding da empresa quando uma empresa está destruída em termos da sua marca.

Deputado Carlos Silva: Especialista em marcas!

O Orador: É isso que dizem os manuais. Não, não sou especialista Sr. Deputado,

sou um açoriano severamente preocupado, ...

Deputado José Ávila: Açoriano? Açoriano? Fiquei agora a saber que é açoriano!

O Orador: por aquilo que foi deixado pelo Sr. Presidente do Governo, enquanto tal, Vasco Cordeiro e que quer que nós não lembremos aqui. Essa atuação levou-nos, por exemplo, aqui ao cachalote, ao cachalote que foram 24 milhões de euros que estamos a falar e das rotas, já lembradas aqui pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros, Salvador, Estocolmo, Dublin, Paris, Munique, 4 milhões e 600 mil euros por justificar essas rotas, que nenhum de nós escolheu e que, sim, foram escolhas avalizadas pelo Governo do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Carlos Silva: E os 90 milhões de euros?

O Orador: E, por isso, sim, nessa parte, nós estamos muito preocupados com o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Nós ficamos sem aviões e o Sr. Deputado tem que, de uma vez por todas, se conformar. O Partido Socialista, não pode deixar de avaliar o seu desempenho, também, neste Parlamento, na sua responsabilidade e naquilo que é o resultado das suas iniciativas e das suas opiniões e das suas propostas. Os açorianos quiseram fazer uma mudança e fizeram uma mudança política que quer um rumo diferente para os Açores. E essa mudança política está confirmada neste Parlamento, nas votações, nas votações que este Parlamento faz, ...

Deputado José Ávila: Tem dias!

O Orador: ... desde o início desta legislatura, e que confirmam aquilo que desmente a atitude do Sr. Deputado Vasco Cordeiro. De 25 iniciativas do Governo Regional, foram reprovadas zero iniciativas, zero iniciativas, algumas das quais, com voto contra do Partido Socialista. A coligação não obteve uma votação favorável, em termos maioritários, 5 iniciativas. Sabe quantas foram as iniciativas que o PS queria reprovado nesta casa e que saiu vencido nessas votações? Foram 17, Sr. Deputado, 17, e, portanto, mais de 3 vezes mais do que aquilo que é as iniciativas votadas por esta coligação. E, portanto, V. Exa. tem que compreender

que a democracia faz-se aqui neste Parlamento e que não há fator de instabilidade que V. Exa. possa invocar que deixe de servir como justificação para continuarmos a trabalhar para um melhor futuro dos Açores que é aquilo que eu comecei por dizer ...

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: ... que é um rumo diferente daquilo que V. Exa. nos trouxe e das dívidas que deixou, dos 600 milhões de euros na SATA...

Deputada Andreia Cardoso: Já vai em 900!

O Orador: ... e daquilo que se preparava para deixar na Atlânticoline, prosseguindo uma política completamente desastrosa para o futuro daquela empresa. E, portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, para terminar, digo-lhe, nós, na avaliação que fazemos da sua personalidade política, temos um respeito que é inegável, em termos institucionais e em termos daquilo que foi o seu contributo para a governação dos Açores, e, desde logo, a sua presidência por 8 anos no Governo dos Açores. Mas, os resultados, levam-nos a ser, sempre, muito preocupados com aquilo que são as suas opiniões e opiniões que pretende fazer valer neste Parlamento para prosseguirmos o futuro dos Açores. Essas, nós consideramos e consideramos que os açorianos fizeram outra escolha e que querem outro rumo para os Açores. Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra... o Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para? Tem a palavra para uma interpelação. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

membros do Governo. Sr. Presidente, eu peço a palavra para informar a Mesa que farei chegar à Mesa e solicito a sua distribuição, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 104-A, de 2020, datada de 27 de novembro, a qual é clara quanto à forma como se conjugou a minha manutenção como membro do Comité das Regiões e a entrada de dois elementos, o Sr. Presidente do Governo – José Manuel Dias Bolieiro – como membro efetivo, e, não consta dessa Resolução, mas já participou de reuniões do Comité das Regiões, de membro suplente, o Sr. Subsecretário Regional das Relações Externas, ou seja, em igualdade de circunstâncias com a Região Autónoma da Madeira. E, portanto, ter essa Resolução que farei chegar à Mesa, solicitando a sua distribuição, parece-me claro resultar que, a manutenção da minha presença se fez pelo facto de a Sra. Presidente da Câmara Municipal da Lagoa, Cristina Calisto, ter renunciado ao seu mandato de membro do Comité das Regiões, porque, foi isso que permitiu que a Região Autónoma dos Açores tivesse uma representação igual à Região Autónoma da Madeira e não que utilizasse um lugar da Região Autónoma dos Açores para manter a minha nomeação. Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Uma interpelação e peras!

Deputada Andreia Cardoso: O senhor não é secretário dos Assuntos Parlamentares?

Deputado José Ávila: Baixinho, baixinho!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. A Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas usou um modus operandi, já no debate de ontem e neste debate de hoje, que, umas vezes, responde a uma pergunta, deixa outra de fora, mas, desta vez, não respondeu, querendo responder a uma das minhas perguntas, não respondeu a

nenhuma delas. Não respondeu à pergunta sobre as tarifas do cargueiro, se iria ser uma tarifa que fizesse face à operação, ao custo da operação, se iria ser uma tarifa Açores para a carga, o que iria aumentar o nível de subsídio à empresa, e, sobre a questão da mobilidade urbana, respondeu com os factos que todos nós conhecemos, ou, pelo menos, devíamos conhecer, que é, a duração dos contratos de concessão. E o que eu perguntei foi, em que ponto de situação estão os contratos de concessão que vão acabar no final deste ano. Isto é que é importante, porque isto é muito importante nós percebermos qual é a intenção do Governo e se já está a preparar essas concessões para um futuro próximo, que é já daqui a 6 meses. Porque, os operadores precisam dessa estabilidade, precisam de saber com o que é que podem contar, precisam de saber a que é que vão concorrer e como é que podem fazer os seus investimentos em frota que necessitam, porque a frota já foi renovada há muito tempo e carece de renovação, sem saberem o que é o caderno de encargos para essas concessões. E, por isso, Sra. Secretária, a sua resposta, infelizmente, não foi satisfatória, e, a uma delas, nem respondeu.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Muito rapidamente Sra. Secretária, agradeço as suas respostas, mas, de facto, o que fica delas, ao longo deste debate, sobre esta questão do cargueiro é que, parece-me, que esse anúncio foi, no mínimo, precipitado. Foi um anúncio para fazer títulos, mas, a substância da medida que o Governo ou a SATA, ainda se vai perceber, exatamente, quem é que decidiu e quem é que está a delinear, parece-me, que não está, minimamente, minimamente, decidido, e, minimamente, estudado. Por um lado, diz a Sra. Secretária que será uma operação incluída nas obrigações do serviço público. Sra. Secretária, eu não sei, e, é uma dúvida, se, sendo um novo serviço, se é uma obrigação de serviço público, se não terá que haver um novo concurso. É uma

dúvida que suscito e que fica para o Governo, também, refletir. Se foi uma decisão puramente comercial da SATA, porque acha que esse é um negócio atrativo e que pode ser rentável e que há mercado para fazê-lo, então, não pode haver obrigações de serviço público. Eu deixo essas questões porque elas parecem-me que não estão devidamente pensadas pelo Governo. Por isso, é que não consegue, efetivamente, esclarecer devidamente o que é que quer fazer com esta decisão.

Deputado Paulo Estêvão: Estamos à espera que V. Exa. apresente um projeto de resolução!

O Orador: E, de facto, também, não esquecendo que um transporte aéreo subsidiado com obrigações de serviço público, vai concorrer com o transporte marítimo que não é subsidiado. Como é que ficamos? Ora, há aqui um conjunto de questões que é, de facto, necessário perceber, e, parece-me que a ausência, aliás, a ausência de resposta sobre um estudo de viabilidade económica, indica, claramente, que esse estudo não foi feito, que esse estudo, que essa ponderação da decisão e, até, sobre o modelo de transportes que nós queremos para a Região, não parece, minimamente, estudado, não parece, minimamente, trabalhado e que se possa estar a fazer uma aventura, como tanto criticou o PSD das aventuras do passado. Isso nós não queremos. O que eu aconselho ao Governo é que, efetivamente, estude bem e que não faça essa aventura e se tiver que tomar uma decisão, a tome, mas, de forma estudada e que não coloque a SATA numa situação difícil e os açorianos a pagar por esses prejuízos. Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão: Quem é que lhe disse que não foi estudada?

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Ó Sr. Deputado Nuno Barata, claro que nós vamos trabalhar nisto. Nós estamos no mês de maio, até dezembro, temos muito tempo para tratar destes

contratos de concessão. Óbvio que vamos tratar disso e eles, a tempo e horas, serão apresentados aos concessionários. Para além disso, o Sr. sabe, tão bem como eu, que os concessionários são sempre os mesmos.

Deputado Nuno Barata: Isso é o que a Sra. Secretária não pode dizer!

Deputado João Bruto da Costa: Transparência!

A Oradora: Não há empresas novas no mercado, infelizmente. Não posso dizer, mas, é o que tem acontecido há dezenas de anos, há dezenas de anos que tem acontecido. Há dezenas de anos que tem acontecido. E, portanto, não é expectável, não é expectável, dada a natureza do serviço, que apareçam outros concessionários. Se aparecem, vão a concurso e serão avaliados como qualquer um, como qualquer concurso, e, aí, sobre isso, não há problema nenhum. Para isso é que se fazem os concursos, para isso é que se fazem as concessões, só podem ser feitas, obviamente, por concurso público.

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine Sra. Secretária Regional.

A Oradora: Peço desculpa, Sr. Presidente?

Presidente da Assembleia: Tem de terminar porque já esgotou o seu tempo.

A Oradora: Tenho de terminar, mas tenho que dizer uma coisa ao Sr. António Lima. É que, de facto, o cargueiro incomoda muito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Imenso, imenso. O Sr. veio hoje para aqui só para falar do cargueiro. O que isso o incomodou desde ontem, veja lá. Não deve ter dormido de noite. Não deve ter dormido de noite a pensar nisso, e, então, vai-me perguntar o preço, a rota, o horário.

Deputada Andreia Cardoso: Já lhe perguntaram e a senhora não respondeu!

A Oradora: Tudo isso, a gente vai responder no devido tempo. Tudo isso terá as

suas respostas no devido tempo. Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. O Governo esgotou o seu tempo para este debate. Pergunto se há mais inscrições? Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima para encerrar o debate. Faça favor.

(*) Deputado António Lima: Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Este debate, parece-nos que foi útil para o esclarecimento, acima de tudo, dos açorianos e açorianas sobre a situação dos transportes, em geral, e, sobre a SATA, em particular. Mas o esclarecimento não foi, exatamente, aquele que nós estávamos à espera. Esperávamos, hoje, que o Governo anunciasse que ia entregar ao Parlamento o famoso Plano de Reestruturação. Ao invés disso, o Governo anunciou que não existe Plano de Reestruturação, mas, sim, um processo negocial. Foi preciso mais de um ano, para se chegar à conclusão que o Governo andou a brincar com o Parlamento, dizendo que até havia três versões do Plano de Reestruturação.

Deputado Paulo Estêvão: Ninguém brinca com o Parlamento!

O Orador: Afinal, nem uma existe. E, de facto, isso é extremamente preocupante quando este foi um Governo que tomou posse sob o signo da transparência. Afinal, a transparência era tal que os papéis eram, também, eles transparentes, porque, de facto, não existem.

Deputado Paulo Estêvão: Existem, existem!

O Orador: Mas, isso, é demasiado sério para brincadeiras, porque, de facto, a preocupação que nos trouxe a este debate, e, focando em parte, na SATA, continua. Continua porque vimos o Governo a falar muito da SATA Açores e

muito pouco da Internacional e da restante SATA e daquilo que é, até, a opinião da Comissão Europeia sobre essas empresas. Nós ficamos ainda, também, preocupados, porque, a maioria que suporta o Governo não se entende sobre o que quer para a SATA.

Deputado Paulo Estêvão: Não se entende?

O Orador: Uns querem fechar metade da SATA, mandar os seus trabalhadores para o desemprego,

Deputado Paulo Estêvão: Falso!

O Orador: ... pagar milhões em indemnizações, pagar – é isso que querem os partidos que suportam o Governo – pagar milhões em indemnizações, gerar desemprego...

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: ... e deixar, por exemplo, a Região entregue à TAP e os nossos emigrantes da diáspora, ...

Deputado Paulo Estêvão: Isso é falso!

O Orador: ... sem ligações para os Açores. E, quem sabe, se não serão os açorianos a limpar o passivo que existe, todo da Internacional...

Deputado Paulo Estêvão: Falso! Demagógico!

O Orador: ... para, depois, esta coligação de direita concretizar aquele que é o grande sonho, o grande sonho da direita açoriana, privatizar a SATA Internacional. Para isso, não contarão, de maneira alguma, com o Bloco de Esquerda e faremos oposição cerrada a essa intenção. Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão: A única que existiu foi apresentada pelo Partido Socialista!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está encerrado este debate de urgência. Vamos avançar na nossa agenda, e, conforme deliberação da Conferência de Líderes, nós vamos discutir no imediato, debater e aprovar o ponto 9, trocando o 8 com o 9, a pedido do Governo Regional. Portanto, ponto 9: Projeto

de Resolução n.º 83/XII – “Revisão do regime da prestação do trabalho médico extraordinário nos serviços de urgência e de atendimento permanente das Unidades de Saúde de Ilha com serviço de urgência”. É uma iniciativa apresentada pela representação parlamentar do PAN. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Srs. membros do Governo, na sequência dos contributos do PAN a sua esperada melhoria de prestação dos serviços de saúde aos cidadãos da Região Autónoma dos Açores, sabendo, também, que este tema é, igualmente, uma preocupação do Governo Regional, apresentamos hoje este diploma que complementa as medidas já aprovadas para a fixação de Médicos nos Açores. A forma de remuneração do trabalho extraordinário médico. Convém recordar que o Governo Regional da Madeira, avançou, a seu tempo, com um diploma para melhorar a remuneração do trabalho extraordinário médico. E o problema da Madeira era o mesmo que se constava, atualmente, na República. Com o todos os dias vemos nas notícias, e, inclusivamente, entre nós, dificuldade ou mesmo incapacidade em completar as escalas do serviço de urgência. Ora, para organizar as escalas do serviço de urgência, existem e existirão, sempre, pelo menos, 5 sugestões fundamentais a considerar e que passo a enumerar. A necessidade de um número suficiente de Médicos no quadro para reduzir as necessidades de trabalho extraordinário, sob pena de disrupção das urgências ou da incerta dependência dos Médicos tarefeiros, agravado, no nosso caso, por se tratar de uma Região arquipelágica. A disponibilidade dos Médicos para este tipo de serviço que, cada vez menos, existe, e, note-se bem, será sempre inevitável, pois o horário médico não se processa por turnos, ao contrário das outras classes, mesmo havendo reforço pessoal do quadro. A racionalidade que tem que existir nas contratações, já que os serviços não podem ter excessos de Médicos, apenas, e só, com o intuito de preencher estas escalas de urgências, quando, depois, para além delas, estes profissionais não têm uma atividade produtiva no restante

horário habitual. A dificuldade que os Médicos têm em aceitar o trabalho extraordinário, para além do limite legal a que estão obrigados, em grande parte por não verem este esforço devidamente compensado. E, finalmente, a melhor remuneração dos Médicos que obtêm como tarefeiros, o que conduz a um ciclo vicioso, que termina pela desertificação dos concursos públicos, colocando em risco a atividade programada correndo o risco de prejudicar, mais uma vez, o utente e a celeridade assistencial, agravando as listas de espera de consultas e cirurgia. Este é um ponto importante a considerar na nossa iniciativa. Na verdade, o assunto mereceu uma atenção especial pelo PAN Açores e entendemos que, com o intuito de salvaguardar o interesse público, deveríamos avançar com celeridade nesta problemática e que deve merecer a vossa melhor ponderação. Desde logo, e, tem que ficar claro, esta proposta não deve impedir a contratação dos Médicos que forem necessários, de acordo com as rácios estipuladas pela própria Ordem dos Médicos, por cada especialidade, o regime tem que ser totalmente voluntário na adesão médica, e, também, não pode ser vinculativo, ou seja, o Médico não está obrigado a manter esta adesão. Assim, posto isto, e, em primeiro lugar, não concordamos com a norma aplicada na Madeira, uma tarifa plana, para todas as horas, pois assim remunera, de igual forma, Médicos menos e mais diferenciados, não discrimina o trabalho prestado aos fins de semana e feriados, nem o dia/noite, e, também, porque, os 50€ propostos inflacionam este mercado de trabalho. Como tal, faremos uma proposta que nos parece mais exequível, de fácil cálculo para as instituições, menos onerosa e mais justa e que pode, apenas, ter um carácter transitório, não ficando, necessariamente, como um direito adquirido. Mais ainda, a proposta só deve ser aplicável aos serviços de urgências abertos 24 horas, só deve ser aplicado quando, sem o recurso ao trabalho extra, o serviço corre o risco de não funcionar e só deve ser posto em prática quando se esgotarem as alternativas e os limites legais do trabalho extraordinário, de todos os elementos das equipas que estão obrigados a fazê-los. Cremos que todos estamos bem cientes

da importância crucial da urgência no nosso sistema saúde, sendo um serviço que não pode falhar, nem funcionar de forma deficitária, sob pena de colocar em risco a vida dos utentes, em especial nos serviços emergenciais. E é disto mesmo que estamos a tratar, do bem-estar do cidadão comum, da saúde dos açorianos. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições. A mesa já tem a inscrição do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Antes de mais, e, desde logo, gostaria de saudar a iniciativa, agora, apresentada que vai ao encontro do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Governo Regional nesta matéria. Desde o início das nossas funções, que temos estado a trabalhar, exatamente, nesta questão do trabalho suplementar médico. É uma questão que tem alguma complexidade e saúdo esta iniciativa, exatamente, pela importância desta matéria ao nível da prestação dos cuidados de saúde. Estamos a falar de uma matéria complexa, com um conjunto vários de aspetos delicados na sua abordagem, e, também, como é referido, e bem, no próprio preâmbulo e ainda agora na apresentação, com uma evidente carga de extraordinariedade e transitoriedade que faz com que não possamos ver esta assunção para o serviço nacional de saúde. Esta não é a solução para o serviço nacional de saúde. É uma solução para um tempo em que é necessário tomar medidas que afetem aquilo que está em causa na prestação de cuidados de saúde. Por isso, também, uma nota para a sensatez conforme é apresentada a proposta, na sua excecionalidade, na sua transitoriedade. Por outro lado, também, pela apresentação de uma proposta de alteração que acomoda as preocupações que foram apresentadas pelo Governo Regional em sede de audição em Comissão o que, também, demonstra, aqui, esta

abertura no alcançar das melhores respostas para o serviço regional de saúde. Uma nota, também, para, mais uma vez, deixar aqui registado que isto só acontece neste tempo de mudança na vida política dos Açores, porque, de facto, o partido que tem uma iniciativa parlamentar, nomeadamente, uma Resolução, essa Resolução está a ser trabalhada pelo Governo. Noutro tempo, num tempo em que eu estava deste lado da bancada, apresentei várias propostas de Resolução que, quando estava para ser discutida, aparecia uma iniciativa do Governo para chumbar a proposta de Resolução de um dos partidos com assento parlamentar. E, não é este o exemplo que queremos dar e não é isso que estamos aqui a fazer. Por isso, este é mais um exemplo da mudança que os açorianos quiseram trazer à política açoriana e daquela que está, efetivamente, a acontecer. Todos são importantes na medida da sua importância e é essa relevância que é preciso, de uma forma convicta, apresentarmos, não só com palavras, mas, com atos como estamos aqui a fazer. O Projeto de Decreto Legislativo Regional do Governo Regional está preparado, mas, queríamos saber o que é que a Assembleia pensava sobre isso, sendo aprovada esta proposta de Resolução, apresentaremos, de imediato, o projeto de Decreto Legislativo Regional, de acordo, com aquilo que será o debate parlamentar sobre esta matéria. Relativamente ao que foi aqui referido, obviamente, que estamos a falar sobre uma questão que visa resolver problemas. O primeiro problema é a exiguidade de recursos humanos em saúde, temos, de facto, esse problema. É necessário termos mais resposta, mais produção, mas, temos escassez de recursos humanos, para além de que, as necessidades das populações são, cada vez mais, intensas relativamente à procura de cuidados assistenciais. Por isso, temos poucos recursos, temos muitas necessidades, temos exaustão dos profissionais de saúde na Região, e, por isso, tentamos encontrar respostas. Algumas respostas já estão implementadas, outras, estão a ser implementadas, e, outras serão implementadas, nomeadamente, conforme foi aqui referido, um novo regime de incentivos à fixação que já está publicado e em vigor,

um novo regime, também, ao nível daquilo que tem a ver com a própria contratação de profissionais de saúde. E devo dizer que, Médicos contratados por este Governo desde as suas funções, em pouco mais de um ano, a título permanente, isto é, com vínculo permanente – não estou a falar de avenças, nem contratos precários de médicos – Médicos a título permanente foram contratados, até agora, para o serviço regional de saúde, 45 Médicos. Em 2020, tinham sido contratados 26. Em 2019, tinham sido contratados 28. Já contratamos 45. Para além destes 45, temos já 79 propostas de autorização para contratar mais 79 Médicos o que perfaz 124 Médicos. 124 Médicos, sendo que, destes, 45 já estão contratados. Devo dizer, por exemplo, São Miguel, uma ilha que tem maior população, grande dispersão nessa população, foram contratados já 4 Médicos de Medicina Geral e Familiar para a unidade de saúde de Ilha, estes 4 para substituir outros 4 que vão para a aposentação. Alguns destes que vão para a aposentação, vão continuar a colaborar com o serviço regional de saúde, mas, para além desses 4 que visam substituir 4, sendo que alguns se mantêm, já estão contratados mais 8. Esta semana são assinados 4 contratos com mais 4 e durante o mês de junho, com mais 4 e há outros mais 4 em processo de contratação. O que quer dizer que a Ilha de São Miguel ficará com 97% da sua população coberta com Médicos de Família. Devo dizer que, neste momento, temos, só em São Miguel, 20.911 cidadãos sem Médico de Família. Depois destas contratações que o Governo Regional já autorizou e que já estão feitas, passarão, haverá menos 16.289. É um grande incremento na resposta de cuidados de saúde ao nível daquilo que são os Médicos de medicina geral e familiar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Para além destas contratações dos Médicos, para além dos incentivos à fixação,

para além de políticas de produção adicional, o êxito que tem sido o Programa Cirurge, com altíssimas taxas de execução, com mais de 3 milhões de euros no ano de 2021, que contribui para baixarmos as listas de espera. Há menos 1.154 açorianos em lista de espera do que havia há um ano. Temos mais cirurgias, mais consultas, mais exames, derivado a todo este esforço que está a ser feito. Há muito a fazer, há muitas situações que é preciso corrigir, mas, neste tempo, foi o que foi possível fazer e estou certo que os açorianos reconhecem esse esforço. Relativamente à questão que estamos aqui a falar, pela exiguidade de recursos humanos, pela necessidade das populações, pela exaustão dos profissionais de saúde, muitas vezes, é necessário recorrer à prestações de serviços. E é isso que, muitas vezes, condiciona o próprio serviço. São profissionais que, em alguns casos, vêm episodicamente, não mantêm uma relação estável com a própria instituição de saúde a que estão ligados, com as pessoas, com os colegas, mas, felizmente, que ainda os há, por isso temos algumas portas abertas, as 124 portas abertas de saúde desta Região, hospitais, unidades de saúde, instituições de saúde, muitas delas estão abertas, por causa, exatamente, destas prestações de serviços, mas, é importante estabilizarmos. E, muitas vezes, o que vemos é que há profissionais de saúde das respetivas instituições que estariam disponíveis para trabalhar de forma suplementar, mas que não o fazem, tendo em conta a discrepância de remuneração, relativamente aos profissionais de saúde em prestação de serviços. Mas, só, também, para o Parlamento estar informado e se as coisas têm de ser transparentes, para percebermos todos do que é que estamos a falar, no ano de 2019, foram prestadas, em este regime de prestação de serviços, 176 mil horas, que correspondeu a 6.5 milhões de euros, só em prestações de serviços em unidades de saúde e hospitais. No ano de 2020, 167 mil horas o que correspondeu a 6.4 milhões de euros e no ano 2021, 198 mil horas de prestações de serviços, o que correspondeu a 8 milhões de euros. Estamos aqui a falar de uma resposta muito pesada, em termos financeiros, para as próprias instituições de

saúde, e, por isso, é importante que haja aqui um conjunto de medidas que atenuem estas questões e estes constrangimentos. Se for só aquelas que anunciei, contratar mais Médicos, incentivos à fixação, produção adicional, motivar, mobilizar os profissionais de saúde para que continuemos neste caminho de mais consultas, mais cirurgias, mais exames e muito menos açorianos a esperar para ter os devidos cuidados de saúde. Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Continuam abertas as inscrições. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Começar por dizer e reconhecer a pertinência e a necessidade, também, de tentar colmatar esta que é uma dificuldade que enfrentamos na Região, e, como tal, queria, também, saudar o PAN pela apresentação desta iniciativa que visa, realmente, tentar encontrar aqui um caminho para este grande desafio que é, também, incentivar e motivar os Médicos para que façam este serviço extraordinário que é muito importante nas nossas ilhas da Região. A verdade é que existe aqui uma situação que tem vários fatores que não têm contribuído para esta fixação, também, de Médicos e para esta estabilidade de Médicos que se pretende no nosso serviço regional de saúde. Temos a questão de os Médicos, muitas vezes, fazerem este trabalho extraordinário pelo empenho, pelo vestir a camisola nos locais onde estão a exercer as suas funções e por reconhecerem a necessidade e a urgência de fazerem este trabalho extraordinário para assegurarem os próprios serviços de urgência. Temos, também, a questão, por outro lado, os Médicos que, muitas vezes, fazem

este serviço de urgência, também, porque é um complemento ao seu rendimento, porque, a verdade, é que, muitas vezes, o vencimento, o ordenado base que têm não é aquele que consideram justo para àquelas funções que desempenham e este é, também, é um complemento ao seu rendimento, mas, a verdade, é que são estes Médicos que asseguram que tenhamos os serviços de urgência, muitas vezes, nas Ilhas, e, principalmente, nas Ilhas sem hospital. Tem sido, realmente, uma dificuldade fixar os Médicos nessas Ilhas, eu falo pela realidade que conheço em mais permanência, que é a realidade na Ilha de São Jorge. Realmente, tem sido uma dificuldade fixar Médicos na Ilha de São Jorge e tem existido, por parte deste Governo Regional, um esforço adicional a tentar fixar esses Médicos, o que, muitas vezes, também, não é fácil, exatamente, porque tem que existir um incentivo para os próprios Médicos recém-formados, também, quererem fazer este trabalho extraordinário que não é fácil nas Ilhas sem hospital, até, porque, não têm a retaguarda de, nas Ilhas sem hospital, porque não têm a retaguarda dos hospitais, e, como tal, é uma realidade muito diferenciada, muito diferenciada, muitas vezes, dos locais onde eles próprios tiveram a sua formação e que tinham outro tipo de segurança que não existe e a importância, também, de fixar estes Médicos nas ilhas sem hospital é o facto de criar, realmente, uma estabilidade diferente do que aquela que é estabelecida com as prestações de serviços. A verdade é que os prestadores de serviços têm sido essenciais para manter os serviços de urgência, mas, realmente, é necessário, também, criar aqui outro tipo de estabilidade, porque, os Médicos, estando nesse regime de proximidade e de fixação nessas Ilhas, também, há um outro conhecimento, quer da realidade local, quer dos próprios pacientes, porque, muitas vezes, são meios pequenos e toda a gente se conhece, como costumamos dizer, quer, também, seja por estabelecer a relação que é fundamental estabelecer entre as unidades de saúde e os próprios hospitais que, muitas vezes, é necessário essa proximidade para fazer uma evacuação, para saber uma opinião, e a verdade é que facilita todo o processo. Por isso, é

fundamental criarmos essa estabilidade. O PAN apresentou e estamos aqui a debater uma proposta, uma substituição integral à iniciativa inicial. Realmente, como disse o Sr. Secretário, existiu essa abertura por parte do PAN, e, também, queria reconhecer isso, no sentido de que o objetivo principal é, realmente, que isto resulte num apoio e num contributo para conseguir melhorar toda esta situação e que faça com que exista um maior incentivo para que tenhamos mais Médicos a fazer este tipo de serviço e que esse trabalho seja mais devidamente compensado. A verdade é que tem existido aqui uma mudança de paradigma, também, na questão da fixação dos apoios que já foram criados, no apoio à fixação de Médicos que já foi publicado e que já está em vigor, e, parece-nos, que este conjunto de iniciativas que têm surgido ao longo desta legislatura, queremos acreditar que irão contribuir para a fixação de Médicos que é tão importante em todas as Ilhas, principalmente, nas Ilhas sem hospital que, muitas vezes, tem sido uma grande dificuldade que se tem enfrentado e que, muitas vezes, não tem sido fácil arranjar as respostas, porque, é verdade que existe falta de recursos humanos, mas, também, muitas vezes, os incentivos não eram o suficiente para cativar os Médicos e que estes quisessem ficar nas nossas Ilhas. Muito obrigada.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Bom, não existindo, podemos, então, avançar para... Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Como todos deverão saber e compreender, os cuidados de saúde, nomeadamente, os cuidados médicos, são

essenciais e estruturantes no serviço regional de saúde. Tanto é que, por esse mesmo facto, tem vindo ao longo dos últimos anos a merecer a devida e necessária consideração e importância no serviço regional de saúde. Por um lado, através da celebração de acordos de empresa entre os 3 hospitais, com as respetivas estruturas sindicais, bem como, acordos coletivos de empregador público, também, com todos os serviços do serviço regional de saúde e com as mesmas estruturas sindicais. E, por outro lado, através da atribuição de incentivos à fixação de Médicos atendendo àquela que é a nossa condição arquipelágica. Com os acordos regularam-se as normas de organização e disciplina do trabalho médico e com os incentivos conseguiu-se fixar Médicos na Região Autónoma dos Açores, ao longo dos últimos anos. Este trabalho, feito ao longo dos últimos anos, trouxe resultados práticos bastantes significativos, nomeadamente, entre 2012 e 2019, tivemos uma redução de 62% do número de utentes sem Médico de Família na Região Autónoma dos Açores, e, entre 2017 e 2019, uma taxa de utilização global de consultas médicas de 87%. Estes são resultados práticos bastantes significativos, fruto do esforço que tem sido feito ao longo dos últimos anos em termos de reforço e capacitação do serviço regional de saúde.

Deputado José Ávila: Muito bem!

Deputado Gustavo Alves: Mas é preciso mais!

O Orador: Este é, contudo, um trabalho que, como todos, também, devem compreender, não se esgota. Não se esgota e, nessa medida, a iniciativa apresentada pelo PAN, este Projeto de Resolução, propõe e recomenda ao Governo Regional dos Açores a revisão do regime da prestação do trabalho médico extraordinário nos serviços de urgência e nos serviços de atendimento permanente. Esta é uma preocupação do PAN, é, também, uma preocupação por parte do Grupo Parlamentar do PS que se preocupa, efetivamente, por aquilo que são alguns sinais e sintomas de alguma eventual degradação que possa estar a existir no serviço regional de saúde. Tanto é que, ouvi da parte do Grupo

Parlamentar do PS, preocupado, efetivamente, com o estado do serviço nacional de saúde, sobre esta matéria também apresentou um requerimento a 30 de março deste ano, relativamente ao SAP – Serviço de Atendimento Permanente – de São Roque e das Lajes do Pico, que, continua sem presença de Médicos. Considerando que este Governo Regional garantiu que o serviço de atendimento permanente dos centros de saúde de São Roque e das Lajes do Pico iriam reabrir após o período pandémico e de confinamento e funcionar sem condicionalismos, 24 horas por dia, com horário alargado, todos os dias, incluindo feriados e fins de semana, com presença médica física em todo o seu período de funcionamento, não se vislumbrando essa real, e verdadeira e prometida abertura e presença de Médicos, gostaríamos de saber, efetivamente, para quando a mesma está prevista. É um requerimento de 30 de março que, até ao momento, ainda não teve qualquer tipo de resposta. Mas, para além desta questão, o Grupo Parlamentar do PS também teve a oportunidade de questionar este Governo, e, também, ainda não obteve resposta, até ao momento, relativamente àquilo que é a situação que se vive no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, ...

Deputado Gustavo Alves: Perguntas orais!

O Orador: ... nomeadamente, àquilo que diz respeito à unidade de cuidados paliativos. Retirou-se a prevenção médica no período noturno, entre as zero e as 8 da manhã. E, portanto, nessa medida, à par daquilo que acontece, também, no serviço de oncologia do Hospital do Divino Espírito Santo, ...

Deputado Jaime Vieira: Ele vai explicar!

O Orador: ... são, efetivamente, sinais e sintomas que nada abonam à favor desta governação. E, portanto, aquilo que nós perguntamos, efetivamente, é, se este Projeto de Resolução for aprovado, tal como aconteceu com outros dois, por exemplo, no ano passado – e já passou um ano, naquilo que diz respeito, ainda ontem o Sr. Deputado Pedro Neves também o lembrou – a aquisição de taques para todas as Ilhas. Até ao momento, aquilo que obtivemos ontem de resposta do

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto é de que está a avaliar. Neste momento, passado este tempo todo de governação, ainda se está a avaliar, efetivamente, muita coisa e precisamos de respostas imediatas. E, portanto, este Projeto de Resolução ainda não teve resposta prática pelo que foi resolvido por esta Assembleia, para além de outro, que diz respeito à apresentação a esta Câmara de um plano de recuperação da atividade assistencial no serviço regional de saúde. Este Projeto de Resolução data de abril do ano passado, e, até ao momento, ainda não tivemos qualquer plano de recuperação da atividade assistencial no serviço regional de saúde. E há aqui outra questão que eu gostaria, também, de perguntar e naquilo que foi, também, a intervenção por parte do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, quando mencionou a necessidade de fixação e de captação de Médicos, nomeadamente, especialistas, é saber se, daqueles que terminaram, também, já a sua formação, nomeadamente, a formação especializada, com quantos já foram celebrados contratos, e, por outro lado, perguntar, também, atendendo àquilo que aqui foi manifesto por parte do Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto, de que esta substituição da proposta inicial deste Projeto de Resolução foi trabalhada com o Governo, se foi, então, a iniciativa do Governo retirar dois pontos que constavam do documento inicial que era contabilizar para todos os Médicos, em cada ano civil, as horas extraordinárias realizadas acima das 200 horas e fazer equivalê-las ao horário normal desse período de modo a atribuir uma pontuação suplementar à já prevista por cada ano laboral.

Deputada Catarina Cabeceiras: A iniciativa é do PAN e houve uma audição. É para isso que servem as Comissões!

O Orador: E, outro ponto, também, que é considerado para todos os Médicos, a mesma duração dos dias de férias anuais, até 5 dias em função da realização de trabalho extraordinário acima do limite legal. Já que louvou tanto o trabalho de proximidade que tem, agora, este Governo e abertura e esta humildade

democrática, eu gostaria de saber se foi fruto deste trabalho...

Deputada Catarina Cabeceiras: A Comissão é para isso que serve!

O Orador: ... e desta alguma imposição, eventualmente, do Governo a remoção destes dois pontos, relativamente à proposta inicial. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Ainda aplaudem isto! É preciso ter coragem!

Deputada Catarina Cabeceiras: É desmerecer o trabalho do PAN!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves: Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Ó Sr. Deputado Tiago Lopes, o PAN, nem ninguém do PAN, do gabinete do PAN, está na lapela de alguém. E, obviamente, já ouvi falar e já que falamos disso, também vamos a aquilo que se fala nos bastidores. Tudo o que sai do PAN é do PAN e é de todos os empregados do gabinete do PAN. Esta é aquilo que se diz, ao contrário dos bastidores, é feito. E não interessa quem é que escreve no gabinete do PAN, porque somos todos iguais. São 4 pessoas e as 4 pessoas podem escrever um diploma, não é só sempre o Deputado Pedro Neves, é o gabinete do PAN e é assim que nós funcionamos. No PAN somos todos iguais, mas sai tudo escrito pelo PAN.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E não é o Governo Regional que vai impor o PAN. Aliás, isso vai

acontecer o contrário do PAN, porque, o PAN, obviamente, não gosta de ficar contra a parede, não funciona com a personalidade das pessoas que estão no gabinete do PAN.

Deputado José Ávila: Os senhores bateram palmas cedo demais!

O Orador: Sr. Deputado houve... agora, o PAN tem uma coisa que, se calhar, não estão habituados na política, compromisso. Nós fazemos compromisso sempre para o benefício de quem está lá fora. Nós fizemos um compromisso, obviamente, um pedido do Sr. Secretário Regional da Saúde, fez um pedido ao PAN sobre o ponto 7 e o ponto 8, e, também, o ponto 6, mas, aí, eu tive que fincar o pé. Há um compromisso, e, obviamente, que se não houver pontos de diálogos, que, também, há com o PS, que, também, há com o PS, também há com o PPM, há com o CDS, há com o IL, é assim que funciona, é assim que eu vejo a política, é assim que o gabinete do PAN vê a política, é assim que vamos continuar a fazer política. Obrigado.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional da Saúde, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito obrigada. Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do governo. Mais uma vez, como parece que não poderia deixar de ser, o PS em vez de dar um contributo positivo para aquilo que está aqui em discussão, fala do seu passado, numa perspetiva de autoelogio de que foi tudo muito bem feito e que, agora, está tudo mal. O PS pode falar no seu passado permanentemente. O PSD não pode identificar e fazer o diagnóstico das situações que tenha necessidade de intervir com a sua governação. Mas, neste caso, falou-se muito no passado, muita crítica ao presente, mas, o que é certo é que este Governo está a resolver os problemas que os Srs. não resolveram em 24 anos.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

Deputado Joaquim Machado: Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É isso que está a acontecer e é isto que vos incomoda. Este debate faz-me um pouco lembrar, também, o debate desta manhã sobre o cargueiro. No cargueiro, o PS, quando estava a favor, não fez. Agora é para fazer e está contra. Aqui é, mais ou menos, a mesma coisa. Os cuidados de saúde, o PS antes dizia que estava à favor dos cuidados de saúde, não resolvia nada. Agora, estamos a resolver e o PS está contra. Parece que é uma tendência, é uma tendência. No fundo, isto revela que o PS está contra em fazer-se, construir-se, fazer-se mais, decidir-se mais e resolver os problemas que os Srs. deixaram para resolver.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva: A dívida do Serviço Regional de Saúde deve estar maior!

O Orador: Por outro lado, no que diz respeito, o PS diz assim “-Nada abona a esta governação, nada abona -”, são as suas palavras. Degradação do serviço regional de saúde. Pronto, eu vou só dar aqui alguns números porque é preciso que fique claro o que é que está aqui em causa. Consultas: em 2021, foram feitas nos Açores 1.109.373 consultas nos Açores.

Deputado Tiago Lopes: É a mesma folha de ontem!

O Orador: Em 2020 – não, isto não é a mesma folha de ontem Sr. Deputado. Isto é aquilo que os Srs. profissionais de saúde fizeram durante um ano, mais do que

aquilo que fizeram nos anos quando o Sr. estava lá dentro a Governar. A diferença é essa. Isto são números reais na vida das pessoas. Estamos a resolver problemas na vida das pessoas. Há menos açorianos em lista de espera. Isto é que é importante, isto é que é importante, isto é que o incomoda. Mas, eu dizia, em 2021, 1.109.373. Em 2020, 1.053.163, em pandemia ambos os anos. Em 2019, em que não havia pandemia, não havia, sequer, qualquer expectativa de pandemia, 1.044.000, menos, cerca de 100 mil que no ano passado. Em 2018, 1.036.000. Isto é, em 2021, foram feitas mais consultas nos Açores, em pandemia, num quadro complexo que vivemos, do que em 2020, também, em pandemia, e do que em 2019, sem pandemia e 2018 sem pandemia.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O Sr. Deputado Tiago Lopes, tem a cassete das consultas telefónicas, para já, acho que é uma absoluta irresponsabilidade, porque, pôr em causa consultas feitas por meios ao dispor dos profissionais de saúde é tentar intervir na autonomia dos profissionais de saúde. São atos médicos, atos clínicos que são decididos legitimamente, livremente, pelos profissionais de saúde.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Pôr isto em causa é pôr em causa o trabalho dos profissionais de saúde que, como já vimos, o Sr. faz muita vez. Mas, se o Sr. fala nisso, isso, também, é o recuar no tempo, porque, as consultas por outros meios, que não os meios

presenciais, é o futuro, o futuro é assim. A telemedicina, todos os meios, todo o investimento que está a ser feito no mundo moderno tem a ver com isso. Mas, se o Sr. se incomoda com o número de consultas em 2021, ser superior a 2020, 2019, 2018 e diz que são por telefone, os meios complementares de diagnóstico e terapêutica – não sei se fazem meios complementares de diagnóstico e terapêutica por telefone – mas, em 2021, 6.843.581. Em 2020, 5.731.285, em pandemia. Antes da pandemia, em 2019, 6.234.664, menos, centenas de milhares. Em 2018, antes da pandemia, 5.700.520. Eu vou repetir, o Sr. Tiago Lopes não percebeu e eu vou repetir. Não é qualquer coisa, não, isto não é qualquer coisa Sr. Deputado, isto não é qualquer coisa e vou dizer que não é qualquer coisa. Porque, em 2021, no ano passado, com este Governo, foram feitos meios complementares de diagnóstico e terapêutica 6.843.581, isto não é qualquer coisa. São muitos exames que foram feitos, mais exames do que aqueles que foram feitos em 2020, quando o Sr. andava por lá, em 2019, sem pandemia e em 2018 sem pandemia.

Deputado Tiago Lopes: Quantos mais?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: No que diz respeito a cirurgias, no que diz respeito a cirurgias, também penso que não se fazem cirurgias por telefone. Mas, cirurgias, em ano de pandemia, com a intensidade daquilo que foi feito nos Açores em termos de combate à pandemia, em 2021, 9.876 cirurgias feitas nos Açores. Em 2020, 6.124 – menos 3 mil, se o Sr. quer fazer contas, 3.700 e tantos. Em 2019, sem pandemia, 8.683 consultas, menos que em 2021. Em 2018, sem pandemia, 7.944, quer dizer, que mais duas mil, fizemos quase mais duas mil cirurgias em 2021 do que em 2018 sem pandemia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto são os resultados do trabalho dos profissionais de saúde. Mas, tudo isto, tudo isto, ainda mais estranho e demonstra a vossa absoluta falta de credibilidade, quando, no dia 28 de novembro de 2019 – já o citei aqui noutra ocasião, mas, vou voltar a citar – o Sr. Deputado, então Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, dizia, em novembro de 2019, “-Na saúde, temos hoje um serviço regional de saúde que, nas suas diversas componentes, produz mais, o mesmo é dizer, dá mais e melhores respostas aos açorianos. Sinto orgulho – dizia ele – quando vejo números que demonstram que temos hoje, ...

Deputado Gustavo Alves: É um homem orgulhoso!

O Orador: ... não só a maior dotação orçamental de sempre, mas, mais exames, mais consultas, mais cirurgias-”. Isto era motivo de orgulho.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Hoje que temos mais exames, mais cirurgias e mais consultas que nesse tempo, o Sr. queixa-se, o Sr. queixa-se. Quando os Srs. tinham mais consultas do que nos outros anos em que os Srs. governavam era uma maravilha, nós temos mais consultas, cirurgias e exames do que no vosso tempo e o Sr. acha que está tudo mal, é falar mal, falar mal, falar mal, mas o Sr. se foi conhecido durante uma parte da vida política por outras razões, o Sr. hoje, infelizmente, pelos açorianos é conhecido pelo Deputado que fala mal.

Deputado Carlos Silva: Que o diga o Provedor da Saúde!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Secretário pelos seus esclarecimentos, ficamos, efetivamente, a saber que foi da parte do Governo que inviabilizou, porque se trata de um Projeto de Resolução, e, portanto, nós não podemos propor alterações, mas que foi da parte do Governo, então, que inviabilizou o ponto 7 e o ponto 8 da proposta inicial do PAN. E, portanto, foi este Governo que não quis atribuir um ponto e meio e não quis atribuir mais 5 dias de férias. Agora, outra questão, Sr. Secretário, o Sr. Secretário disse, falou em mais consultas, em mais meios complementares de diagnósticos, em mais cirurgias, mas não falou aqui num aspeto importantíssimo, relativamente às cirurgias. Relativamente às consultas, é aquilo que nós sabemos e não fez a distinção entre aquelas que foram presenciais e aquelas que foram por via telefónica.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Cirurgias por telefone?!

O Orador: Relativamente aos exames complementares de... não, estou a falar das consultas, estou a falar das consultas, Sr. Secretário. Relativamente aos exames complementares de diagnóstico, o Sr. disse, que relativamente a 2022 e a 2019, a diferença são 6 milhões e tal, é uns milhares, não soube precisar bem, é só para fazer diferente e dizer que tinha mais.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Eu disse os números!

Deputado Rui Martins: 2700 a mais!

O Orador: Mas, relativamente às cirurgias, mas, relativamente às cirurgias...

3.700 em 6 milhões...? Ó Sr. Secretário, pelo amor de Deus. Relativamente às cirurgias, e isso é que importa aqui, o Sr. diz que é mais, e mais, estão sempre a fazer mais, mas, estão a fazer mais num aspeto que é bastante negativo, que é menos. Que é cancelamentos. Os Srs. são os recordistas dos cancelamentos cirúrgicos. Em 2021, foram mais de 1.361 cirurgias canceladas, Sr. Secretário. É, por isso, que a lista de espera cirúrgica está a diminuir? Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Eu, tenho por profissão Advogado, mas, aqui não estou nessas funções, não sou advogado de defesa de ninguém aqui dentro, muito menos, de algum partido que tenha, obviamente, o meu respeito, que se verifica, sobretudo, pela liberdade que cada um tem de atuar.

Deputado Jaime Vieira: Muito bem!

O Orador: Isso é a melhor forma de respeitar os outros, dando-lhes liberdade. E isto é inequívoco, inabalável.

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

O Orador: Na Comissão tive a oportunidade de manifestar preocupação sobre alguns aspetos, e, sobre a questão das carreiras, acho que isto diz tudo. Confundir progressão na carreira e dizer que este Governo não quer que se faça progressão na carreira, dos dois pontos e contagem dos pontos, com isto que estamos aqui a tratar de maneira excecional e transitória no que diz respeito ao trabalho suplementar, é não saber nada do que se está aqui a tratar.

Deputado Carlos Freitas: Muito bem!

O Orador: Peço perdão, mas, não se sabe nada do que se está aqui a tratar. Este

Governo, sobre progressão de carreiras, sobre regularizações remuneratórias, sobre valorizações remuneratórias, contagens de pontos, este Governo, este Governo fez aquilo que os Srs. não fizeram.

Deputado Tiago Lopes: Está tudo resolvido!

O Orador: Em mais de 10 anos os Srs. não fizeram isso.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Resolvemos o problema na enfermagem, resolvemos técnicos de operadores e terapêutica. Não estamos a negociar por negociar. Este Governo resolveu aquilo que os Srs. deixaram por resolver. Mas, mais do que isso, este Governo está a pagar aquilo que os Srs. deixaram por pagar.

Deputado Berto Messias: Não, não, não!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso é que é a diferença entre este Governo e o Governo de que o Sr. fez parte. Mas, não é só isso. Estamos a falar nisso e estamos a falar em situações, conforme tive oportunidade ainda ontem de referir, absolutamente indignas na forma como são prestados os cuidados de saúde. Absolutamente indignas. Sobre isso, não ouvi o Sr. Deputado dizer “isto” sobre a situação que deixou, centros de saúde em que chove dentro, centros de saúde que têm buracos nos tetos, todas essas situações, o que é que os Srs. fizeram sobre isso? Zero.

Deputado Tiago Lopes: E as cirurgias no Hospital de Ponta Delgada? De quem é a responsabilidade? E o serviço de Oncologia? Isso é que é irresponsabilidade! Acha que isso é digno para os doentes oncológicos?!

O Orador: Esta tabela, esta tabela é a tabela das viaturas da unidade de saúde da Ilha de São Miguel. A vermelho estão todas aquelas que não têm condições de circular. Isto demonstra o estado em que deixaram até o parque automóvel das

viaturas, são Enfermeiros a irem com o seu carro, Médicos a irem com o seu carro porque não há viaturas. O serviço de apoio ao doente deslocado em Lisboa, o serviço de apoio ao doente deslocado em Lisboa tinha uma carrinha, a carrinha não podia circular em Lisboa para transportar doentes deslocados.

Deputado Tiago Lopes: Indigno é o serviço de oncologia do HDES! Isso é que é responsabilidade sua e das pessoas que o rodeiam!

O Orador: O farol da frente tinha fita cola a colar o farol da frente. Foi isso que os Srs. deixaram. Nós estamos a resolver, até, uma carrinha nova, já há mais viaturas a serem compradas, estamos a fazer obras nos Açores todo, ao nível da saúde, mas, sobretudo, estamos a dar condições de motivação e de trabalho aos profissionais de saúde, mas, sobretudo, e, acima de tudo, melhores condições para os açorianos. Falta muito fazer, muito falta fazer, mas muito foi feito, e, sobretudo, há aqui algo que demonstra bem, mais uma vez, a vossa falta de credibilidade. O PS parece que diz que nós não fizemos nada neste 1 ano e 4 meses ou 5 meses, o PS diz isso, não fizeram, não fizeram, então, o PS está a querer dizer que era possível ter feito em um 1 ano e 4 meses. Grande crítica estão a fazer a si próprios, quer dizer, que estão a criticar que não foi feito em 1 anos e 4 meses e os Srs. não fizeram em 24. Obviamente, que é esta a vossa absoluta falta de credibilidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Sr. Deputado Tiago Lopes, conseguiu desvirtuar completamente este diploma, e, também, o respeito por um partido político que, além de pequenino, merece, pelo menos o respeito do seu gabinete e de todos os

seus profissionais que trabalham arduamente, arduamente, de manhã à noite, todos os dias. E isto é uma falta de respeito, e, ainda por cima, quando têm os telhados de vidro que têm. Da forma como deixou o serviço regional de saúde...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... e com o Saudaço a distinção de uma dívida astronómica para a Região Autónoma dos Açores. Ainda tem a lata de falar sobre as pequenas coisas de um partido político que quer fazer pequenos passos.

Deputado Gustavo Alves: Falta de humildade!

O Orador: Sr. Deputado Tiago Lopes, quando têm telhados de vidros como o Sr. Deputado tem, devia ter mais cuidado da forma como aborda ou tenta danos colaterais de um partido político tão pequeno como o PAN. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso: A mentira tem perna curta!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membro do Governo. Sr. Deputado Pedro Neves, vou estar ao lado do PAN na aprovação desse Projeto de Resolução e vou estar, Sr. Deputado, mesmo percebendo que a iniciativa que aqui traz, de alguma forma, e, perdoe-me a franqueza, pode trazer aqui uma situação que é a abertura de uma caixa de pandora. Porque, Sr. Deputado, o facto de se fazer justiça com o povo açoriano, fazendo-se e a partir de dinheiro, porque, no fundo, é disso que se

trata, ou seja, terá que ser alocado mais dinheiro ao serviço regional de saúde para que haja mais atos médicos, naturalmente, que isso vai ter que acontecer, mas, mesmo que isso aconteça, há que ter em consciência uma situação. Esse Projeto de Resolução visa, acima de tudo, garantir mais atos médicos, só que o serviço de saúde não é totalmente assegurado por Médicos, há outros profissionais de saúde que contribuem para esse serviço, e, obviamente, que vamos ter aqui, se calhar, em pouco tempo, e, lá está a Assembleia Regional terá, também, que resolver esse problema dos outros profissionais de saúde que, também, terão que ficar integrados nesses atos médicos suplementares que terão que ser feitos. Mas, mesmo assim, estarei ao lado do PAN nesta iniciativa porque acho importante que, neste momento, num momento de emergência onde inúmeros atos médicos, como mostram as listas de espera, que ficaram por realizar por insuficiência de técnicos, técnicos médicos, técnicos auxiliares que, pela indisponibilidade, fizeram arrastar, em tempo e em números, as listas de espera nos Açores. Por essa razão, é mais do que justo que haja alguma alocação de dinheiro para resolver esse problema ou para minimizar esse problema de saúde pública nos Açores. Que, diga-se de passagem, esse problema tem um pai e o pai dessa situação é, efetivamente, o reduzido número de Médicos que se formam todos os anos em Portugal. Porque, essa é, efetivamente, uma realidade, porque, o número de Médicos que se formam em Portugal se fosse suficiente, não estaríamos aqui a ter que pagar horas extraordinárias a mais Médicos, porque é que isso acontece? Porque não há Médicos em número suficiente, porque, efetivamente, o que acontece é que os Médicos que são formados em Portugal não trabalham só em Portugal. Inúmeras vezes, são aliciados para ir trabalhar para outros países, onde ganham mais, onde têm outras condições. Portanto, essa é uma realidade que temos e que vamos ter, seguramente, durante muito tempo. É preciso que se pense nesse assunto, é preciso que se fale abertamente nesse assunto, porque é que não se formam mais Médicos em Portugal, porque a população precisa, efetivamente,

de mais Médicos. Felizmente, Sr. Secretário da Saúde, felizmente, que este Governo tem tido uma abordagem mais atenta aos problemas de saúde dos açorianos. E, ainda bem que tem tido, ainda bem que tem tido porque os problemas estão longe de estarem resolvidos. Mas, quem todos os dias fica à espera de um telefonema para uma consulta, para uma intervenção, para exames específicos, todos os dias espera e desespera, e, em função disso e pelo respeito por essas pessoas, temos que estar atentos e fazer sempre o nosso melhor. O Sr. Secretário terá sempre o meu apoio sempre que houver necessidade de alocar mais dinheiro ao serviço de saúde para que se minimize o sofrimento dessas pessoas.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Apoiado! Muito bem!

Deputado Carlos Freitas: Apoiado!

O Orador: Dizer ainda, novamente, Sr. Deputado Pedro Neves, bem-vindo ao clube Sr. Deputado. O Sr. há pouco disse, e bem, que do gabinete do PAN é que sai o trabalho do PAN. Do gabinete do Deputado independente, com todo o orgulho, também, lhe digo, daqui sai o trabalho do Deputado independente, daqui sai o trabalho que eu produzo. Como diz a música de Roberto Carlos, com erros e enganos, talvez, é certo, mas daqui é que sai o meu trabalho orgulhosamente. Não devo, não devo satisfações a ninguém do trabalho que produzo.

Deputado Berto Messias: O que é que o senhor quer dizer com isso?

O Orador: O que é que eu quero dizer com isso, Sr. Deputado Berto Messias? Quero dizer com isso, Sr. Deputado Berto Messias, ...

Deputado Berto Messias: Está a referir-se ao Chega?

O Orador: ... quero dizer que eu sozinho, com apenas um elemento de gabinete e não estando em exclusividade de funções nesta casa, procuro fazer o meu melhor. Não sai o trabalho que eu gostava que saísse, não sai, reconheço, sou o primeiro a reconhecer, mas é o trabalho que eu consigo fazer, orgulhosamente.

Deputado Berto Messias: Está a referir-se ao Chega? Que ele vai buscar

propostas aos outros?

O Orador: E é isto, é isto que me orgulha, e, quando eu vejo o Sr. Deputado Pedro Neves a falar nisso, foi com orgulho que percebi que, realmente, também foi com orgulho, Sr. Deputado, que disse isso que aqui disse, que é com o trabalho do seu partido, que é com o trabalho dos seus elementos de gabinete, como, também, acontece comigo, que fazemos o nosso trabalho, e, isso, isso tem um valor, isso é de um orgulho que transcende tudo, todas as conversas. Muito obrigado.

Deputado Berto Messias: O senhor estava a referir-se ao Chega, eu percebi! O Sr. Deputado José Pacheco vai buscar as propostas dos outros!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado Independente esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos: Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Eu peço a palavra para emitir aquela que é a posição, o entendimento do Grupo Parlamentar do PSD sobre este diploma que o PAN aqui nos traz. Esta substituição, que eu saiba, continua a ser da autoria do PAN, e, portanto, gostaria de dizer que tem o mérito de identificar um problema e trazer soluções, porque, identificar problemas e atirar problemas para o ar sem apresentar soluções, será fácil. Estas sugestões, no nosso entender, permitem mitigar aquela que foi uma desmotivação instalada entre os Médicos ao longo dos últimos anos, e, embora todos saibamos que vivemos numa realidade com infinitas vantagens, também, apresenta pontos vulneráveis. Já aqui hoje foi dito, é uma realidade geograficamente descontinuada, nove ilhas, e, conseqüentemente, penosa para quem tem de assegurar cuidados de saúde urgentes sem ligação ao hospital ou que ficam geograficamente mais distantes. E, assegurar cuidados de saúde urgentes a estes açorianos tem sido um dos desígnios deste Governo.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: A somar a isto a estagnação das carreiras médicas, das grelhas salariais, fazem deste um assunto intemporal e uma preocupação partilhada por todos.

Deputado Jaime Vieira: Muito bem!

A Oradora: Já foi aqui demonstrado pelo Sr. Secretário, foi abordado em sede de Comissão, está assente que urge dignificar e repor a justiça aos profissionais de saúde do serviço regional de saúde. E, muitos têm sido os exemplos dados nesse sentido. O arrancar do processo de progressões e valorização das carreiras dos Enfermeiros, farmacêuticos, dos técnicos, portanto, todo um outro conjunto de profissionais de saúde que não nos esqueçamos deles.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: A criação de um regime de atribuição de incentivos à fixação aplicável ao pessoal médico, de natureza pecuniária e não pecuniária que vimos aprovado no início deste ano. A perspetiva da criação de um regime similar, também, dirigida a Enfermeiros que se pretendem fixar nas Ilhas dos Açores e ainda hoje o Presidente da Ordem dos Enfermeiros dava nota de que há uma grave carência de Enfermeiros na Região. A abertura, também, como o Sr. Secretário já aqui hoje frisou, a abertura de dezenas de vagas para recrutamento de Médicos para as várias unidades de saúde face àquelas que foram as necessidades que vão sendo identificadas, são exemplos de que a aposta nos cuidados de saúde é uma prioridade e visa privilegiar todas as Ilhas na justa medida.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: E, portanto, que o serviço regional de saúde é fundamental, dúvidas não há. O contributo de todos é salutar e penso que deveremos valorizar e não minorizar como aqui se está a pretender fazer, o contributo do PAN nesta solução. No último ano e meio, contrariamente àquilo que se quer passar, de que pouco se fez, penso que, provas há de que foi feito o reforço, um reforço grande em recursos humanos, recursos financeiros, equipamentos, em obras, numa escala muito

superior a 2019, antes da pandemia, para além do exemplo às forças profissionais de saúde no crescendo número de consultas, exames e cirurgias, e, portanto, mesmo com o esforço financeiro grande, efetivamente, dar a melhor resposta ao nível da assistência de saúde ao utente é um dos desígnios do Governo.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: A pandemia, não é, que nos últimos 2 anos teimou em persistir, é agora, se calhar, tempo de mais discussões verbais de gratidão e aplausos, reconhecer o papel dos profissionais de saúde. Neste caso, falamos, em particular, dos Médicos, e, também, e muito bem, o Sr. Deputado Pedro Neves apresentou-nos aqui, é sobejamente sabido que as dificuldades em contratar Médicos, são, efetivamente, superiores comparativamente a outros profissionais de saúde e daí que entendemos que é, na medida que o Sr. Deputado Pedro Neves aqui deixou bem claro, de que é merecedor de uma discriminação positiva.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: E advém do quê? Da exiguidade de Médicos do serviço regional de saúde que, fruto da ausência e das medidas concretas para a resolução deste problema que já se adivinhava, conduziu-nos a uma crescente dependência das empresas de prestadores de serviços, como único meio para assegurar os serviços de urgência de alguns hospitais e unidades de saúde de Ilha, com todos os constrangimentos que nós percebemos que daí advêm. A proposta que aqui apreciamos e que vamos acompanhar, é salutar porque visa proteger todos os açorianos, especialmente os mais desfavorecidos e mais vulneráveis que vivem nas Ilhas sem hospital, garantindo o seu direito a cuidados médicos. Posto isto, não posso deixar de congratular-me pelas pontes que são estabelecidas, seja entre o PAN, seja entre o Governo, sejam entre quaisquer que sejam todos os partidos e frisar que de debates estéreis, costas voltadas e maledicências estão os açorianos fartos.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

A Oradora: Por fim, permita-me, Sr. Deputado Tiago Lopes, deixar duas notas relativamente ao cento de saúde das Lajes, penso que seria um assunto que, de todo, não há qualquer interesse em trazer para aqui. Portanto, penso que não haverá interesse, primeiro, porque não é objeto do diploma. Segundo, segundo, porque as condições a que se deixou chegar o centro de saúde das Lajes em termos de instalações físicas e de recursos humanos, portanto, não são deploráveis.

Deputado Tiago Lopes: Vai trazer o que o PSD prometeu?

Deputado Carlos Freitas: Se fosse responsável tinha resolvido o problema do centro de saúde das Lajes! É uma vergonha o que nos deixaram lá! É uma vergonha as condições de acesso à saúde nas Lajes, merecíamos mais!

A Oradora: E, relativamente à questão e à coação relativamente – Sr. Deputado já vimos aqui que, e não há muito tempo, apresentou uma substituição integral de um diploma, relativamente ao teste do Streptococcus e, que eu saiba, não foi coagido por ninguém, não é, portanto, é legítimo, as substituições podem acontecer, e, portanto, penso que não minorizou a proposta que aqui foi trazida pelo PAN. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada e por me ter lembrado que há uma substituição integral que eu não tinha enunciado inicialmente, é, efetivamente, assim e é sobre ela que deve incidir o nosso debate e a nossa votação. Agora dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Queria responder ao Sr. Deputado Carlos Furtado

relativamente ao aumento de despesa. Esta iniciativa do PAN não quer dizer que haja um aumento de despesa per si, porque, nós temos que verificar, também, a fatura dos tarefeiros e daquilo que nós vamos reduzir, a quantidade horas que nós pagamos, por ano, relativamente aos tarefeiros. Essa é o objetivo, é o objetivo desta proposta. E, também, não quer dizer que nós, que Portugal faça ou tenha falta de Médicos. O nosso serviço nacional de saúde, o serviço regional de saúde, é que tem falta de Médicos, não quer dizer que nós andamos a formar poucos Médicos, não conseguimos é agarrá-los, não conseguimos é fixá-los nos Açores, por inúmeras razões, obviamente, e porque o mercado é aberto, a União Europeia fez, obviamente, as fronteiras estão abertas, o espaço Schengen é para todos e isso dificulta-nos o trabalho. Mas, é, por isso, também, que nós fizemos esta iniciativa que, também, relativamente às horas extraordinárias e ao aumento de horas extraordinárias, estamos, também, a conseguir, ou, pelo menos, queremos fixar os Médicos mais novos para que não vão, obviamente, para outros países e que fiquem nos Açores e que não vão, sequer, para o Continente. Essa é a ideia inicial desta iniciativa. Mas, é um produto, mas não é o subproduto. O subproduto é o objetivo final. O objetivo final é beneficiar o utente, não é beneficiar unicamente o Médico e olhar só o Médico, por isso, é que nós, também, temos um alargamento, e não é apenas os Médicos, obviamente, os profissionais de saúde têm todo o nosso mérito, por isso é que nós, também, temos uma anteproposta relativamente aos técnicos auxiliares de saúde, também, como já tivemos por causa dos psicólogos no sistema hospitalar e queremos, obviamente, ver o dos Enfermeiros ou esperar e aprovar que haja uma iniciativa dos Enfermeiros porque é isso que nós pretendemos e queremos que seja para todo o sistema hospitalar. Neste momento, e apenas relativamente aos Médicos, é apenas para conseguirmos reduzir aquilo que pode ser uma lacuna ou que pode ser um problema de futuro. Pagar horas extraordinárias de uma forma mais justa para os Médicos para o subproduto e o subproduto é o benefício dos nossos utentes que são todos os

açorianos que precisam que haja Médicos dentro das urgências de uma forma que, também, seja justa para os profissionais de saúde que, não vamos esquecer, não é só na pandemia que damos palmadinhas nas costas, é depois, também, fora da pandemia, vamos continuar a ajudar e sempre a demonstrar o mérito dos nossos profissionais dentro do sistema hospitalar e das unidades de saúde das Ilhas. Obrigado.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Eu peço a palavra para participar neste debate e para colocar uma ou duas questões ao Sr. Secretário Regional da Saúde, que não sei se, por acaso, terá os dados aqui que lhe permitam responder já, mas, de qualquer das formas, agradecia uma resposta sobre isso. E, na minha opinião, tem a ver com aquilo que nós discutimos, também, aqui neste âmbito, ou seja, com aquilo que é a própria valorização dos recursos do serviço regional de saúde, no caso, os recursos humanos, e, também, a possibilidade da sua utilização. O Sr. Secretário Regional referiu o número de um conjunto de atos, de exames, de cirurgias realizados. A minha pergunta é se o Sr. Secretário tem condições, neste momento, de me informar e informar a Câmara, nomeadamente, no caso das cirurgias e de outros exames, quantos é que são feitos, por exemplo, no Hospital Internacional dos Açores? E quantos é que são feitos no serviço regional de saúde público? E eu coloco essa questão porque suscitou-me o assunto aquilo que, ainda durante o mês de março, aconteceu quanto ao anúncio de uma convenção celebrada com o Hospital Internacional dos Açores e que foi publicado no dia 25 de março e que, 3 dias depois, foi anulada essa convenção. Refiro-me à convenção n.º 2/2022, publicada no jornal oficial a 25 de março e uma anulação n.º 9/2022 que dá sem efeito essa convenção. Eu penso que esta pergunta não traduz, obviamente,

qualquer juízo de valor negativo sobre a necessidade de dar resposta aos cidadãos, mas, traduz, sobretudo, aquilo que é a outra parte do assunto e que tem a ver, exatamente, com a utilização dos recursos públicos. E, portanto, a pergunta é esta, de entre os números, nomeadamente, de cirurgias que o Sr. Secretário referiu, quais são aqueles que foram feitos no serviço regional de saúde e quais aqueles que foram feitos no Hospital Internacional dos Açores. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Estamos aqui a discutir uma proposta do PAN que é muito objetiva, que é a revisão do regime de prestação de trabalho médico extraordinário nos serviços de urgência e de atendimento permanente nas unidades de saúde de Ilha com serviço de urgência. É isto que nós estamos a discutir. Estamos a discutir o mérito das propostas que são apresentadas. Estamos a discutir o mérito da fundamentação desta iniciativa. Eu devo dizer que esta iniciativa está muito bem fundamentada, mais uma vez. O PAN fez aqui um bom trabalho. E apresentam um conjunto de recomendações, que, pelos vistos, o Partido Socialista não está interessado em discutir. Está interessado em criar aqui uma cortina de fumo, em criar aqui casos e casinhos, que é para impedir que seja discutida a substância da matéria. É algo que, impedir, também, pontes, tentativa de dinamitar um diálogo parlamentar que é produtivo. Foi sempre algo que, ao longo da minha vida parlamentar, defendi, foi a capacidade de diálogo, fomentar o diálogo, ...

Deputada Ana Luís: De quem? Ó Sr. Deputado!

Deputado Francisco Coelho: O Sr. Deputado sempre teve muita abertura para isso!

O Orador: ... a participação, a integração de propostas, a valorização do trabalho dos outros, mesmo do próprio Governo Regional, na altura. Foi sempre isso que eu fiz, enquanto parlamentar ao longo de todos estes anos, que, acho que é isso

que deve ser feito. Sr. Deputado, eu tive a oportunidade – V. Exa. ainda não estava aqui – mais uma vez, de elogiar a qualidade da sua proposta. Eu sei que não é muito habitual os partidos políticos fazerem estas cedências, de fazerem estas referências muito positivas ao trabalho realizado pelos outros. Irá reconhecer que não é a primeira vez que o faço, já o fiz noutras circunstâncias. Tem uma bela, uma boa fundamentação. E, também, lhe quero dizer que concordo porque o que o Sr. propõe aqui é um conjunto, são 7 medidas, e são 7 medidas bem pensadas. Se forem aplicadas, são medidas que vão melhorar a situação. A primeira, é aplicar – porque eu vou discutir a sua iniciativa, é isso que eu estou aqui a fazer, a discutir a sua iniciativa. Há outros que não o querem fazer – aplicar uma majoração de trabalho extraordinário a partir do limite de horas previsto na lei, em presença física e o dobro desse limite nas urgências efetuadas em regime de prevenção. Estou de acordo, é positivo e significará um acréscimo muito positivo para estes profissionais. Acabar com a desconexa distinção vigente no pagamento da primeira hora extraordinária e as sucessivas nas noites semanais, bem como todo o sábado, domingo e feriados. É muito positivo, também, e os profissionais irão reconhecer que isto significa uma melhoria muito significativa. Majorar... tem aqui muitos pontos, eu não vou lê-los todos senão fico sem tempo para o debate.

Deputada Alexandra Manes: Leia, Sr. Deputado!

Deputada Andreia Cardoso: Leia, Sr. Deputado, leia!

O Orador: Mas... leia, leia, sim, sim, sabem muito... eu vou aqui, pronto, fazer como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, saltar aqui uns quantos pontos e salto para o quinto. Manter os restantes índices para os demais períodos por todos os Médicos. Ter como base no cálculo do trabalho suplementar do Médico o valor da 6.ª posição remuneratória de assistente da nova tabela remuneratória, exceto, quando o seu salário base auferido seja, logicamente, superior. E, assim, sucessivamente. É um conjunto de medidas positivas que os profissionais vão, de

certeza absoluta, valorizar. É isto que está aqui em discussão. É esta recomendação, é esta melhoria que está a ser feita. Tudo o resto, tudo o resto, são cortinas de fumo. Tudo o resto, é a tentativa de destruir pontes. Tudo o resto, é que não exista um diálogo entre as várias forças políticas para que, no final, se esteja aqui a discutir política no sentido, naquele sentido que é o menos positivo, que é, pura e simplesmente, o debate partidário no sentido de tentar destruir o mérito dos outros. Por isso, o que eu considero é que aqui há uma valorização efetiva, o Sr. Deputado fez muito bem, e, também, foi sempre isto a minha postura ao longo de todos estes anos, valorizar pontes, construir pontes...

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

O Orador: ... e permitir que daqui saia um bom trabalho e que se consiga fazer, que se consiga chegar, que se consiga fazer um bom trabalho que valorize e melhore a vida das pessoas. Neste caso, melhore a vida das pessoas por duas formas, primeiro, melhorando os profissionais, melhorando as condições dos profissionais nesta área, e, em segundo lugar, evidentemente, que isto terá uma projeção no sentido de melhorar os serviços médicos que são prestados às populações. É tão simples como isto.

Deputada Catarina Cabeceiras: Muito bem!

O Orador: Eu penso que V. Exa., com este conjunto de recomendações, atinge esses dois objetivos.

Deputada Catarina Cabeceiras: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes: Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e

Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo. Eu assumo que ao ouvir a primeira intervenção do Sr. Secretário da Saúde pensei que estava à frente de alguém de esquerda. Mas, até pensei que ia esvaziar a minha intervenção, mas, depois, vistas as coisas e na condução dos trabalhos percebi que não ia para lá. Portanto, se o caminho que se pretende é o de melhorar as condições do trabalho dos Médicos, então, o fundamental é proporcionar uma remuneração digna, reduzir a carga horária, incentivar estes profissionais através de condições de trabalho dignas, bem como, fomentar o interesse dos Médicos em trabalhar nos serviços de urgência, promovendo formações específicas neste âmbito. Todas e todos nós sabemos que a nossa Região atravessa um grande problema que se tornou crónico, a escassez de Médicos. Este problema só se ultrapassa criando e potenciando medidas que sejam apelativas à captação destes profissionais tão necessários.

Deputado Pedro Neves: O PAN já apresentou!

Deputada Sabrina Furtado: Quais?

A Oradora: É importante – já lá vamos, Sra. Deputada – é importante salientar que o trabalho extraordinário acarreta consequências. O trabalho extraordinário acarreta consequências, nomeadamente, o cansaço dos profissionais que se reflete na própria qualidade da prestação de cuidados. Quando o limite para o trabalho extraordinário é de 150 horas, estipulado no Acordo Coletivo de Trabalho n.º 14/2020, de 18 de novembro, fará sentido uma proposta que não estipule um limite de horas que podem ser feitas pelo mesmo Médico no serviço de urgência? Que não garanta a proteção destes profissionais e dos utentes, por consequência da exaustão? Não basta falar em burnout, de exaustão dos profissionais de saúde, e, depois, promover um mecanismo legal que permite ultrapassar o limite de horas extraordinárias, incentivando este tipo de situações. E nada nesta proposta indica que é de caráter transitório. Uma coisa é majorar as horas extraordinárias até ao limite legal, outra, é querer criar um caminho pernicioso de incentivos para

trabalhar para além disso. Se a nossa preocupação é uma prestação de cuidados de saúde de qualidade, e de reconhecimento e valorização dos nossos Médicos, então, não se pode encarar esta proposta como uma solução. Se existe um problema crónico de escassez de Médicos no serviço regional de saúde, então, o que é necessário são medidas que promovam a sua fixação. O Bloco de Esquerda, há muito tempo, que defende um regime de exclusividade facultativo, com incentivos associados, nomeadamente, através da majoração de 40% da sua remuneração para os Médicos que queiram trabalhar em exclusividade e com redução de horário de trabalho, sem penalização a partir dos 50 anos. Este regime – e era o que estava, era o que estava no seu programa, Sr. Deputado Pedro Neves:

...

Deputado Pedro Neves: É do meu, eu sei o que é que estou a dizer!

A Oradora: ... este regime de exclusividade facultativo é uma garantia de melhores condições de trabalho para os Médicos, evitando, assim, ter que se dividir entre o trabalho do serviço público – eu sei, eu também faço isso, portanto, eu concedo-lhe aquele tempo, eu concedo-lhe aquele à parte que ele tanto necessita, ó Sr. Deputado – evitando, assim, ter que se dividir entre o serviço público e o serviço privado. Porque o problema que nós já encontramos aqui, o problema que nós já encontramos aqui, Sras. e Srs. Deputados, é que os Médicos dividem-se, dividem-se entre o serviço regional de saúde, o público, e entre o privado. E fazem horas extras e são necessárias. Mas, ainda ninguém quis chegar à raiz do problema. É, porque, se eles fazem isso é porque não há, não há um sistema regional de saúde, neste momento, que seja apelativo à sua fixação. Se os concursos ficam desertos, por alguma razão é. E não é atirando mais dinheiro para as horas extraordinárias que o problema se resolve. O problema dos Médicos mantém-se. A escassez dos Médicos mantém-se. A falta de revisão das carreiras, mantém-se. O salário digno deles, mantém-se. Isto não resolve o problema. Isto não resolve, porque, o Médico do serviço regional de saúde continuará a dar horas

no serviço privado, quem é que controla a exaustão e o burnout? Ou, agora, já não há burnout para estas pessoas? Estas pessoas precisam de um serviço digno que não as obriguem a fazer horas extraordinárias para ter mais salário. É isso que precisam. Mas, vamos aí, Sras. e Srs. Deputados, o caminho deve passar por garantir que os Médicos tenham uma melhor remuneração, que tenham formações que os motivem a trabalhar no serviço de urgência. Que a majoração ocorra para incentivar os Médicos a querer ir trabalhar para o serviço regional de saúde e não pelo número de horas extraordinárias que realizam. O trabalho extraordinário deve ser encarado como uma exceção e não como um chamariz e não como um chamariz, para resolver os problemas de base do nosso serviço regional de saúde. Aliás, eu não estou a dizer nada de novo, porque, inclusive, foi a Sra. Deputada Salomé Matos, que durante a Comissão levantou este problema, se isto não levaria ao efeito contrário de os Médicos começarem a querer trabalhar mais horas para conseguirem mais dinheiro.

Deputado Paulo Estêvão: Ah, não é isso que os médicos querem?

A Oradora: E é isso que nós acabamos por fazer aqui. Se esta proposta for aprovada, o que se vai fazer é abrir aqui, abrir um caminho, abrir um caminho em que os Médicos vejam nas horas extraordinárias uma possibilidade de ganhar mais dinheiro. E, desculpem lá, não é isso que os Médicos querem, nem é isso que os Médicos – calma – que os Médicos reivindicam, reivindicam um melhor vencimento de base, reivindicam um vencimento de base justo e digno, justo e digno.

Deputado João Bruto da Costa: Então está resolvido!

A Oradora: Aliás, se formos a ver as respostas do Sr. André Frazão, ele diz, e diz bem, isto não resolve nada. O problema mantém-se. E não há falta de Médicos Sras. e Srs. Deputados, não há falta de Médicos, nem é necessário abrir mais cursos para Médicos.

Deputado Joaquim Machado: O Bloco resolve isso!

A Oradora: Há é falta de incentivos que lhes capte a atenção, e, uma das propostas que o Bloco fez, foi, exatamente, a exclusividade facultativa. E é esse que deve ser o caminho. Aquilo que o Bloco de Esquerda considera, é este que deve ser o caminho e não criar este tipo de mecanismo que abre a porta, porque, atenção, Sras. e Srs. Deputados, o ponto 1 desta proposta, diz, exatamente, “Aplicar uma majoração do trabalho extraordinário a partir, a partir, do limite de horas previsto na lei”. Sras. e Srs. Deputados, o que é que estamos a abrir aqui?

Deputado António Lima: Agora a lei não conta!

A Oradora: Agora a lei não conta? É que é assim, o Bloco de Esquerda tem a plena noção, a plena noção, dos problemas que o serviço regional de saúde enfrenta, a plena noção daquilo que os Médicos reivindicam, mas, também, tem a plena noção de que esta proposta não resolve. O que vai fazer – como a Sra. Deputada Salomé Matos levantou a questão em Comissão, Sra. Deputada do PSD, atenção – é que vai ser um chamariz para que os Médicos trabalhem mais horas do que estas que estão previstas na lei. É isso que nós queremos? O que queremos é isso? O burnout já não interessa, o cansaço, e isto tudo já não resolve. “Olhe, Srs. Médicos, nós temos aqui mais um dinheirinho para as suas horas extraordinárias, querem trabalhar mais horas, querem assegurar o serviço regional de saúde com mais uns trocos?”. Sras. e Srs. Deputados, vamos ser honestos aqui. Isto não resolve o problema.

Deputado Paulo Estevão: Não resolve, o que resolve é destruir tudo!

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidência. Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. O Bloco de Esquerda está para os Médicos como o PCP está para a guerra da Ucrânia.

Deputada Alexandra Manes: Sr. Deputado, não chegue a isso!

O Orador: Eu chego, eu chego, Sra. Deputada Alexandra Manes, eu chego, eu

chego, porque, não é de agora, eu sabia que isto não ia ser limpinho por causa do Bloco de Esquerda e porquê? Porque tenho boa memória. Eu lembro-me da campanha de 2020 – porque nós já tivemos esta discussão – e o PAN falou, obviamente, das horas extraordinárias. Isto não é de agora, que o PAN lançou aqui um diploma. Nós já falamos isto durante a campanha e o Bloco de Esquerda deu a sua posição, disse, logo à partida, que não se podem fazer mais horas extraordinárias. Como os médicos tratam de caixotes e não de salvar a vida das pessoas, ...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: ... então, achamos à partida, que a parte dogmática do Bloco de Esquerda, é muito mais importante do que salvar a vida dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Esse é que é o problema. Esse é que o problema. Eu acredito que os seus posicionamentos, e eu concordo com a maior parte das coisas que a Sra. Deputada Alexandra Manes disse. Aliás, está no programa do PAN. Obviamente, nós defendemos a exclusividade, obviamente. Este diploma não é a solução total do serviço regional de saúde. É um passo, é mais um, como nós fizemos, também, dos incentivos pecuniários e não pecuniários para a fixação de Médicos. Como vai haver mais medidas. Não é uma única medida. Não é estar parado. O Bloco de Esquerda ainda não fez um único diploma para estar a aumentar o ordenado dos Médicos, ainda não vi, ainda não vi, mas isso, também, não vai resolver os problemas. E, como aquilo que foi dito pela Comissão e respeitante mesmo sobre a Sra. Deputada Salomé, e que não concordo, não vamos aumentar, os Médicos não vão querer fazer mais horas extraordinárias, apenas, porque têm um valor maior. Não. É só para dar mais justiça daquilo que eles vão fazer, porque eles

fazem de forma voluntária, porquê? Porque têm que salvar vidas.

Deputado Jaime Vieira: Muito bem!

O Orador: Esse é que é o problema. Têm que salvar vidas e não vão ficar em casa, vêm como os colegas não podem e saem de casa, porque os colegas não podem ir, então, vão para a urgência fazer horas extraordinárias.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

O Orador: É isto que acontece. Do ordenado, da exclusividade para quem quiser, nós defendemos, mas, não é a única solução. Há várias soluções. Agora, eu estava à espera que o Bloco de Esquerda, uma coisa é na campanha, outra coisa, era aqui, que tivesse mais responsabilidade. Mesmo que não votasse à favor, uma abstençãozinha a gente ficava contente com a coisa. Mas, não. Continua, exatamente, igual, a achar à partida que não se pode fazer horas extraordinárias de 150 horas, fecha-se o hospital, vai-se tudo para casa e o que é que acontece aos utentes? O que é que acontece a uma pessoa que quiser mesmo um Médico na urgência? Nós temos falta de Médicos nos Açores, não é na formação, nos Açores, porque, precisamos de várias soluções. Esta não é a única, Sra. Deputada Alexandra Manes. São várias, são várias e nós queremos os contributos do Bloco de Esquerda, de forma que, obviamente, não seja dogmática. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Dizer e daquilo já tem sido agora a discussão e as intervenções dos vários Deputados, primeiro dizer que, até parece que querem agora aqui desvalorizar, completamente, a iniciativa do PAN.

Deputada Alexandra Manes: Os médicos são os mesmos!

A Oradora: É isso que está-se a aqui a tentar fazer e como se isso não interessasse nada, nem viesse resolver nada. E o que eu queria dizer à Sra. Deputada Alexandra Manes, à Deputada Alexandra Manes, temos a plena noção que isto

não vai resolver os problemas todos que temos agora em relação aos Médicos, mas, vem ajudar a resolver e a mitigar um problema que existe. Porque, uma coisa é o mundo ideal, uma coisa é o mundo ideal, outra coisa, é aquilo que existe nas Ilhas, que é uma realidade. E, quando vamos falar, por exemplo, da questão do trabalho extraordinário, muitas vezes, os Médicos não têm opção em não fazer trabalho extraordinário e falo pela realidade de São Jorge. Se nós não tivermos trabalho extraordinário, não há urgência, isto é a realidade. E o que acontece é que, muitas vezes, os jovens, os jovens Médicos, não lhes interessa, porque não são obrigados a fazê-lo e fazem-no de uma forma voluntária, não querem fazer o trabalho extraordinário, porque, realmente, não é devidamente compensado. E isto vem, vem, vem ajudar a mitigar esta situação. Não é que não venham existir, não é que não venham a existir outras soluções. O próprio Governo, já entrou em vigor a questão do apoio à fixação dos Médicos. Portanto, isto não é um ato isolado que vem agora, e, ninguém está aqui a dizer, nem o próprio proponente, nem o proponente, nem o Governo, nem ninguém esteve aqui a dizer que isto é a solução, ...

Deputado António Lima: Essa solução incentiva à ilegalidade, Sra. Deputada!

A Oradora: ... agora, para os problemas dos Médicos. Ninguém veio dizer isso. Agora, isto vem resolver um problema, que é uma realidade nas Ilhas, que é uma realidade nas Ilhas. E é isto que a iniciativa do PAN vem trazer, porque, se calhar, eu tenho um jovem Médico em São Jorge que não queria fazer horas extraordinárias, e, agora, se calhar, vai fazer. Está a perceber? Portanto, vem ajudar? Vem ajudar a resolver o problema.

Deputada Alexandra Manes: Os médicos são os mesmos!

A Oradora: Quando eu tenho uma Ilha com 3 Médicas, com mais de 60 anos que estão a assegurar o serviço de urgência e não vai ser este aumento que as vai querer fazer mais horas extraordinárias. O que elas querem é mais médicos para poderem-se libertar e é esse o objetivo. E, depois, também, dizer que, a verdade,

é que, também, daquilo que já foi dito e, até, também, da intervenção do Sr. Deputado Tiago Lopes, eu não posso deixar de dizer, primeiro diz “Este tempo todo”... ó Sr. Deputado “Este tempo todo”, é um ano e meio. Então, o que é que o Sr. diz, 24 anos é o quê?

Deputado Rui Martins: Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Não é? Primeiro. Não consigo compreender quando o Sr. diz isso. Depois, o Sr. vem dizer que “O Governo inviabilizou”... A iniciativa do PAN, quem viabiliza ou inviabiliza como nós aqui nesta casa, não é mais ninguém, portanto, não é o Governo que vai inviabilizar ou viabilizar. E, depois, o PAN ter apresentado uma substituição integral, o Sr. vem querer dizer que foi o Governo? Não. O trabalho da Comissão serve, exatamente, para isso. Existiu um trabalho da Comissão, existiu audições, o Sr. Secretário informou o que é que, no seu entendimento, eram as oportunidades e as fragilidades da iniciativa. O proponente, esteve no trabalho da Comissão, resolveu apresentar uma substituição integral. Ponto. Isto acontece com todas as bancadas e com todos os partidos. E, portanto, não é o Governo que inviabiliza ou viabiliza, porque, nós é que viabilizamos ou inviabilizamos as iniciativas agora aqui na votação.

Deputado Rui Martins: Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

A Oradora: E, portanto, não posso aceitar que estes argumentos que foram ditos, aquilo que já disse anteriormente e reitero, isto não é a solução para os problemas que temos, quanto à fixação dos Médicos, é, sim, uma forma de resolver um problema com que nos deparamos, principalmente, nas Ilhas mais pequenas e nas Ilhas sem hospital. E isso, acreditamos, e, por isso, acompanhamos, esta iniciativa porque acreditamos que, realmente, pode ser uma forma de mitigar este problema que tem-se arrastado ao longo do tempo. Muito obrigada.

Deputado Rui Martins: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra a Sra.

Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Deputado Pedro Neves, o Bloco não é uma coisa em campanha para ser outra, depois, aqui no Parlamento e não muda de opinião a cada vez que se levanta. Portanto, nós mantemos a nossa posição e aquela nos parece a melhor para o sistema regional de saúde. Não resolverá, de nada, remendar, como têm sido feitas certas e determinadas coisas aqui nesta Região. Não é com remendos que se resolve. Dizer que esta questão que é apelativa para os Médicos fazerem horas extraordinárias, não Sra. Deputada Catarina, não é, porque, isto não resolve o problema deles, mantém, mantém, o mesmo problema que é a escassez de Médicos na Região.

Deputado Rui Martins: E a sua solução é?

A Oradora: Não se criam verdadeiros incentivos para que venham e isto continuará tudo igual. A única diferença é que vai-se abrir um precedente. Uma iniciativa, o que vai acontecer aqui é um incentivo à quase ilegalidade, porque...

Deputado António Lima: Um incentivo à ilegalidade, uma coisa nunca antes vista!

A Oradora: ... ó Sr. Deputado... Sr. Deputado Paulo Estevão... aplicar uma majoração ao trabalho extraordinário a partir, a partir do limite de horas previsto, ó Sr. Deputado, então, há limites de horas ou não há limites de horas? Isto vai ou não potenciar que os Médicos que querem mais dinheiro – e com toda a legitimidade para isso – procurem fazer mais horas para ter mais dinheiro? Isto não resolve. Isto pode potenciar um mecanismo ilegal de captação de Médicos e de chamariz e não é assim que se resolvem os problemas.

Deputado Gustavo Alves: Também não é assim que se resolve!

A Oradora: Não é assim. Isto é atirar areia para os olhos destes profissionais. No dia que estes profissionais sentirem que o serviço regional de saúde lhes dá um vencimento digno, condições dignas de trabalho, mais tempo de férias e outros

incentivos, aí sim, estes Médicos vão querer ficar nos Açores. Não é fazendo mais horas extra ou pagando mais pelas horas extras que vão querer vir para os Açores trabalhar. O problema mantém-se. O que os Médicos querem é verem os seus problemas de base resolvidos, é isso que querem. E isto que vai acontecer aqui, e isto que vai acontecer aqui é criar um mecanismo ilegal, dizendo, “aplicar uma majoração do trabalho extraordinário a partir do limite de horas previstos na lei”. Agora são os Médicos. Daqui a dias são os Enfermeiros e daqui a dias vai-se regredir tanto, tanto, tanto nos direitos adquiridos pelos trabalhadores que vai deixar de haver horário normal de trabalho. São tudo horas extraordinárias, tudo para à frente. É isso que querem. Eu não me admiro que um Governo de direita queira cortar nos direitos dos trabalhadores, longe de mim. Quanto mais horas de trabalho, melhor, quanto mais horas de trabalho, melhor. Eu, até, sei disso. Agora, virem aqui dizer que isto é muito bom e que resolve as coisas... não resolve, não mitiga. Muito pelo contrário, muito pelo contrário, poderá levar a que Médicos vejam nisto um chamariz para fazerem mais horas. Mas, o burnout só acontece até às 150 horas? É isto? Já não estamos preocupados com os efeitos das horas? Já não estamos preocupados com os efeitos das horas de excesso nos Médicos?

Deputado Rui Martins: Estamos preocupados em manter os serviços abertos!

A Oradora: É por aqui que vamos resolver o problema? É dando dinheiro para ainda se cansarem mais ou é prometido que ganhem mais dinheiro e maiores incentivos para virem mais velhos... Sr. Deputado Paulo Estevão, não meta a mão na testa porque se isto fosse na legislatura passada, se isto fosse na legislatura passada, seriam estas, seriam estas as suas palavras Sr. Deputado. Sr. Deputado não faça isso, essa cara de indignação como se eu estivesse a dizer uma coisa do outro mundo, porque, nas legislaturas passadas, era isso que o Sr. Deputado dizia, porque, a grande cambalhota aqui nesta casa foi a do Sr. Deputado

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine Sra. Deputada...

A Oradora: ... o Bloco manteve-se sempre igual, o Bloco manteve-se sempre

igual, o Bloco manteve-se sempre igual. O Bloco manteve sempre a sua posição igual e vai manter a sua posição igual aqui.

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine Sra. Deputada...

A Oradora: Ó Sr. Presidente, termino já. Não me corte o pio. Eu reafirmo a nossa posição e a nossa posição do Bloco de Esquerda é ao lado destes profissionais de saúde de forma a criar incentivos que lhes capte a atenção para virem para os Açores e não terem que vir ao chamariz de horas extras. Disse.

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Deputada. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate. Sr. Secretário Regional da Saúde, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. 3 ou 4 notas finais na sequência do debate que, me parece, já vai longo. Em primeiro lugar, dizer que foi perceptível o incómodo que se gerou em duas bancadas pelo facto de termos aqui capacidade de diálogo e de construção de soluções que resolvam problemas. Essa é que é a questão e o que está aqui em causa é, exatamente, isso. E, Sra. Deputada, mais que uma questão de esquerda ou de direita, o que está aqui em causa é, exatamente, resolver problemas das pessoas. As pessoas estão a ficar um bocado cansadas deste debate em que alguns sustentam e alimentam a sua existência política, se é de esquerda, se é de direita. As pessoas querem que resolvam os seus problemas.

Deputada Alexandra Manes: Quem o diz! Olhe, o Centro de Saúde das Lajes do Pico!

O Orador: E, estamos aqui, exatamente, e, estamos aqui, exatamente, para resolver esses problemas, para resolver esses problemas, muitos deles de grande dimensão, de grande complexidade e estamos, efetivamente, a resolvê-los, conforme demonstrei aqui, com números reais que têm impacto na vida das pessoas. Respondendo às questões que foram colocadas, sim Sr. Deputado Vasco

Cordeiro, todas as cirurgias, consultas e exames são no serviço regional de saúde, apenas. Todos os números que apresentei são do serviço regional de saúde que demonstram que, em 2021, realizaram-se mais cirurgias, mais consultas e mais exames, do que em 2020 em pandemia, 2019 sem pandemia, 2018 sem pandemia. Relativamente ao diploma que referiu, foi detetado uma questão processual que foi corrigida, por isso, foi retirada e vai aparecer uma nova convenção em termos idênticos. No que diz respeito a algumas questões que foram aqui referidas, e, só para concluir, eu penso que na minha primeira intervenção tinha esclarecido que, tudo o que estamos aqui a falar, é excecional, é extraordinário, é transitório.

Deputada Alexandra Manes: Mas onde é que está isso?

O Orador: Está no próprio diploma, no seu preâmbulo...

Deputada Alexandra Manes: Aqui? Nos pontos resolutivos? Onde?

O Orador: Vou tentar concluir, tudo isto que está aqui é uma solução para um problema que, efetivamente, existe. Ninguém pode, há partidos, há ideologias que põem umas cortinas à frente e não vêem a realidade, mas a realidade é o que é e temos que lidar com a realidade que temos. Sabemos o que temos, conhecemos o que temos, sabemos o que queremos fazer, sabemos qual é o caminho. Agora, isto é um trabalho que tem de ser desenvolvido. Não podemos é fazer de conta que não existe, como se isso resolvesse os problemas. Para algumas pessoas, em algumas circunstâncias, é assim, mas, na realidade e na vida não é assim. Por isso, o que estamos aqui é a resolver de forma transitória e excecional um problema que existe, paralelamente, a um conjunto de outras medidas que eu também referi.

Deputada Alexandra Manes: Onde é que está isso aqui?

O Orador: O sistema de incentivos à fixação está publicado. O sistema de incentivos à fixação, que é um sistema de incentivos muito mais robusto, ...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: ... com muito mais medidas que tendem a ser atrativas já está publicado, este Governo já publicou o sistema de incentivos à fixação de Médicos.

Pronto. Posso-lhe dizer, pronto, a Sra. Deputada prefere fazer esse tipo de reação, mas...

Deputada Alexandra Manes: É verdade! Onde é que estão os médicos?

O Orador: ... eu acabei de mostrar que este Governo, acabei de mostrar que este Governo já contratou 45 Médicos, ...

Deputada Alexandra Manes: E resolveu tudo!

O Orador: ... 45 Médicos, são muitos Médicos e não estamos a falar em prestação de serviços à termo. São contratos com vínculo permanente, 45 Médicos. Por exemplo, em 2020, tinham sido 26, em 2019, tinham sido 20. Há aqui um acréscimo. 45 é mais que 26 e é mais do que 20, o que quer dizer que há aqui um sinal de melhoria, de acréscimo, de atratividade, de atratividades de Médicos que vêm para os Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

São os números que o mostram. E, para além destes números, dos 45 que já estão cá contratados, eu demonstrei, em São Miguel, tínhamos, até há pouco tempo, ainda temos, no fundo, cerca de...

Presidente da Assembleia: Sr. Secretário, agradeço que termine...

O Orador: ... termino já Sr. Presidente... cerca de 20.911 pessoas sem Médico de Família. Com outros tantos que vamos contratar, são menos 16 mil açorianos que ficam sem Médico de Família. Isto não é bom Sra. Deputada? Isto não é bom?

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É o que estamos a resolver – termino já Sr. Presidente. E, para além de todas estas questões, estamos a contratar mais, 45 Médicos, 79 autorizados. Enfermeiros, 60 enfermeiros contratados sem vínculo precário, isto é, com vínculo permanente, mais 74 autorizados. São cerca de 1052 profissionais de saúde contratados por este Governo desde que iniciou funções e que ainda estão em funções, retirando todos aqueles que entraram e saíram e que acabaram contratos, são 1052. É um esforço enorme de contratação e não é só do Governo, é das entidades que gerem as unidades de saúde, que têm uma preocupação permanente, diária, de encontrar soluções para dar respostas às pessoas...

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional...

O Orador: ... que têm de acudir todos os dias – termino já Sr. Presidente só com uma nota. Este Governo não foi só com isso, mas, também, com uma outra realidade. Quando entramos em funções, havia uma prática de que os Médicos que faziam internato nos Açores, acabavam a sua especialidade, ficavam um ano a receber como internos e só abria o concurso um ano depois. Perdemos muitos e muitos Médicos com isto. Com este Governo alteramos isso, mal acabe o internato, mal acabe a especialidade, abrimos logo concurso, abrimos logo concurso para ele...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso: Não é verdade!

O Orador: É verdade, é verdade sim Sra., é verdade sim Sra. É isso que vos incomoda, é verdade. A verdade é que vos incomoda. O PS fazia algo que não era correto, não contratava as pessoas.

Deputada Andreia Cardoso: Não é verdade!

O Orador: Está incomodado muito o PS, mas, já termino e peço desculpa Sr.

Presidente. O que está a incomodar é que estamos com incentivos à fixação – a Sra. Deputada Andreia Cardoso fica muito nervosa quando eu falo, ...

Deputada Ana Luís: O senhor é que é muito nervoso!

O Orador: ... mas isso é um assunto que a Sra. vai ter que resolver com outras circunstâncias – Só para dizer que, incentivos à fixação, incentivos à fixação já estão. Contratação de Médicos, estamos a contratar quase o dobro dos Médicos. Estamos com outras regras...

Deputada Andreia Cardoso: Quantos médicos? Quantos especialistas

O Orador: A Sra. cale-se um bocadinho para ver se eu consigo acabar, o Sr. Presidente quer que eu acabe...

Deputada Ana Luís: Sr. Secretário, quem manda calar é o Sr. Presidente da Assembleia!

Presidente da Assembleia: Sr. Secretário tem que acabar...

O Orador: Só para dizer que incentivos à fixação, contratação de mais Médicos e contratação de mais profissionais de saúde e com tudo isto estamos a tentar resolver problemas que vêm de muito tempo. Vamos fazer isso mais facilmente se todos derem contributos positivos, conforme o contributo positivo que o PAN acabou de dar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Salomé Matos: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Sra. Deputada Alexandra Manes, pronto, aproveitando que é a primeira vez que se dirige a mim, e, depois, da habilidade que teve em deturpar, pronto, as boas intenções desta medida e aproveitamento para reiterar que, obviamente,

em Comissão, quer eu – e é para isso que as Comissões servem, para a discussão dos assuntos – o assunto foi abordado, obviamente, que ninguém pretende, de alguma forma, levar os profissionais à exaustão e ao erro médico, mas, Sra. Deputada, a Sra. sabe, saberá – eu sei bem, mas, a Sra. também sabe – não é ingénuo ao ponto de não saber que os profissionais de saúde, sejam Médicos, sejam outros, ultrapassam, largamente, o número de horas, os limites estabelecidos. Já ultrapassam, já ultrapassam. Obviamente que, motivar pessoas que não têm estado disponíveis a fazer horas extraordinárias para o fazer, vai combater, vai combater esse risco. Foi aqui bem frisado que isto é uma medida que pretende, de alguma forma, baixar a nossa dependência às empresas prestadoras de serviços. Então, a Sra. não sabe que as empresas prestadoras de serviços, em que esses Médicos prestam horas nos serviços de urgência, por 12 e por 24 horas consecutivas? Portanto, quaisquer horas, contributos, que venham aqui outros Médicos do serviço regional de saúde a dar, pretende, também, combater isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Depois, foi aqui bem frisado, idealmente, é transitório, não é uma solução, é um life-saving. O que é que se pretende? É fechar serviços de urgência?

Deputada Alexandra Manes: Não, não é!

A Oradora: É que se feche um serviço de urgência hoje e amanhã ser eu a primeira a vir, e bem, e bem, contestar. Portanto, isto é um life-saving. Obviamente, tem de ser acompanhado por medidas de fundo que tem a ver com mais formação, com contratação e com incentivos à fixação. Mas, isso, está aqui tudo dito, por isso, desculpe, eu acho que houve uma tendência para deturpar as boas intenções do diploma.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sra. Deputada Alexandra Manes para uma interpelação, tem a palavra, faça favor, dirigida à Mesa.

(*) **Deputada Alexandra Manes:** Sr. Presidente, interpelo a Mesa no sentido de pedir a transcrição desta última intervenção da Sra. Deputada Salomé Matos, só para confirmar que ela disse que se ultrapassa largamente as horas estabelecidas, só para confirmar isso, e, confirmar, também, aquilo que eu disse até agora que vamos abrir um mecanismo legal para continuar a abrir caminho para uma ilegalidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Está registada a sua interpelação Sra. Deputada, mas, teremos que, muito sinceramente, avaliar isso em Conferência de Líderes este pedido constante de transcrições. Mas, isso, deixaremos para outra altura. Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

Deputado Francisco Coelho: Já se altera o Regimento na própria Conferência de Líderes!

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Pronto a minha tese sobre as transcrições, não há argumentos, não há tempo, transcrição. Não, eu, da minha parte, nunca faço isso. Raramente, faço isso. Muitas poucas vezes, faço isso. A questão fundamental é esta. Ó Sra. Deputada, há pouco, disse-me para eu não mexer na testa, na testa. Eu, agora, já estou sem saber onde é que posso meter a mão, não é, não sei, não façam interpretações... não sei onde é que, já fiquei sem saber. E, em segundo lugar, em segundo lugar, há pouco, em um à parte, Sra. Deputada, eu disse-lhe, fiz-lhe este gesto, não leve à mal, disse-lhe Marte chama Terra, Marte chama Terra e não há planeta B. Porque a questão Sra. ... exatamente, por ser do Bloco é que eu estou a fazer essa referência, tem que ver aqui o trocadilho Sra. Deputada. Ora bem, a questão, a questão Sra. Deputada Alexandra Manes, é o seguinte, é que, a Igreja Católica, aliás, resolveu esse problema há algum tempo, com a sua

experiência milenar. Foi, o que é que há entre o céu e o inferno? Pode-se subir diretamente do inferno para o céu? É possível, há ali qualquer coisa no meio e decidiu-se que há ali uma fase intermédia que é o purgatório, que é o purgatório. E, portanto, V. Exa. e o seu partido, V. Exa. e o seu partido, para V. Exas. não há nada que fique no meio. Ou seja, nós temos um sistema que tem carências várias, que este Governo Regional tem vindo a dar resposta, contratando mais profissionais, melhorando as condições das unidades de saúde e dos hospitais. É esse o esforço que está a fazer. Mas, não há uma resolução instantânea das coisas. Em nada da vida, nem nas unidades de saúde, nem em nada, não é possível, a menos que estivéssemos e o Governo anterior nos tivesse deixado aí uma Arca de Noé cheia de dinheiro, ...

Deputada Catarina Cabeceiras: Ou de médicos!

O Orador: ... mas, não, não foi isso que aconteceu... ou de Médicos. Mas não foi isso que aconteceu. Foi, exatamente, o oposto, não deixou, não deixou, nenhum desses recursos. E, portanto, o que há é que adotar posições pragmáticas. E qual é o problema do Bloco de Esquerda? O Bloco de Esquerda, pelo Bloco de Esquerda, se estivesse aqui com um número de Deputados suficientes para inviabilizar as propostas dos outros partidos, iria inviabilizar qualquer proposta pragmática ou que significasse um avanço em determinada matéria como agora –

Deputado António Lima: Isso é a sua opinião!

O Orador: Claro que é a minha opinião, não é a sua, sou eu que a estou a dar, é a minha opinião. Ora é evidente, não é, eu transmito as opiniões do PPM e as minhas – E, portanto, a minha opinião, a minha opinião é que o Bloco de esquerda inviabilizaria qualquer avanço, por mais ténue que fosse, numa determinada matéria, porque, ou se atinge aquele patamar de utopia, ou, então, nada fica entre a realidade e a utopia. E, portanto, é sempre, este tipo de atitude é sempre prejudicial para a resolução das questões e os Srs. se tivessem mais Deputados e se tivessem a capacidade de inviabilizar aqui a adoção de propostas que

significam um passo de pragmatismo, de melhoria das situações, ...

Deputado António Lima: A monarquia não é dogmática!

O Orador: ... V. Exas. seriam muito perniciosos à melhoria das condições de vida das populações, nomeadamente, daqueles que têm que acudir aos serviços de saúde, aos cuidados de saúde. É essa a questão fundamental e é preciso dizer aqui aos açorianos e de forma bastante explícita que os Srs. não estão a defender os interesses concretos das pessoas, os Srs. não estão a pensar na realidade quotidiana de quem precisa de serviços médicos, não estão a pensar nos Médicos que necessitam, evidentemente, de serem mais bem pagos para realizarem aquelas horas extraordinárias e em melhores condições. Os Srs. nunca olham para a vida concreta, os Srs. olham sempre para os vossos dogmas e para as vossas utopias e impedem o avanço efetivo do ponto de vista daquela que é, daquilo que é possível resolver, e, por isso, é que, nós, da parte do PPM, temos uma postura diferente. Isto significa um avanço, é a situação ideal. O próprio PAN disse... não, não é, não, não é... nas atuais circunstâncias, permitem melhorias das condições. Queremos mais, estamos a fazer mais e será possível, daqui a dois anos e meio, quando terminar esta legislatura, apresentar outro patamar, outro patamar. É isso que nós pretendemos todos. Mas, entretanto, não inviabilizamos avanços. Não inviabilizamos avanços, que é o que os Srs. fazem permanentemente e vendem ao povo que querem a excelência, mas, o que V. Exas. impedem é avanços concretos em qualquer matéria que aqui seja discutida no Parlamento.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, faça o favor.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Eu só pedi a palavra, novamente, isto porque, ficou no ar, talvez de quem nos esteja a ver, e não vou falar de forma descritiva sobre o purgatório, sobre as nuances que têm que existir, obviamente, espero que não seja o purgatório de Hieronymus Bosch, senão, seria complicado estarmos a descrever. Mas, eu queria, para que os açorianos percebam, que não estamos a abrir um precedente ao nível nacional. Já acontece na Madeira, já acontece no Continente. O PAN não está a abrir, nem quem votar à favor desta iniciativa, não está a abrir precedente nenhum, já acontece no Continente e na Madeira. Porquê? Porque há uma necessidade e essa necessidade tem que ser colmatada e é feita de forma voluntária por parte dos Médicos. Mas, eu, também, sugiro e é uma sugestão – Sr. Deputado António Lima, no seu à parte, o PAN não manda em nenhum partido, obviamente – uma sugestão, e, até, convido o Bloco de Esquerda a fazer uma proposta conjunta com o PAN para fazer revisão salarial, mas, não pode ser nos Açores. Tem que ser no Continente, tem que ser na Assembleia da República. Nós não podemos abrir, obviamente... mas fizeram-no agora, agora que são... pronto... essa revisão salarial, obviamente, o PAN nos Açores, aqui, só o poderia fazer, obviamente, com uma anteposta e com a ajuda de todos. É algo que, na Assembleia da República, tem que ser feita revisão salarial. Por isso, dizer à partida que o PAN não devia fazer isso, devia fazer relativamente aos ordenados, e, então, os Médicos com horas extraordinárias um pouco maiores, não estamos a beneficiar, também, os Médicos, isso, também, não é verdade. Se as horas extraordinárias são maiores, obviamente, estamos a beneficiar a pessoa que recebe o dinheiro das horas extraordinárias. Isso é um paradoxo e não vou usar, obviamente, a parte dogmática, não o irei fazer novamente, já o fiz uma vez, e, também, não vou pedir uma transcrição às Sras. relatoras, porque sei que o Bloco de Esquerda disse que estamos a abrir um precedente, eu escrevi, e não estamos a abrir precedente nenhum Sra. Deputada Alexandra Manes, já foi aberto um

precedente no Continente e na Madeira. Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

Deputada Alexandra Manes: E por estar feito vamos continuar na mesma!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos: É uma interpelação Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Para uma interpelação. Tem a palavra, faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Salomé Matos: Sr. Presidente, eu gostaria, se me permite, de poupar o trabalho às Sras. relatoras, antes que nos venham pedir horas extraordinárias um dia destes, ...

Deputada Andreia Cardoso: Elas já recebem horas extraordinárias, apenas vão só fazer mais horas!

A Oradora: ... para reafirmar à Sra. Alexandra Manes que disse, efetivamente, que, atualmente, no serviço regional de saúde, os Médicos ultrapassam o número de horas legalmente previsto, legalmente previsto, para assegurar necessidades fundamentais, de forma voluntária e que tal deixará de acontecer no dia em que o Bloco de Esquerda nos trazer aqui propostas que nos façam viver momentos de abundância de Médicos a contrastar com a exiguidade que vivemos atualmente.

Presidente da Assembleia: Obrigada, Sra. Deputada. Esta registada a sua interpelação. Sras. e Srs. Deputados, ainda há pouco o Sr. líder parlamentar do Partido Socialista fez uma interpelação em que leu uma Resolução do Conselho de Ministros e fê-la. Portanto, a Sra. Deputada fez uma interpelação no mesmo género, e, portanto, a latitude é a mesma, é bom que isso fique registado. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

Deputada Ana Luís: É verdade, mas o Sr. Presidente chamou a atenção à Sra. Deputada Alexandra Manes!

(*) **Deputado Tiago Lopes:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras.

e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. membros do Governo. Eu peço a palavras, apenas, só para contextualizar, novamente, aqui a discussão no Projeto de Resolução que nos traz o PAN, porque, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Paulo Estevão referiu na sua intervenção, da parte do Grupo Parlamentar do PS, nós aqui, efetivamente, iniciamos a discussão deste Projeto de Resolução com a colocação de questões concretas ao Governo e que não obtivemos resposta. Da parte do Sr. Deputado Paulo Estevão aquilo que nós obtivemos foi a leitura dos pontos resolutivos deste Projeto de Resolução. Nós perguntamos se, efetivamente, este Projeto de Resolução seria para ser implementado, ao contrário de outros que já foram aprovados nesta casa, e a cortina de fumo que o Sr. Deputado Paulo Estevão referiu e se dirigiu, nomeadamente, a mim, e ao Grupo Parlamentar do PS com as intervenções que nós tivemos, tenho que refutá-la completamente, porque, a cortina de fumo que foi feita, foi feita por parte do Governo Regional quando veio, novamente, não falar sobre as questões que foram colocadas diretamente sobre este Projeto de Resolução, mas com números, números de consultas, números de cirurgias, mais consultas, mais cirurgias. Diz que fizeram mais consultas, perguntamos quantas delas é que foram feitas presencialmente e por via telefónica, não obtivemos resposta. Foram feitas mais cirurgias, perguntamos o porquê de em 2021 se ter batido o recorde de 1361 cirurgias canceladas, não obtivemos resposta. E isso é que é uma cortina de fumo, e, portanto, os esclarecimentos que deveriam ter sido feitos não foram feitos. E há aqui uma questão que foi falada ao longo do debate que foi dos incentivos à fixação, e, da parte do Sr. Secretário Regional da Saúde e do Governo, de dizer, efetivamente, que contrataram mais profissionais de saúde.

Deputado João Bruto da Costa: E aquele diploma que o senhor disse no princípio da legislatura que ia trazer?

O Orador: Mas, também... diga, Sr. Deputado? Pode-se inscrever, não há

problema, não consegui perceber o seu à parte. Mas, estava eu a dizer, o Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto referiu o número de profissionais contratados, não nos disse quantos é que saíram da Região. Nem nos disse, dos quantos saíram da Região, beneficiavam dos incentivos à fixação atribuídos em anos anteriores. É, porque, olhando para o Relatório de Execução Financeira do ano 2021, nós vemos aqui que, relativamente ao Projeto 5.5 – Recursos Humanos, Investimento e Planeamento, tivemos uma taxa de execução de 67,6 e este programa, este projeto, tinha duas ações: capacitar o serviço regional de saúde de recursos humanos, fixação de profissionais de saúde, com uma verba de 500 mil euros e a outra ação que é a estratégia e plano para implementar o efeito família na Região Autónoma dos Açores, sobre esse aspeto, então, nada se sabe. Há um grupo de trabalho qualquer que era para ter sido criado o ano passado, mas que não sabemos quem é nem qual o trabalho feito. Depois, no Relatório de Execução Financeira Anual, aquilo que nós vemos é que na dotação à revista, neste Projeto 5.5 – Recursos Humanos, Investimento e Planeamento, de uma dotação inicial de 625 mil euros, passou para 183.725, isto é que é investimento? Isto é que é reforço e capacitação do serviço regional de saúde? Quando criticam o Governo do Partido Socialista e os Governos do Partido Socialista, importa lembrar que, ao longo de 24 anos, efetivamente, muito trabalho foi feito, muito ficou por fazer, mas muito trabalho foi feito. Rede de cuidados continuados integrados, a rede de urgência e emergência, a linha de saúde Açores,

Deputado Carlos Freitas: Centro de saúde das Lajes!

O Orador: ... muitas obras ficaram por fazer, mas, agora, compete aos Srs. fazer. Vê algum desenvolvimento? É isso que importa agora. Claro que tem que haver continuidade. Agora, todas as outras unidades de saúde que foram feitas, foram construídas? Todos os outros hospitais foram construídos? Querem negar todo esse património histórico? Querem negar que a taxa bruta de natalidade é a terceira maior do país e superior à verificada ao nível nacional? 8.7 Vs. 8.2.

Querem negar que a taxa bruta de mortalidade é a mais baixa do país? 10,1 por 100.000 habitantes. Querem negar que na esperança de vida à nascença, nos últimos 10 anos, registaram-se melhorias na esperança de vida à nascença em todas as Regiões? Contudo, um dos maiores aumentos ocorridos nos Açores com ganhos de longevidade superiores a 2 anos? Querem negar isso? Querem negar essa herança? Mais, esperança de vida aos 65 anos, foi nos Açores que se verificou o maior aumento deste indicador na última década para o total de população e para as mulheres, 16,8 para 17,63 e 17,61 para 19,24, querem negar isso tudo? Querem negar, também, o excesso de peso e obesidade infantil, em que, entre 2008 e 2019, todas as Regiões do país demonstraram um decréscimo na prevalência do excesso de peso, incluindo, a obesidade, sendo o decréscimo mais acentuado – e isto não é dito por nós, é pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge – mais acentuado nos Açores com uma diminuição na prevalência de 10,7%, em que passamos de 46,6% em 2008, para 35,9 em 2019, nós últimos 11 anos. Isso é que é a herança que o Partido Socialista deixou a V. Exas., e, portanto, quando V. Exas. falam, em que estão a resolver problemas, eu peço-vos imensa desculpa, mas, aquilo que nós vemos, tal como eu disse na minha primeira intervenção, são sinais e sintomas de degradação do serviço regional de saúde. Estão a criar problemas. Quando o Sr. Secretário fala de falta de dignidade, Sr. Secretário, falta de dignidade é aquela que se vê e se sente na unidade de saúde de cuidados paliativos de Ponta Delgada e no serviço de oncologia. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste diploma. Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 83/XII. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O Projeto de Resolução n.º 83/XII foi aprovado, com

25 votos à favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário. Está assim, encerrado este ponto da nossa agenda. Vamos fazer um intervalo de 30 minutos e lembro aos líderes que temos Reunião de Conferência de Líderes, aos líderes e ao Sr. Secretário, naturalmente.

Eram 17 horas e 31 minutos.

Presidente da Assembleia: Reiniciar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 34 minutos.

Vamos entrar no ponto 8 da nossa agenda, projeto de resolução n.º 108/12. Recomendo ao Governo Regional a criação de um regime transitório para os pescadores do porto da Caloura. É uma iniciativa apresentada pela representação parlamentar do CHEGA. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para a sua apresentação. Se faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco:** Sr. Presidente, muito obrigado. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, o que me faz subir a esta tribuna hoje é o compromisso que assumi, em nome meu partido e até o compromisso pessoal perante os pescadores da Caloura, armadores e não só, também os pescadores da pesca lúdica. Nós temos um diploma, que é o 19/2008, que cria ali uma série de reservas, que vai numa extensão muito grande, da Ponta Gorda até à Ponta Garça. Mas não é isso que está em questão. O que está aqui em questão, até porque esta legislação vai ser trabalhada, a informação que temos, vai ser

trabalhada no sentido de a melhorar, ouvindo quem tiver que ouvir. O que se criou aqui foi um problema que, de 2008 até relativamente pouco tempo, nunca foi fiscalizado qualquer ato, fosse de pesca profissional com barco, quer fosse até a pesca lúdica. De um momento para o outro, passou a ser fiscalizada. E isto causou alguns transtornos, e leva o CHEGA a trazer aqui uma recomendação ao Governo Regional que se crie aqui um processo transitório, até termos uma legislação que proteja quem trabalha e até quem usa toda uma área muito grande na pesca lúdica. Não quero chamar até desportiva, porque ali muito mais é lúdica. Até em nome daquilo que nós defendemos muitas vezes, até quem pratica, não é? Há aqui alguns Srs. Deputados que sabem que a pesca desportiva até é muito boa para a nossa sanidade mental e para o nosso descanso, e para estarmos ali nuns momentos de lazer e família, o que é muito importante. Assim sendo, trazemos esta recomendação, já sabendo também que, da parte do Governo Regional, já foi dado um passo em frente, no sentido de se... enfim, arranjar aqui uma solução que as coisas funcionem. Agora, nós assumimos esse compromisso e vamos honrar. E é muito importante quem nos põe aqui, quem confia em nós, que perceba que, quando nós prometemos algo, também temos que cumprir. É neste sentido que o CHEGA apresentou esta recomendação, para cumprirmos aquilo que nós dissemos aos pescadores e a todas aquelas pessoas, que nós iríamos resolver, nem que fosse temporariamente, esta lacuna que, de um momento para o outro, surgiu. E sobre isto, muito obrigado, era apenas isso.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o senhor Secretário Regional do Mar e Pescas. Faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Relativamente a este assunto, fomos realmente alertados de uma situação que começou a ser vivida lá no porto da Caloura, e deslocámo-nos ao local no final de fevereiro do corrente ano.

Constatámos alguma insatisfação, enfim, por parte dos armadores, que têm um porto de registo no porto da Caloura, que são atualmente 7 embarcações com um porto de registo, embora alguns outros façam dali porto de armamento porquanto possuem casas de aprestos no referido porto. E, portanto, aqui, o compromisso que lá assumimos nesse mesmo dia e que voltamos a reassumir e a reiterar aqui assim, é: portanto, visitar todo este processo relativo a esta área protegida aqui do porto, do ilhéu de Vila Franca, portanto, Caloura e ilhéu de Vila Franca, e no âmbito das áreas marinhas protegidas dos Açores, que, como sabem, se encontram a ser definidas e cuja calendarização está apontada para o final de 2023.

Deputado José Ávila: Depois é tirar reservas!

O Orador: Portanto, o nosso compromisso nesse dia, e que aqui reiteramos, é, por um lado, portanto, visitar esta situação no âmbito das áreas marinhas protegidas dos Açores; por outro, no imediato, ver da possibilidade de se encontrar um regime transitório.

Deputado José Ávila: Tira-se e depois põe-se!

Deputado Gustavo Alves: São precisos estudos científicos!

O Orador: Isso teria ou terá de ser, obviamente, ponderado com estudos científicos, até porque existe aqui necessidade de existir um contributo, tendo em conta a natureza do que aqui falamos e, por parte da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, o que já foi obtido e que não foi publicado anteriormente o respetivo grupo de trabalho por ter existido uma gralha, enfim, na publicação, mas acabou por já ser publicado. Faz parte deste grupo de trabalho a senhora Diretora Regional das Pescas, que vai coordenar os ofícios de trabalho, a Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, o Diretor de Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, o Diretor do Parque Natural da Ilha de S. Miguel e a Inspetora Regional das Pescas, que depois, naturalmente, irão solicitar os pareceres técnicos que entenderem sobre o assunto, por forma a habilitar a tutela a propor uma alteração, se for caso disso, aqui à legislação em

vigor, que, como sabemos, são regulamentos gestionários que são complexos, porque envolvem várias entidades e vários interesses.

Desde logo, também deixar nota de que nós temos tido aqui um diálogo constante com os profissionais. Queremos mantê-lo. Entendemos que, aqui no âmbito das áreas marinhas protegidas, tem de existir, a par da sustentabilidade ambiental, também a sustentabilidade económica e social, e são estes vetores que aqui também nos movem, e é nesse sentido que a secretaria está empenhada em encontrar uma solução que seja ditada e que seja baseada em critérios científicos. E, portanto, nessa medida, estamos disponíveis para prosseguir esse trabalho. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do governo. Que grande porta que nós estamos a abrir aqui com esta exceção, que grande porta, ...

Deputado José Ávila: É verdade! E o Governo admite isto!

O Orador: ... quando a União Europeia diz exatamente o contrário, que temos que olhar para a sustentabilidade ambiental, e saiu no dia 3 de maio sobre a economia azul mais sustentabilidade ambiental do que a parte económica ou social relativamente àquilo que já existe nos Açores, relativamente à área protegida da Caloura, ...

Deputado Gustavo Alves: E a parte protegida?

O Orador: ... que é a SMG19, que não é assim tão grande, comparativamente

com a 21 ou com áreas protegidas que nós olhamos para o anexo, que é uma das mais pequenas. E existe por alguma razão: existe um controlo de stocks, há um Censos relativamente a todas as espécies que têm que se proteger. Nós temos esta situação de 2008 e, provavelmente, foi por causa da apanha da lapa. E a apanha da lapa era um problema na Caloura, como também é um problema em algumas áreas dos Açores. E aqui, percebo perfeitamente a pesca lúdica, percebo perfeitamente... sobre pesca desportiva não percebo absolutamente nada, percebo sobre os nossos pescadores. E também foi dito que as embarcações não podiam sequer sair do porto. Ora, o PAN falou com a Polícia Marítima e questionou se havia autos de ocorrência relativamente aos nossos pescadores na saída do porto, e a Polícia Marítima disse: "não há um único auto de ocorrência na saída do porto."

Deputada Joana Pombo Tavares: É verdade, não há um que seja!

O Orador: Há, sim, se fizerem uma pesca antes 3 milhas, porque é uma área protegida". E é uma área protegida, e ainda bem que é uma área protegida, porque temos bastantes espécies, e não vou estar a enumerar, basta ir ver, e que não há sequer um controlo de stocks ou um Censos de cada espécie que está definida. Se não há isso, porque é que estamos aqui a abrir uma exceção? Apenas porque, para o partido CHEGA, apetece abrir uma exceção daquilo que não se deve abrir uma exceção, apenas para quê? Para ter mais uns votos dos pescadores de uma forma, ...

Deputado José Pacheco: Isso é de uma desonestidade intelectual!

O Orador: ... que faz um projeto de resolução que é um bocado vazio, porque não diz se quer aumentar... primeiro, não diz se é aumentar, diz que não é para diminuir, diz qual é, da exposição de motivos, para que é que serve ou porque é que nós queremos essa exceção. Isso, para nós, é uma porta extremamente grande que nunca mais conseguimos fechar. Porque abrimos esta porta na Caloura e íamos ter... em várias outras zonas protegidas, a sociedade queria exatamente o mesmo. E aqui, está o problema do PAN e, por isso, o PAN, além de não

acompanhar, mostra veemente que nós não podemos abrir exceções nas zonas protegidas do Açores. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) **Deputado Carlos Freitas:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Primeiro, dizer que a situação apresentada pelo Sr. Deputado José Pacheco traz muitos constrangimentos, tanto para os pescadores profissionais, como para as pessoas que possuem embarcações de recreio que usam aquele magnífico lugar como porto de abrigo para as suas embarcações. Importa também referir o que nos fez chegar a esta situação que remonta ao ano de 2008, como quando foi aprovado por decreto legislativo regional n.º 19/2008/A de 8 de julho, em que foi criado o parque natural da ilha de S. Miguel, onde se encontra integrada a área protegida de recursos da Caloura, ilhéu de Vila Franca. O quadro legal constante daquele diploma mantém-se em vigor, constando do mesmo a interdição de todo e qualquer tipo de pesca, incluindo a pesca lúdica e a pesca submarina, assim como a imobilização de embarcações e barcos de recreio. É importante referir que, durante estes 14 anos, os 7 armadores com porto de registo na Caloura não se pronunciaram publicamente sobre uma questão que julgamos pertinente, ou seja, a pré-existência de um porto de pesca incorporado na área protegida da Caloura. Só no último janeiro deste ano, a propósito de uma alegada fiscalização naquela área protegida, suscitou-se a questão de interdição da pesca naquela área. A 18 de fevereiro, e como disse, o Sr. Secretário, agora há pouco... deste ano, o Sr. Secretário do Mar e Pescas, em contacto com os armadores com o porto de registo na Caloura, anunciou que o assunto seria revisitado no âmbito do processo em curso, da definição das áreas marinhas protegidas em curso nos Açores e com um prazo para finais de 2023, como ainda há pouco o referi. Para o grupo parlamentar do PSD, o Governo Regional deve iniciar de imediato um trabalho que permita

conciliar os diversos interesses em causa, de modo que se encontre um equilíbrio entre o sustentável, o ético, e também o razoável.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: E a verdade é que as ações vão ao encontro desta nossa pretensão. É com agrado que vemos que já foi oficializada a constituição de um grupo de trabalho, denominado de "gestão sustentável da pesca na área protegida da Caloura", com o objetivo de analisar, e como disse também ainda há pouco o Sr. Secretário, os impactos económicos, ambientais e sociais do parque natural da ilha de S. Miguel, ...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: ... bem como os regulamentos gestionários em vigor na comunidade piscatória da Caloura. Portanto, deste modo, o grupo parlamentar do PSD votará favoravelmente este diploma. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Secretário Regional das Pescas, agradeço a sua explicação do Mar e das Pescas, agradeço a sua explicação que nos foi prestada aqui a esta Câmara relativamente a este assunto, as conversas que já tivemos sobre este mesmo assunto, porque as queixas dos pescadores da Caloura também foram reportadas a mim e, em função disso, já tive as conversas que tivemos sobre este assunto. E confiando no seu trabalho e no empenho que já mostrou em criar uma solução aceitável do ponto de vista ambiental, mas também do ponto de vista

socioeconómico para aquela comunidade, leva-me a que, da minha parte, com toda a lealdade, confie eu no seu trabalho e no trabalho do seu Governo. E confiando no trabalho do seu Governo e no dever de lealdade que tem com as pessoas, que eu não gosto de fugir a essas situações, só em último caso, eu não posso votar favoravelmente esse projeto de resolução, porque estaria aqui - e perdoem-me a franqueza - quase a desconfiar do seu trabalho, percebendo que o seu trabalho só seria agilizado por causa de um projeto de resolução apresentado aqui nesta casa. Eu acho que não tenho razões nenhuma para desconfiar do seu trabalho, por isso eu não vou votar favoravelmente nesse assunto, porque o que isso vai trazer... Sr. Secretário, o que isso vai trazer... e tenho que dizer isto com franqueza, o que vai trazer é o enxovalho da figura do Secretário Regional do Mar e das Pescas... pronto, uma nota de imprensa que há de sair a qualquer hora de que o Governo vai mesmo resolver o problema com o partido X, apresenta um projeto de resolução que foi aprovado ou que não foi aprovado nesta Casa. E eu acho que isto é muito mau, e o dever de lealdade e de compromissos que tem com esse Governo leva-me a votar contra este projeto de resolução, porque, acima de tudo, há o trabalho de confiança que já fizemos e que já discutimos, e é nesse trabalho de confiança que acredito que o senhor vá levar a efeito. Tanto mais, e o senhor sabe disso, que já falámos nesse assunto, que eu tinha pensado e comecei a desenvolver os primeiros trabalhos, as primeiras horas de trabalho dedicadas a esse assunto para apresentar, não um projeto de resolução para a resolução deste problema, mas sim, um projeto de decreto legislativo regional, conforme falei consigo. E percebendo o seu empenho, o seu e de mais pessoas deste Governo para a resolução desse problema, eu achei por bem suspender o trabalho que tinha já iniciado, à espera que o Sr. Secretário resolva esse problema. É esse voto de confiança que tenho em si que me permite votar contra este projeto de resolução. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais

inscrições? Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. A área protegida... aliás, o decreto-lei regional 19/2008/A criou o parque natural da ilha de S. Miguel, que integra a área protegida de recursos da Caloura e ilhéu de Vila Franca do Campo. Essa área protegida integra no seu âmbito a área protegida para a gestão de habitats ou espécies do ilhéu de Vila Franca e áreas de especial interesse ambiental da faixa litoral terrestre e marítima entre a Água de Pau e a Ribeira das Tainhas, incluindo o sítio de interesse comunitário da Caloura, ponta da Galera. Esta área protegida para a gestão de habitats ou espécies está interdita a qualquer tipo de pesca, incluindo a pesca lúdica e a caça submarina, havendo, naturalmente, na lei, uma exceção para a área protegida da gestão de recursos da Caloura, para a imobilização de embarcações de barcos de recreio. Esta área protegida de recursos da Caloura e ilhéu de Vila Franca está inserida na Rede Natura 2000. E devo também lembrar que o regulamento do porto de pescas da Caloura esclarece que o acesso ao porto de pesca é condicionado e, em regra, para exclusivo uso de pescadores e armadores, sem prejuízo da sua utilização por outros utilizadores, nomeadamente embarcações marítimo-turísticas de recreio, desde que devidamente autorizadas pela Direção Regional das Pescas. Ou seja, eu fiz esse enquadramento, em primeiro lugar, para ficar claro que nós estamos a tratar de um assunto e de uma área que está protegida por legislação regional, e também para esclarecer que essas interdições que existem, nomeadamente ao exercício da atividade de pesca, são claras nesse aspeto e permitem a utilização, a entrada e saída de barcos do porto. Aliás, há um próprio regulamento do porto que permite a sua entrada e saída, não é, tanto quanto sei, proibido. Agora, surgiram, e até com esta proposta no seu preâmbulo, algumas queixas de que haveria uma fiscalização que impediria os pescadores de saírem e entrar do porto, e que os impediria de pescar em determinadas zonas. Senhor Secretário, até aqui, este problema, desde 2008 nunca

surgiu, ...

Deputado Gustavo Alves: E porquê?

O Orador: ... nunca apareceu, nunca ninguém levantou, nunca nenhum pescador contestou ou foi autuado por entrada ou saída do porto, que se saiba, pelo menos que se saiba. Eu, a primeira questão que lhe pergunto, Sr. Secretário, é por que motivo é que alegadamente surge uma interpretação diferente da lei por parte das entidades inspetivas ou por parte das autoridades. Eu gostaria de perceber... antes de continuar o debate sobre esta matéria, de perceber qual é a interpretação do Governo, como é que o Governo interpreta a legislação que existe, e como é que o Governo interpreta as queixas que são levantadas nesse projeto de resolução. Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão: Artigo 29.º!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado António Lima. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Apenas para explicar que, não havendo atos oficiais, não havendo documentos, a verdade é que os pescadores que estão em casa a ver isto...

Deputado José Contente: Já não estão!

O Orador: ... ou que, supostamente, vão ver isso, já não estão em direto para: "muito obrigado, Sr. Deputado, por me esclarecer". Vão gostar muito de explicar ao senhor, de cada vez que tentaram manobrar os barcos, o que é que aconteceu. Pois, nós já sabemos que o PAN era contra a lavoura, agora, também é contra os pescadores, porque são os pescadores os primeiros a dizer: "nós somos a favor das reservas", porque eles percebem! Eles percebem! Aquilo é o ganha-pão deles, obviamente que temos que proteger, não é isso que está em causa! A verdade é que, tanto é verdade que os pescadores do mar, dos barcos foram muitas vezes pelas autoridades... e o Sr. Secretário é testemunha disso, ele ouviu como eu ouvi:

estavam 50 pescadores a falar nisto, ou então, estamos aqui a chamar de mentirosos aos pescadores! É verdade também que os pescadores de domingo... pronto, digamos assim, de sábado e de domingo também foram todos eles alertados para saírem dali, que era proibido pescar. Isto foi o que aconteceu: os senhores querem dizer outra coisa, podem dizer, mas não foi o que aconteceu! Quer dizer, o Pinóquio já lá vai. Agora, o que aconteceu foi isto, e não foi o José Pacheco, não foi o CHEGA, foram os pescadores! E são estes que eu estou aqui em nome deles a defender. Agora, as interpretações que os senhores querem fazer, façam favor, estão à vontade! Mas depois, façam o favor também de explicar aos pescadores essas vossas interpretações, porque os pescadores, não é esta a lógica que têm e não foi o que nos transmitiram a mim, ao Sr. Secretário no dia em que lá fomos.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Ó Sr. Deputado José Pacheco, da mesma forma que você diz que eu estou a chamar de "mentirosos" aos pescadores, ...

Deputado José Pacheco: Chamou, chamou!

O Orador: ... eu pergunto-lhe se você está a chamar de "mentirosos" à Polícia Marítima. É a mesma coisa e não vou fazer isso. Obviamente que eu não estou a chamar de "mentirosos" aos pescadores, eu só estou a dizer que, como deputado regional, pedi, obviamente, à entidade, neste caso Polícia Marítima, que é a entidade que fiscaliza, uma das que fiscalizam, se tinham autos e não têm um único auto na saída do porto pelos pescadores, seja de forma lúdica ou profissional.

Deputado José Pacheco: Obviamente que não há!

O Orador: Agora, já não disseram o mesmo relativamente a pesca supostamente ilegal numa zona protegida, o que é totalmente diferente! E eu fiz uma pergunta,

que também o Sr. Deputado não consegue responder, não sei se o Sr. Secretário regional consegue. Há um Censos das espécies que, supostamente, estamos a proteger naquela zona, porque existem várias espécies, que está discriminado, e sem Censos, sem uma contagem dos indivíduos, ...

Deputado José Pacheco: E desde 2008 até agora o que é que foi feito? Zero!

O Orador: ... nós não podemos abrir uma exceção dessa forma, apenas porque o CHEGA quer! Lamento, Sr. Deputado, lamento! Eu também quero muita coisa, mas só recebo 10%. E eu pedi só a palavra, para dizer: não pode dizer que um deputado regional está a chamar de "mentiroso" a alguém, ...

Deputado José Pacheco: O senhor é que chamou mentirosos!

O Orador: ... seja que tipo de setor é da sociedade. Ao mesmo tempo que você diz que eu sou contra a lavoura, não! Há a lavoura, para mim, que é a familiar, e a lavoura, para mim, que é a industrial, e isso aí, eu sou contra a lavoura industrial. Muito obrigado.

Deputado José Pacheco: O senhor é contra tudo e contra todos!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. A mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Estamos perante uma daquelas situações, que há dias, nesta casa, um projeto de resolução da Iniciativa Liberal alertava, e que se trata precisamente da fiscalização dessas áreas. Que a ONU não saiba disso, que a ONU não saiba que, além de Portugal, além de Portugal ser incapaz de fiscalizar a subzona dos Açores, da ZEE de Portugal, também os Açores são incapazes de levantar autos sobre as infrações que são cometidas nas zonas protegidas e zonas da Rede Natura 2000. E todas essas coisas que nós aprovámos, nós e os outros que nos antecederam nesta casa, e que ficam no papel. Porque o facto de não existirem autos não quer dizer que não haja infração, o que não há é fiscalização!

Deputado Carlos Freitas: Muito bem!

O Orador: Porque, se não há infração, eu fico muito satisfeito, é sinal que já atingimos um nível de desenvolvimento social, em que toda a gente se porta bem, toda a gente tem respeito pelo meio ambiente e não faz falta então fiscalizar. Mas não me parece que seja esse o caso. O que me parece é que continua a existir infração, continua a haver uma violação da legislação aprovada, quer em portaria, quer em DLR, e ninguém fiscaliza ou, pelo menos, se fiscaliza, fecha os olhos e não levanta os referidos autos. Sr. Deputado José Pacheco, eu percebo a sua preocupação com os pescadores da Caloura, mas a preocupação suprema é a preocupação que todos devemos ter com a preservação precisamente dos stocks, com a violação destas áreas protegidas consecutivamente, e não acontece só naquela zona: acontece nos ilhéus das Formigas recorrentemente, acontece em baías dos nossos Açores recorrentemente... e eu, quando há dias trouxe aqui um projeto de resolução nesse sentido, foi porque fui testemunha também na ilha Graciosa de reclamações dos pescadores do saque que é feito por embarcações de maior porte do que aquelas que os pescadores da Graciosa normalmente usam, com artes de pesca mais nocivas do que aquelas que os pescadores da Graciosa normalmente usam... e essa proposta de resolução que eu aqui trouxe foi chumbada, com o argumento de que, aqui d'el rei, a ONU vai pôr em causa a plataforma continental e os 4 milhões de quilómetros quadrados. E é óbvio que eu não esqueço essa, porque essa, eu vou levá-la mais longe, nem que seja até a ONU, nem que seja até à ONU!

Deputado Berto Messias: Acima da ONU só a “Casablanca”!

O Orador: Porque, acima dos Açores, para mim, só Deus! E, portanto, é porque nos estamos a aproximar do 6 de junho e do dia da região e eu começo a ficar mais empolgado, o milhafre começa a deixar cair as asas! É isto, é isto mesmo. E como o Sr. Deputado José Pacheco bem sabe, quer a situação da preservação de stocks, quer a questão ambiental, quer a questão da sustentabilidade da pesca são para mim muito claros, e é por isso que tenho alguma dificuldade em acompanhar

esta vossa iniciativa. Que é meritória, mas que vem, de facto, digamos, passar um cheque em branco para que se possa violar as zonas protegidas da área do ilhéu de Vila Franca e da Caloura, de uma forma que não é de todo aconselhável.

Deputado José Pacheco: Foi o que aconteceu até hoje!

O Orador: E, por isso, o que eu daqui exorto, agora de há uns tempos a essa parte, estou nessa de se tentar que se olhe mais para a frente, é que, de facto, essa fiscalização seja feita e que seja encontrada uma solução para que os pescadores possam entrar e sair do porto sem violar a lei, porque também não faz sentido ter porto, e depois não permitir que eles usem o porto onde foram feitos investimentos avultados, mas sem retirar, mas sem retirar as áreas protegidas que estão definidas. Porque se vamos retirar as áreas protegidas que estão definidas, estamos a contribuir para um retrocesso enorme em todo este processo.

Deputado Gustavo Alves: Com base científica!

O Orador: Porque o que é necessário fazer nos Açores é criar ainda mais zonas protegidas, nem que sejam temporariamente, porque é fundamental preservar stocks em algumas zonas que estão a ser saqueadas permanentemente há anos! E nós já temos esses problemas demasiado no nosso quotidiano. Precisamos é de os resolver, não de os avolumar. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Parecendo não haver mais inscrições, Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, eu não tenho muita esperança neste Governo, mas pelo menos tinha esperança que respondessem. Mas, Sr. Secretário, fica consigo essa sua recusa em responder ao parlamento, é uma pergunta direta sobre o que é que se passou para, de um momento para o outro, segundo o documento... eu não tenho essa informação, mas segundo o documento, haver impedimento dos barcos entrarem e saírem naquela zona. É isso que o documento diz e é isso que o senhor,

de certa forma, na sua intervenção, disse que poderia ser um problema. De facto, nem tudo está criado naquela zona, parece-me, na minha humilde interpretação, que faltará um plano de ordenamento para a área protegida da gestão de recursos. Mas uma coisa é criar um plano de ordenamento, outra coisa é acabar com a área protegida, é uma coisa muito diferente, muito diferente! Se é isso que o senhor quer fazer, criar um plano de ordenamento, não haverá mal algum. Aliás, é necessário... a legislação que criou o parque natural de ilha prevê que ele seja criado. O que não prevê, aliás, o que se recomenda nesta proposta não é criar um plano de ordenamento, é criar... e eu vou citar para se perceber o que é que está aqui em causa: aquilo que se propõe é que o Governo altere com urgência o decreto legislativo regional, que estabelece que aquela área protegida, através de um regime transitório de exceção para a zona do porto da Caloura, fique dentro de uma área protegida, até que a legislação que define as novas áreas marinhas protegidas esteja concluída em 2023. A primeira pergunta que surge quando se lê este ponto resolutivo e único é o regime transitório e de exceção, para quê? Para quê, Sr. Deputado? Para tomar banho, para nadar? Para apanhar lapas, para apanhar garoupa... para quê? Durante quanto tempo? É que esta proposta poderá ser um regime transitório para mergulho, para pescar à linha de mão na costa!

Deputado José Pacheco: O senhor está no bom caminho.

O Orador: Sr. Deputado, essa proposta não é nada, e não sendo nada, é tudo! Ou seja, é um cheque em branco, ...

Deputado José Pacheco: Continue assim que está ótimo!

O Orador: ... mais um que o senhor quer que, nesse parlamento, passe ao Governo. Para fazer o quê? Para fazer o quê, exatamente? E esse é um problema que o senhor tem que responder ao parlamento, porque uma proposta não precisa de ser... é um projeto de resolução, não precisa de ser um decreto legislativo regional, mas tem que dizer o que é que quer! É que a proposta não diz e, como é óbvio, o que se subentende é que o senhor quer exatamente acabar com a área

protegida. Durante quanto tempo?

Deputado José Pacheco: Ó senhor, 2023 diz-lhe alguma coisa? Continue que vai no bom caminho!

O Orador: Diz que é transitório, mas as coisas transitórias, por vezes duram muitos anos, e isso, nós não acompanhamos de forma alguma! Mas, Sr. Secretário, eu gostaria de ter uma resposta à pergunta que coloquei, se podem ou não os barcos entrar e qual foi a mudança que existiu para, desde 2008, não ter havido qualquer problema sobre isto, ...

Deputado Paulo Estêvão: Para que é a pergunta? Está aqui a legislação!

Deputada Joana Pombo: Entrar e sair não está aí!

O Orador: ... sobre a entrada e saída de barcos de um porto e, de repente, apareceram os problemas? Sr. Secretário, ficamos à espera. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Calma, Sr. Secretário. Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário, quer usar da palavra? Se faz favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo.

Deputado Francisco Coelho: Querer ele não quer, mas tem que ser!

O Orador: Bom, desde logo e para responder ao Sr. Deputado, às questões que ele coloca, relativo a o que é que mudou, se calhar convinha visitarmos isto há 14 anos, ou seja, se calhar, a questão aqui a perguntar é se foram ou não ouvidos os profissionais da pesca e outros, não é? Que usam o porto da Caloura para existir esta definição desta zona protegida. Isso é o que nos dizem, que nem as associações representativas do setor, ...

Deputado José Contente: Qual é a sugestão do senhor?

O Orador: ... nem os armadores que ali faziam local de trabalho, nomeadamente os que têm porto de registo e que faziam porto de armamento na Caloura não foram tidos nem achados nessa fixação. Se é verdade ou não, vendo pelo mesmo preço que me foi vendido. Depois, o que é que... é evidente que a sua questão, o

Sr. Deputado leu e interpretou muitíssimo bem a lei, não lhe vou ensinar aqui... É claro que isto que aqui está a entrar e sair do porto, é óbvio, não há nenhum impedimento de entrar e sair do porto. Bom, o senhor questionou-me e eu não lhe volto a responder com os considerandos da resolução, como é óbvio. Portanto, eu vou apenas ater-me àquilo que tenho que transmitir ao parlamento, que é a nossa posição relativamente a isto. O que é que se pretende? O que é que aqui se pretendeu? Foi reavaliar esta situação, tendo em conta os constrangimentos invocados pelos profissionais no porto da Caloura, que foi revisitarmos esta situação, para ver até que ponto é que eram atendidas as queixas que os profissionais, nomeadamente da pesca, mas também da lúdica e dos próprios operadores marítimo-turísticos têm.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem

O Orador: Pronto, as queixas que apresentam relativamente à utilização, enfim, do porto e daquela zona limítrofe, que, como sabem, também não podem ancorar ali assim. Portanto, penso que as zonas protegidas, enfim, e esta concretamente, também não podem ser tidas aqui como vacas sagradas, quer dizer, no sentido de que não podem ser mais vistas. Se nós estamos aqui, e num processo, que foi isso que se disse, que, até 2023, são conhecidos os compromissos do Governo Regional quanto à rede de áreas marítimas protegidas a definir, ...

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

O Orador: ... não sei porque é que não podemos reavaliar esta ou outra, quer dizer, para atingir os objetivos do Governo. Foi esse o único compromisso, sendo certo que tem que haver a definição... isto está na mão da ciência, ou seja, não pode um decisor político apontar qual é o canal, ...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

Deputada Joana Pombo Tavares: Nem vai ser o senhor sozinho a analisar o regime!

O Orador: ... qual é a área ou qual é a ponta pela qual se vai definir uma área marinha protegida, como é óbvio! E, portanto, o que nós fizemos... eu estou a responder na qualidade de secretário regional. Portanto, o que temos aqui é o que é que pretendemos fazer? Começamos por nomear um grupo de trabalho que nos apresentasse... que estudasse o assunto e nos apresentasse uma proposta, a ver se era enquadrada e era viável. É isto que nós estamos dispostos a fazer. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário regional. Pergunto se há mais inscrições? Parecendo não haver, vamos então... Sr. Deputado António Lima, faça favor. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Secretário, ficámos esclarecidos que não há nenhum impedimento, como é nossa interpretação, de entrada e saída do porto da Caloura. Ou seja, o único alegado facto que é exposto nessa exposição de motivos desta proposta, que leva o senhor a constituir um grupo de trabalho para reavaliar uma área protegida é um facto que não existe, é falso, ou seja, o senhor vai constituir um grupo de trabalho perante uma proposta sustentada numa falsidade.

Deputado Paulo Estêvão: Não tem nada a ver!

Deputado Berto Messias: O Governo manietado pelo Chega, é o que se está aqui a assistir! Parabéns, Sr. Deputado José Pacheco!

O Orador: Bem, o que é preciso para agradecer ao parceiro de acordo, o que é

preciso para agradar ao parceiro, ...

Deputado Gustavo Alves: Isso é falso!

O Orador: ... chega-se ao ponto de criar um grupo de trabalho para avaliar uma área protegida com base numa afirmação falsa, que o senhor admitiu que é falsa aqui! Bem, é mesmo preciso estar-se desesperado! Sr. Secretário, realmente, eu não esperava isso de si, principalmente quando o partido em causa lhe retirou a confiança política. Talvez o seu lugar esteja para ser ocupado por um Costa Neves ou pelo Vítor Cruz, e assim ficaria o ramalhete e todos os ex-presidentes do PSD, ficaria talvez um Governo,

Deputado Gustavo Alves: Você é que não chega lá!

O Orador: ... como há um partido que, certamente, gostaria mais. Mas, Sr. Secretário, a decisão de se criar ou não... de se criar ou não, de se alterar ou não áreas protegidas não é técnica, não é... apoia-se em pareceres técnicos, apoia-se em pareceres técnicos, como é óbvio. Mas não é técnica, é política, porque a área protegida foi criada por um decreto legislativo regional, não foi criada por um artigo científico, e isso faz toda a diferença, porque é este parlamento que vai decidir. Por isso, Sr. Secretário, aconselho a que esse grupo de trabalho não proponha que se acabe com essa área protegida,

Deputado Gustavo Alves: Quem é que disse que era para acabar?

O Orador: ... porque parece-me que não haverá maioria, e ainda bem, para acabar com ela como o senhor quer. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares:** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. O decreto legislativo regional 19/2008 de 08 de julho criou o parque natural da ilha de S. Miguel. Veio criar várias áreas protegidas de diversas categorias, sendo uma delas a área protegida para a gestão de recursos, área em que se enquadra a área de gestão de recursos

da Caloura ilhéu de Vila Franca. Estas áreas têm como principal objetivo a proteção e a manutenção da biodiversidade e de outros valores a longo prazo, valores naturais a longo prazo, promover a gestão efetiva e visão do uso sustentável dos seus recursos, nomeadamente a pesca, e contribuir para o desenvolvimento sustentável regional. Realce que a área em questão usufrui de uma classificação de área protegida para a gestão de recursos e não de reserva marinha, como diversas vezes foi designada pelo Sr. Deputado José Pacheco, em sede de comissão, durante a sua apresentação de iniciativa. Acho que considero importante esse esclarecimento, uma vez que as duas classificações têm regras bem distintas e estabelecidas. Sendo esta a área protegida para a gestão de recursos, não é permitida a sua pesca no interior, consoante é referido no artigo 10.º do decreto legislativo regional 22/2004. No entanto, e contrariamente ao que está descrito no projeto de resolução, e como já foi dito por várias vezes agora em sede... e também foi dito em sede de comissão, as embarcações podem sair do porto da Caloura com artes de pesca no seu interior. Eu acho que o que está aqui em causa é esta... não está em causa de os barcos poderem ou não poderem sair. Numa reserva ou numa área marinha protegida, realmente, as embarcações não podem circular no seu interior com artes de pesca no seu interior, mesmo que não tenham intenção de pescar, mas se circularem numa área de marinha protegida com artes de pesca no seu interior, podem legalmente serem fiscalizados e serem autuados. Não é o caso do interior deste porto de pesca. Ainda mais esta área de gestão de recursos. Esta área, podem sair do porto, Sr. Deputado!

Deputado José Pacheco: Não saem!

A Oradora: A questão, eu acho que é muito importante esse esclarecimento para todos os membros...

Deputado José Pacheco: Vão criar os barcos voadores!

A Oradora: ... os barcos podem circular no porto com artes de pesca no seu interior, desde que não pesquem... é a alínea g), a alínea g) diz que só não podem

as embarcações circular no interior da caldeira do ilhéu, fora isto, podem circular. Podem pescar a uma milha, a sul do porto da Caloura, é a área que, num GPS, está delimitada desta área de gestão de recursos. Foram desenvolvidas por governos regionais liderados pelo Partido Socialista políticas que visam à sustentabilidade e proteção dos recursos marinhos, políticas essas que são assumidas, políticas essas assumidas pelo atual Governo, e pelo Sr. Presidente, do qual saúdo à sua chegada, em que, a 03 de dezembro de 2021, comprometeu-se que, até ao final de 2023, haverá uma proteção de 30% do mar dos Açores, através do projeto que todos nós conhecemos, o Blue Azores, que tem como visão proteger, promover e valorizar o capital marinho dos Açores, com a ambição de garantir um oceano sustentável, com base na economia azul próspera e sustentável. Tendo em conta que este presente projeto deu entrada também com um cariz de urgência, e se tivermos em atenção o compromisso que foi assumido pelo Sr. Secretário, segundo foi transmitido pelo Sr. Deputado de uma nova legislação até final de 2023, ou seja, essa legislação ficará completa no final do ano e não compreendemos o teor da urgência com quem deu entrada no plenário passado. Não colocamos em causa a necessidade de alterar esta legislação ou outras de parques naturais em áreas semelhantes em outras ilhas. No entanto, consideramos necessária a análise de dados que permite esta ponderação e uma solução que permitirá um ponto de equilíbrio entre a proteção e o que é necessidade das comunidades piscatórias. Desconheço os compromissos do Sr. Secretário do Mar e das Pescas, assim como essa nova legislação, que haverá em 2023. Conhecemos, sim, o grupo de trabalho, enunciado hoje em jornal oficial, ao qual estranhámos um bocadinho e consideramos que ainda tem uma gralha, Sr. Secretário, porque consideramos que, se calhar, deveria conter a Direção Regional de Políticas Marítimas, uma vez que é sua função e sua competência exercer as funções de autoridade ambiental no meio marinho e fomentar a utilização económica de uma área e assegurar a sua sustentabilidade. Consideramos que é uma direção regional

importante a fazer parte deste grupo de trabalho. O grupo parlamentar... diga? Posso?

Deputado Paulo Estêvão: Pode repetir essa última parte?

O Orador: Fomentar a utilização económica do mar e assegurar a sua sustentabilidade, está fora essa direção regional do grupo de trabalho, consideramos que deverá fazer parte do grupo de trabalho. O grupo parlamentar do Partido Socialista considera haver... deverá este parlamento aguardar pelo resultado desse grupo de trabalho e muito bem, que tem um período de cumprimento de objetivos de 90 dias desde o seu início, e também assim como a nova legislação, em prol da proteção e da biodiversidade e da sustentabilidade dos Açores. Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado José Contente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, meta o escafandro.

Deputada Ana Luís: Foi feito à pressa. Tinha que ser publicado ontem, por isso esqueceram-se.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. Apenas peço de novo a palavra para esclarecer aqui uma questão que tem havido apartes, apesar de a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares já ter respondido em parte. Mas é preciso que fique claro que a legislação em causa não proíbe a entrada e saída do porto da Caloura, nem podia proibir, nem podia proibir! E só a título de exemplo, vou dizer que esta mesma área protegida abrange o porto de pescas de Vila Franca do Campo, que é só o terceiro porto mais importante de pescas da ilha de S. Migue. E, portanto, isso queria dizer

que, se os pescadores da Caloura não podem entrar e sair do porto da Caloura, os pescadores de Vila Franca do Campo também não poderiam entrar e sair do porto de Vila Franca do Campo, porque a área protegida vai desde a ponta da Galera até à Ribeira das Tainhas, ou seja, inclui o porto do Tagarete. Mas há uma outra questão, que eu até não era para falar nela, mas que é do ponto de vista formal dessa proposta de resolução, desse projeto de resolução. Que recomenda ao Governo... note-se, recomenda ao Governo que altere com urgência o decreto legislativo regional! Ora, ora, compete ao Governo alterar os decretos legislativos regionais. Formalmente, o Governo poderia apresentar uma proposta de alteração a este decreto legislativo regional, aí ainda percebo. Já não percebo é que um deputado de uma representação parlamentar solicite ao Governo que faça a alteração e não apresente ele próprio a alteração, ...

Deputado José Ávila: Exatamente!

O Orador: ... é uma questão que, a mim, já me faz alguma confusão. Mas eu percebo que pode ter sido aqui um lapso de ansiosa cooperação entre a incidência parlamentar e o Governo.

Deputada Ana Luís: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. Devo dizer que, ao longo deste pouco tempo que aqui está, a Sra. Deputada Joana Pombo nos tem habituado a uma grande qualidade do ponto de vista do trabalho parlamentar que tem vindo a desenvolver. E nesse sentido...

Deputada Andreia Cardoso: Muito bem!

O Orador: E, por isso...

Deputada Ana Luis: Aceita isso como um elogio, mas...

Deputada Alexandra Manes: Tem cuidado!

O Orador: Mas não há nenhum mas, não há nenhum mas, não há nenhum mas!

Porque eu não sou faccioso nem dogmático, eu reconheço uma intervenção bem feita, bem fundamentada. E mais: acho até que a sugestão que foi feita, acho até que a sugestão que foi feita pela Sra. Deputada deve ser aceite, ...

Deputada Andreia Cardoso: Muito bem!

O Orador: ... porque, de facto, faz sentido, faz sentido que seja incluído o departamento que vossa excelência referenciou. E, por isso, eu estou de acordo com a interpretação que vossa excelência fez, estou de acordo com a interpretação que vossa excelência fez. Já em relação ao CHEGA e à proposta do CHEGA, eu quero aqui também fazer minhas aquela que foi a intervenção da Iniciativa Liberal nesta matéria. É que nós, nós, os deputados, temos a capacidade de legislar, portanto, vossa excelência não pode pedir ao Governo para... vossa excelência deveria, na minha perspetiva, ter legislado. Se pretende legislar, pode legislar nesta matéria, é um direito... e eu vou-lhe dizer mais: é um dever que lhe assiste, isto é um dever que lhe assiste.

Deputada Andreia Cardoso: Muito bem!

Deputado José Pacheco: Posso explicar!

O Orador: Agora, há também aqui uma referência que eu quero fazer, que é, de facto, que nós governamos para as pessoas, governamos e não podemos deixar de ouvir aqueles que são os interesses do setor, dos pescadores, daqueles que fazem a sua vida no mar. E, portanto, devem ser escutados, devem ser ouvidos e devem participar. Eu não acredito em políticas ambientais que não integrem e que sejam feitas contra o povo. Nós, aqui, o que nós somos são os representantes do povo, e eu não acredito em políticas ambientais que sejam implementadas, nem essas políticas têm futuro, sempre que forem implementadas contra o povo e contra a vontade do povo, e criando insatisfação junto do povo e um sentimento de injustiça junto do povo! Essas políticas não têm futuro, não têm futuro. As políticas, como o Bloco de Esquerda, que é o dogmático de sempre, que querem impor, só são impostas em ditaduras como a Venezuela, por exemplo!

Deputada Alexandra Manes: Estava a faltar a Venezuela!

O Orador: Só assim é que se impõem dogmas às pessoas e às populações! Eu acredito na democracia e acredito que o ambientalismo tem que estar de mão dada com o povo, com o povo ouvindo as pessoas, ouvindo as pessoas, estudando os assuntos e tendo uma conceção informada sobre esta matéria, que só a ciência pode dar também! E, por isso, é que não se deve impor dogmatismos, não se deve impor! Estas políticas do ambiente, há retrocessos em várias zonas do mundo, exatamente porque existiam excessos contra as vontades das populações. As populações, não se precisa de se impor nada às populações! O que é preciso é sensibilizar as populações, é que as populações apoiam quando são informadas, quando são informadas, quando estes processos são devidamente negociados! As populações apoiam as políticas ambientalistas! Há muita gente que pensa que as políticas ambientalistas é só uma elite, uma determinada esquerda caviar que impõe ao povo essas matérias! Olhe, eu vou-lhe dizer uma coisa: eu percebi que muitos dos melhores ambientalistas são os nossos agricultores, são os nossos pescadores, que sabem que têm de preservar o meio natural para que... têm de preservar o meio natural para que possam continuar a realizar as suas ações do ponto de vista da produção!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

São eles que vivem dos campos, são eles que vivem do mar! São eles que vivem, eles sabem, eles sabem que não se pode matar a galinha dos ovos de ouro, percebem isso, percebem isso. E é por isso, Sr. Deputado, que as suas intervenções, eu não posso estar de acordo com o teor da sua intervenção, que é ofensiva, ...

Deputada Ana Luís: E quanto à intervenção do Chega?

O Orador: ... obviamente, seguindo um guião que vossa excelência tem vindo a exercer ao longo... que eu acho que não lhe dará futuro nenhum, sinceramente, não lhe dará futuro nenhum, e enquadrado neste dogmatismo que caracteriza vossa excelência e as suas intervenções. Da minha parte, o que eu tenho a dizer é que subscrevo aquela que foi a intervenção da Sra. Deputada Joana Pombo. Como é seu timbre, fez uma intervenção muito bem estruturada, ...

Deputada Ana Luís: E o Governo o que tem a dizer sobre este diploma!

O Orador: ... muito bem argumentada, é só isso. E que a sugestão é aceite da minha parte.

Deputado Francisco Coelho: Muito bem, moral da história: os pescadores da Caloura vão pescar para a Venezuela!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e senhores membros do Governo. Eu peço a palavra para participar neste debate, porque já muito foi aqui dito, e eu acho que há alguns aspetos relativamente a esta proposta que interessa também tornar patentes neste debate e nesta discussão. Não é, naturalmente, possível desligar o debate sobre esta proposta de resolução daquilo que hoje foi publicado em jornal oficial, e que é a constituição do grupo de trabalho especificamente para a área do porto da Caloura. E a mim, o que me parece é que nós estamos perante mais um exemplo de uma cedência desnecessária...

Deputado Bruto da Costa: Aos pescadores da Caloura!

O Orador: ... e injustificada ao CHEGA, ao CHEGA. E eu passo a explicar, eu passo a explicar...

Deputado Paulo Estêvão: O CHEGA é a bengala do Partido Socialista!

O Orador: Não, não. Não é, não é. Não, não é. E o que nos preocupa aqui não é o CHEGA, o que nos preocupa aqui é o ponto de equilíbrio, o ponto de equilíbrio

ótimo entre a defesa da sustentabilidade do nosso desenvolvimento e, simultaneamente, aquilo que tem a ver com o desenvolvimento das nossas comunidades, nomeadamente comunidades piscatórias, como é o caso da Caloura. Há algumas questões que se colocam, e por que razão é que eu afirmo que isto é uma cedência injustificada?

Deputado Paulo Estêvão: De quem? Do Chega. Por isso é que eu digo que o Chega é a bengala do PS

O Orador: Porque, do Governo, ao CHEGA... por que razão? Em primeiro lugar, eu não percebo como é que é possível simultaneamente defender o grupo de trabalho e aprovar a proposta do CHEGA...

Deputado Paulo Estêvão: Mas quem é que vai aprovar a proposta?

O Orador: O PSD disse que votaria a favor. E, portanto, eu não percebo como é que isso é possível. Porquê? Porque eu não percebo como é que é possível, simultaneamente, dizer “suspenda-se” e “avalie-se os impactos”, não é possível! Eu louvo, por isso, a coerência do Sr. Deputado Carlos Furtado, que disse: “olhe, eu acho que a solução que o Governo apresentou hoje em jornal oficial é a solução que deve ser seguida”. Agora, não é possível é estar de acordo com as duas, ...

Deputado Bruto da Costa: Ah, não diga isso!

O Orador: ... porque uma diz exatamente mais e compromete a outra! Ou seja, a proposta do CHEGA, ao dizer que se deve suspender, o que está a dizer é que não é preciso o grupo de trabalho nenhum, porque já tomou uma posição de fundo sobre aquilo que está em discussão.

Deputado Paulo Estêvão: O senhor adora uma boa intriga!

O Orador: Em segundo lugar, eu faço minhas, eu faço minhas as palavras do Sr. Deputado Paulo Estêvão e do Sr. Deputado Nuno Barata, quanto àquilo que são, na minha opinião, as falhas desta proposta de resolução.

Deputado José Pacheco: É capaz. *Mea culpa!*

O Orador: Em terceiro lugar, eu gostava de dizer, e aí vamos à questão do grupo

de trabalho, que é o seguinte: por que razão é que este grupo de trabalho é uma cedência injustificada?

Deputado Paulo Estêvão: A quem? A quem? Ao Chega!

O Orador: Não tinha necessidade disso! Porque, se o Governo diz que há um trabalho que está em curso, como consta do preâmbulo do ato que cria o grupo de trabalho, considerando o trabalho que está a ser realizado no âmbito da definição e redefinição da rede regional de áreas marinhas protegidas dos Açores, e se o porto da Caloura é uma área marinha protegida, por que razão é que tem que ter um grupo de trabalho específico para ela?

Deputado Berto Messias: Porque o Chega mandou!

O Orador: O CHEGA mandou. Tem a ver com os pescadores da Caloura? Não, não tem, porque os pescadores da Caloura, os seus interesses já estão, creio eu, a ser contemplados no âmbito dessa análise das áreas marinhas.

Deputado José Pacheco: Devem ser os marcianos!

O Orador: Segundo aspeto, aquilo que tem a ver com a constituição desse grupo de trabalho, e eu até vou mais longe do que foi a Sra. Deputada Joana Pombo...

Deputado Gustavo Alves: Para lá das 3 milhas!

O Orador: Vou, vou, vou! Então, toda a gente encheu a boca aqui com a ciência e com a necessidade da ciência, e onde é que está a ciência no grupo de trabalho?

Deputado Paulo Estêvão: Está aqui!

Deputada Andreia Cardoso: Zero!

O Orador: Zero! Não, não está. Então, não temos um Departamento de Oceanografia e Pescas que pode ajudar? Não faz sentido? Mas, sobretudo, o que eu acho é que esta proposta de resolução, esta proposta de resolução e estas contradições desmerecem o trabalho global que está a ser feito pelo Governo Regional no âmbito do Blue Azores, desmerecem! Não tinham necessidade disso! Nós concordamos e achamos que, obviamente, tem de ser e deve ser reavaliado! Essa legislação deve ser reavaliada e não devemos de ter tabus em relação a essa

matéria! Mas deve ser reavaliada com fundamentação técnica, com fundamentação científica, ...

Deputado Mário Tomé: Muito bem!

O Orador: ... e não porque apenas se acha que ela deve ser suspensa. E, portanto, aquilo que estava a ser feito, ou que está a ser feito, é o modo como estas coisas se devem processar. Com fundamentação científica e técnica, e não com a constituição de um grupo de trabalho ad hoc que se vem somar ao trabalho que o próprio Governo diz que já está a fazer sobre as áreas marinhas protegidas. Isso não faz sentido! E por isso é que eu digo que não é possível simultaneamente achar que o grupo de trabalho está bem e que a resolução está bem, não!

Deputado José Pacheco: É possível, sim!

O Orador: Um dos dois está errado, um dos dois está errado! E nós achamos que o que está errado aqui é a proposta de resolução, porque não tem fundamentação científica, porque não tem fundamentação técnica, e porque é a pior forma de defender os interesses dos pescadores da Caloura.

Deputada Ana Luís: Muito bem!

Deputado José Pacheco: O senhor acha?

O Orador: Sabe porquê? Não. E o senhor também sabe disso.

Deputado José Pacheco: Desde 2008 que os pescadores sabem!

O Orador: Sabe porquê? É porque, se o que interessa ao Governo, como disse o Sr. Deputado Paulo Estevão, é a sustentabilidade, os pescadores são os primeiros a defender a utilidade e a importância da proteção dos recursos, não precisam de forma nenhuma desse anátema, desse libelo contra eles, porque as coisas são feitas sem a devida fundamentação.

Deputado José Pacheco: Por isso é que me chamaram lá! E esta Sr. Deputado?

O Orador: E, portanto, para defesa, para defesa dos pescadores da Caloura, o senhor deveria retirar essa proposta, deixando que, ou com o grupo de trabalho, ou com o trabalho mais geral das áreas marinhas protegidas, esse trabalho pudesse

ser feito com calma, com a fundamentação científica, com a fundamentação técnica, ...

Deputado Bruto da Costa: E vai poder!

O Orador: ... que é necessário fazer sem suspender nada, deixando que as coisas corram os seus termos e que, finalmente, esta Assembleia - porque é dela que depende a palavra final...

Deputado Mário Tomé: Muito bem!

O Orador: ... sobre este aspeto das áreas marinhas protegidas - possa decidir, ...

Deputada Ana Luís: Muito bem!

O Orador: ... com todos os elementos que o Governo entender, trazer uma eventual proposta de alteração do quadro atual e com todos os elementos que esta Assembleia entenda necessitar. Da maneira como este assunto está, está uma grande confusão, na qual os primeiros prejudicados são exatamente os pescadores da Caloura. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado José Pacheco: Por isso é que me chamaram lá!

Deputado Berto Messias: O senhor foi lá porque quis!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) Deputado Carlos Freitas: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Em primeiro lugar, dizer ao Sr. Deputado António Lima e ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que não estamos aqui para agradar um parceiro de coligação, de incidência parlamentar, estamos aqui para discutir um assunto sério, que tem implicações nas vidas de várias famílias. Também não estamos aqui para que haja um retrocesso nas políticas ambientais, como ficou bem patente no programa do

Governo. E, como disse há pouco, estamos aqui para encontrar uma solução que apresente um equilíbrio entre o sustentável, o ético e o razoável. E tenho em crer que, com o grupo de trabalho criado e com critérios científicos, as áreas marinhas protegidas estarão salvaguardadas a nível da sustentabilidade ambiental, económica e social. É verdade que estamos a resolver um problema que se verifica desde 2008, e que o PS sempre ignorou. Ficaram bem na fotografia a nível ambiental ao criarem restrições, ...

Deputado João Vasco Costa: Tal tristeza! Onde é que isto já vai?!

O Orador: ... mas a verdade é que nunca fiscalizaram e ficaram bem perante os pescadores em particular. Não se pode ter uma coisa e o seu contrário ao mesmo tempo. Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Deixe-me dizer-lhe olhos nos olhos o que eu acho. O que eu acho é que vossa excelência verificou como é que o primeiro-ministro António Costa ganhou as eleições.

Deputado Carlos Silva: Onde isto já vai?

O Orador: Conseguiu viabilizar o CHEGA e, viabilizando o CHEGA, conseguiu o voto útil do resto da Esquerda e comeu praticamente o Bloco de Esquerda, que aqui continua sem compreender o que lhe aconteceu, num desnorte e de uma falta de... não quero utilizar a palavra, mas ainda não percebeu o que é que lhe aconteceu; e do Partido Comunista, que também ainda não percebeu o que é que lhe aconteceu. E o que aconteceu foi uma concentração de voto útil da Esquerda

no Partido Socialista, acenando com o quê? Com o CHEGA, acenando constantemente com o CHEGA, que é o que vossa excelência faz! Vossa excelência é o político... aposto o que vossa excelência quiser, olhos nos olhos: vossa excelência é o político que, aqui no parlamento dos Açores, pronunciou mais vezes a palavra "CHEGA"! Vossa excelência utiliza permanentemente este bordão, porque necessita dele. Porque necessita...

Deputado José Contente: Quem necessita são os senhores!

O Orador: Não está mal, não é? Como se pode dizer. Utiliza permanentemente, utiliza permanentemente, porquê? Porque vossa excelência, a sua estratégia é a seguinte: eu já dei aqui o exemplo uma vez, vossa excelência é como aquele romano que faz parte das histórias do Asterix, ...

Deputado Mário Tomé: Sr. Presidente, o que é que isto tem a ver com o porto da Calheta?

O Orador: ... o romano que entra do navio dos piratas, entra dos navios dos piratas. E quando entra, tem o condão de provocar a discórdia. E como é que aquilo termina sempre? Caius Detritus, mas eu não queria pronunciar o nome do romano. E o que é que acontece? Provoca a discórdia. E como é que termina a história? O barco dos piratas afunda-se sempre, entram em conflito uns com os outros e aquilo afunda. E vossa excelência leu certamente essa história na sua juventude, e agora replica aqui, ou seja, vem aqui, quer criar aqui a discórdia e acha que chega ao Governo com o mesmo número!

Deputada Ana Luís: E a iniciativa, Sr. Deputado?

O Orador: Oiça, aquilo é só nos quadrinhos, porque, na vida real, não funciona. E, por isso, vossa excelência, depois, do ponto de vista da sua argumentação... oiça, a Sra. Deputada Joana Pombo fez a argumentação correta. A entidade que ela referenciou, sabe porque é que ela referenciou aquela entidade? Porque, de facto, é um erro, um lapso que tem que ser corrigido e já foi reconhecido! Mais: ao incluir o diretor das políticas marinhas, é evidente que tem

uma enorme quantidade de conhecimento científico, tem gente com doutoramentos nessa área, tem uma enorme capacidade de resposta do ponto de vista científico! Vossa excelência, o que vem a dizer, diz "vou acrescentar mais uma coisa", não precisava de acrescentar, porque a Sra. Deputada Joana Pombo disse aquilo que tinha que ser dito e sabe perfeitamente que este departamento tem essas capacidades científicas que vossa excelência agora está a referenciar. Portanto, sobre esta matéria, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quero dizer-lhe que o que a Sra. Deputada Joana Pombo disse está bem dito, não é preciso acrescentar mais nada, não é preciso. O conhecimento científico está neste departamento! E ele faltava. Já aqui foi reconhecido! Em relação à sua estratégia, Sr. Deputado, não resulta! Isto não é o mundo do Asterix, este é o mundo real e é preciso convencer o povo! E o povo, com boas políticas! E isso, vossa excelência não tem feito neste parlamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luís: E a iniciativa, Sr. Deputado?

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Já ouvimos aqui vários argumentos relativamente a esta questão e alguns têm que ser rebatidos, porque se, efetivamente, desejamos que haja um equilíbrio ambiental na nossa região, não podemos ser fundamentalistas ao ponto de criar leis ambientais que inviabilizem a habitabilidade das nossas ilhas. E, portanto, nem tanto ao mar, nem tanto à terra nas políticas ambientais. E, portanto, deverá sempre haver aqui a procura de um equilíbrio entre aquilo que são as regras instituídas para proteger os nossos

recursos naturais,

Deputado Berto Messias: O Sr. Secretário está muito incomodado. Já viu as maldades que lhe fazem!

O Orador: ... mas também, obviamente que não podemos afetar o sustento económico das nossas populações e das nossas comunidades, correndo o risco de criar uma desertificação numa região onde o setor primário é muito preponderante do ponto de vista económico, mas também do ponto de vista da fixação das pessoas e do emprego e, portanto, temos que ter aqui, obviamente, um equilíbrio. Passaram-se 14 anos desde a publicação desta legislação, do decreto legislativo regional 19/2008 A. Qualquer deputado, qualquer grupo de representação parlamentar que poderia e pode, a qualquer momento, apresentar uma proposta de alteração, não é preciso recomendar ao Governo, porque isto não é uma legislação de competência exclusiva do Governo e, portanto, qualquer grupo ou representação parlamentar que considere que está na hora de efetuar alguma alteração, mesmo que pontual, poderá fazê-lo e apresentar os seus argumentos aqui no plenário e fazer valer o mérito dos seus argumentos para aprovar essas alterações. E, portanto, dito isto, consideramos que o Governo já deu um passo, ao publicar hoje um despacho em jornal oficial, dando conta da criação de um grupo de trabalho.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Não nos revemos na argumentação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que acha que, havendo um trabalho, este grupo é desnecessário. Nós consideramos que, efetivamente, este grupo fará parte desse trabalho, é um complemento a esse trabalho, e, portanto, não vemos aqui uma incompatibilidade entre aquilo que é o trabalho que está sendo feito com vista ao aumento de zonas marinhas classificadas e de reservas marinhas nos Açores com a constituição deste grupo específico para a Caloura. E, portanto, uma vez que o Governo já está atuando nesta matéria, consideramos que esta resolução, esta recomendação acaba

por ser extemporânea, porque, obviamente que, estando o Governo a trabalhar nesta matéria, não vai alterar da noite para o dia, com urgência, a legislação sobre a qual está sendo feito um trabalho apurado e científico para que, a próxima legislação que for publicada não tenha constrangimentos como aquele agora que nos trouxe a este debate. E, portanto, nesta matéria, acho que estamos perfeitamente esclarecidos relativamente ao que aqui nos trouxe e ao que motivou este debate. No entanto, é um debate importante, é um debate importante, para que todos nós possamos esclarecer e possamos esclarecer os açorianos sobre aquelas que são as nossas posições relativamente àquilo que devem ser as preocupações ambientais e as leis ambientais que regem o nosso quotidiano. E, portanto, de momento, não tenho nada mais a acrescentar ao debate e aguardarei por mais intervenções para me poder pronunciar. Muito obrigado.

Deputado Berto Messias: E como é que o CDS vai votar?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. Bom, desde logo, o Governo não se apresentou aqui com a pretensão de querer regular, ou por portaria, ou por outro qualquer ato normativo. Aquilo que sabemos que é da competência desta casa, não estava no nosso horizonte propor uma questão desse teor. Portanto, sabemos perfeitamente que estamos aqui e que tem que ser decidido por decreto legislativo regional. Relativamente às preocupações, Sr. Deputado António Lima, pronto, estamos resolvidos, o lugar está sempre disponível e não há problema. Relativamente às questões suscitadas pelo Sr.

Deputado Vasco Cordeiro, e fazendo aquilo que já foi dito, que devia ser aditado ao despacho conjunto da meação do grupo de trabalho, disponíveis para acatar a sugestão, mas também, e de alguma forma, contar a história referente a este despacho conjunto que já está preparado já há algum tempo, não foi hoje, foi de mera coincidência na publicação...

Deputada Alexandra Manes: Isto é só coincidências

O Orador: O Sr. Deputado, o Sr. Secretário Alonzo Miguel já assinou isto pelo menos 3 vezes, que havia uma referência, e vou abrir com a máxima abertura, a máxima transparência, que não vale a pena estarmos aqui com

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

O Orador: ... havia uma referência no preâmbulo do despacho conjunto, nos considerandos, que dizia que haveria intervenção da Blue Azores, e entendeu-se. E depois, houve aqui alguns lapsos que acabaram por ir para publicação, e que depois foi retirada a publicação e voltou-se a dar nova redação, daí o atraso na publicação. Mas sem querer entrar demasiado nestes pormenores, quero tranquilizar o Sr. Deputado Vasco Cordeiro relativamente a este grupo de trabalho, o que se pretende com este grupo de trabalho no âmbito... diz o Sr. Deputado que devia ser apenas considerado no âmbito das áreas marinhas protegidas, aquilo que está a ser desenvolvido com a Blue Azores, no âmbito do protocolo celebrado com a Região Autónoma dos Açores. O certo é que existem reuniões mensais que ocorrem no Palácio da Conceição com a Blue Azores, com toda as representações, enfim, com as direções regionais que participam. E é um processo participativo que... mas sem prejuízo dessas reuniões mensais existem, por exemplo, para as pescas e agricultura, temos nomeado um grupo de trabalho com 4 ou 5 pessoas, porque também um grupo de trabalho, como percebem, não pode ter 20 pessoas, senão depois há dificuldades enormes em articular também o trabalho. E aquilo que aqui se pretendeu foi, tendo em conta que isto era muito específico, portanto, haver... da parte da Secretaria Regional do Ambiente e

Alterações Climáticas e da parte da Secretaria Regional de Mar e Pescas, sobretudo da Direção Regional das Pescas e da Inspeção, haver aqui um trabalho intermédio, que depois permitisse levar às reuniões mensais o trabalho que este grupo entretanto desenvolve, aliás, à semelhança do que acontece já com outros temas e com outros grupos em reuniões intercalares que são mantidas com os diversos *stakeholders* que estão envolvidos na definição das áreas marinhas protegidas nos Açores. Foi esse o objetivo, foi isso que se pretendeu com a constituição deste grupo de trabalho, e tão vocacionado aqui assim. Sendo certo que estranhar não estar aqui contemplado o DOP, ou Oceanografia e Pescas, ou a Universidade dos Açores, o certo é que temos os cientistas que estão a prestar apoio no âmbito da Blue Azores, além de que são precisamente da Universidade dos Açores, e que têm depois... têm prestado sempre este contributo e que estão disponíveis para articularem aqui esta posição com o referido, com o criado grupo de trabalho. Portanto, foi isto que se passou, é isto que entendemos que, neste momento, devemos informar o parlamento, para esclarecer...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem

O Orador: ... e não levantar aqui suspeição de que estamos a criar um grupo de trabalho por ordem de quem quer que seja. Nós estamos a criar um grupo de trabalho, que julgamos pertinente ser reavaliada esta situação, por aquilo tudo que nos foi indicado e porque o contexto é propício! Ou seja, se nós estamos a rever ou se estamos a criar áreas marinhas protegidas, a nossa questão é aproveitar também este momento para reavaliar aquelas que são identificadas com problemas, como foi agora o caso da Caloura. Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Senhor Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. O Sr. Deputado Paulo Estevão quando não tem argumentos, grita "Venezuela".

Deputado João Bruto da Costa: Ao menos evoluiu da Albânia para a Venezuela!

O Orador: É um clássico, de facto, é um clássico e já é um bocadinho velho e já não engana ninguém. Sr. Deputado Paulo Estevão, referiu na sua intervenção que a legislação ambiental não pode ser feita contra as pessoas, estou plenamente de acordo consigo. Mas o que o senhor está a dizer é que esta legislação e a legislação ambiental relativamente às áreas marinhas protegidas da região foi feita contra as pessoas, porque esta legislação já existe desde 2008, não foi criada agora, não foi criada há 2 anos nem há 3 anos. E, Sr. Deputado Paulo Estevão, o senhor, desde que está aqui, já aprovou muita legislação ambiental, e já aprovou o parque natural da ilha das Flores, votou a favor; o parque natural da ilha Terceira, votou a favor; o parque natural da ilha de Santa Maria votou a favor; o parque natural da ilha do Corvo, até apresentou uma proposta, que retirou; o parque marinho dos Açores, votou a favor... então, foi tudo feito contra as pessoas? Foi tudo feito contra as pessoas?

Deputado Paulo Estêvão: Não disse isso!

O Orador: O Sr. Deputado Carlos Freitas, do PSD, disse que esse problema que se arrasta desde 2008 e é uma trapalhada. Mas então, o PSD não votou a favor desta legislação em 2008? Votou a favor, foi aprovada por unanimidade!

Deputado Francisco Coelho: Foi erro de leitura!

O Orador: Bem, eu, sinceramente, não percebo... aliás, percebo, percebo a dificuldade que têm em aprovar esta proposta. Mas, como se costuma dizer, a vida é difícil e o que tem que ser tem muita força. Não posso dizer que estou solidário,

mas compreendo a dificuldade em ter que fazer esta cedência e esse papel que é, de facto, triste, é um papel que é, de facto, triste.

Deputada Alexandra Manes: Exatamente, muito bem!

O Orador: E, para além de ser triste, é um pontapé de saída para mais um retrocesso que querem fazer na política, nesse caso novamente na política ambiental.

Deputado Paulo Estêvão: Isso é falso!

Deputada Alexandra Manes: Não é!

O Orador: É preciso efetivamente defender e criar melhores condições de trabalho, melhores condições de rendimento dos pescadores, valorizar, sem dúvida, o seu trabalho. Mas não é criando exceções e mais exceções, é com políticas sérias: com políticas ambientais, com políticas de rendimento, com políticas de valorização do trabalho e com políticas de valorização dos produtos da região, é assim! Não é cedendo ao CHEGA para se manterem no poder e para terem eventualmente o orçamento aprovado. Isso não é política séria!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Rui Martins, para uma interpelação, tem a palavra, se faz favor.

Deputado Rui Martins: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Era para pedir um intervalo regimental de 5 minutos, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Falta 1 minuto, Sr. Deputado, mas é regimental, está concedido e interrompemos os nossos trabalhos. Continuamos amanhã, às 10h00.

Eram 20 horas.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Transcrição efetuada por empresa externa